

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

MARIA ALICE FERNANDES CORRÊA MENDONÇA

**SISTEMAS AGROALIMENTARES E SUSTENTABILIDADE:
sistemas de certificação da produção orgânica no sul do Brasil e na Holanda**

Porto Alegre

2015

MARIA ALICE FERNANDES CORRÊA MENDONÇA

**SISTEMAS AGROALIMENTARES E SUSTENTABILIDADE:
sistemas de certificação da produção orgânica no sul do Brasil e na Holanda**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Flávia Charão Marques

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Mendonça, Maria Alice Fernandes Corrêa
Sistemas agroalimentares e sustentabilidade:
sistemas de certificação da produção orgânica no sul do
Brasil e na Holanda / Maria Alice Fernandes Corrêa
Mendonça. -- 2015.
168 f.

Orientadora: Flávia Charão Marques .

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Sustentabilidade agroalimentar. 2. Certificação
da produção orgânica. 3. Sistemas agroalimentares. I.
Marques , Flávia Charão , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA ALICE FERNANDES CORRÊA MENDONÇA

**SISTEMAS AGROALIMENTARES E SUSTENTABILIDADE:
sistemas de certificação da produção orgânica no sul do Brasil e na Holanda**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 3 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Flávia Charão Marques (Orientadora)
UFRGS

Prof^a. Dra. Irene Maria Cardoso
UFV

Prof. Dr. Glauco Schultz
UFRGS

Dra. Daniela Oliveira
Prefeitura Municipal de Antônio Prado

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos os agricultores e agricultoras que contribuíram para a realização dessa pesquisa. Agradeço pelo carinho e confiança com que fui recebida na casa de todos. Sem vocês não haveria razão de uma só linha escrita. Não cabe nestes escritos uma lasca dos infinitos aprendizados que colhi junto a vocês.

Agradeço à minha família, por sempre me apoiarem e acreditarem na minha realização. Mãe, pai, Rodrigo, Renata, Bernardo, Gabriela e Ritinha, gratidão infinita.

Aos primos e tios que se acostumaram com minhas peregrinações, e sempre me receberam com muito carinho a cada retorno, mesmo sem entenderem as razões para tanta andança.

Agradeço aos meus amigos das Minas Gerais, irmãos da vida, por partilharem dos meus sonhos e utopias. Por estarem sempre perto, mesmo quando estive longe nas andanças pelo sul ou para lá do oceano. Agradeço especialmente: Chapola, Sassá, Juliana, Lina, Letícia, Reinaldo, Reguim, Tigu, João, Amanda, Teca, Bia, Luiza, Lú Rosa, Alice, Marina e Daniel.

Aos meus amigos e colegas do doutorado, e à 'diretoria top': Ana Paula, Danielle, Amália, Douglas, Gustavo, Olinda, Alberto e Heitor, turma geniosa, e muito especial.

Agradeço aos mestres que cruzaram minha jornada. Aos que me sinalizaram alguns caminhos com sabedoria, respeito, confiança e experiência. Agradeço especialmente aos professores orientadores Prof.^a Flávia Marques e Prof. Jan Douwe Van der Ploeg. À Prof. Flávia, agradeço também sua amizade e companheirismo nessa jornada cheia de desafios. Ao Prof. Jan Douwe, agradeço sua disponibilidade em me ensinar e guiar, sempre com paciência e respeito à minha curta caminhada de pesquisadora. Sou muito grata a oportunidade de aprender com um pesquisador tão experiente, seus ensinamentos são e serão muito importantes na minha trajetória acadêmica.

Agradeço também aos professores e pesquisadores: Fábio Dal Soglio, Sergio Schneider, Petra Derkzen, Henk Henting, Dirk Roep, David Goodman e Claire Lamine.

Aos amigos gaúchos, com quem partilhei muito chimarrão e bom prosa na Casa Azul. Especialmente, Cris, Carmem, Karla, Dona Maria, Mathilde.

Um especial agradecimento ao Tio Juca, amigo que fiz nessa caminhada. A ele e aos meus companheiros de feira: Guinha, Andressa, Vera e Dodô. Os sábados com vocês, com chuva ou sol, frio ou calor, tornaram tudo mais leve, divertido e saboroso.

Aos grupos OPAC-RAMA e OPAC do Litoral Norte, grata pela confiança e por partilharem comigo as ricas experiências de vocês.

Agradeço alegremente a Monique e a Lauren, amigas e colegas que fiz nessa jornada.

Aos agricultores de acolá, holandeses que abriram as portas de suas casas para uma estrangeira enxada e se dispuseram a compartilhar suas experiências em outro idioma para que nos compreendêssemos.

Aos amigos e colegas holandeses e latino-americanos que foram fundamentais para meu conforto e confiança em terras tão longínquas: Arne e Irene, Loes, Klarin, Leonardo, Georges, Lara, Dudu e Nikolas.

Especialmente agradeço ao Arne, esse holandês abasileirado, que além de me proporcionar amizade e proteção em terras longínquas, apresentou-me uma Holanda que seria inatingível sem sua presença.

Agradeço a CAPES pelo financiamento dos meus estudos.

Agradeço aos colegas PGDRianos com quem tive a oportunidade de aprender e conviver.

Agradeço a toda equipe do PGDR e da UFRGS pelo apoio e solicitude minha formação.

RESUMO

Esta tese analisa a sustentabilidade de sistemas agroalimentares, a partir de uma articulação entre os estudos sobre produção de base ecológica e desenvolvimento rural, às pesquisas sobre sistemas agroalimentares e as transições sociotécnicas para a sustentabilidade. Como campo empírico comparou-se dois sistemas certificatórios para a produção orgânica: a) o Sistema Participativo do governo federal brasileiro recentemente implementado (2011), que garante o direito à certificação da produção através da organização social participativa. Estudaram-se duas experiências que estão sendo desenvolvidas no Rio Grande do Sul, Brasil; e b) o sistema holandês para implementação do *EU Organic Logo* que corresponde a um sistema de terceira parte sob a fiscalização exclusiva da empresa holandesa Skal Biocontrole. Estudou-se a experiência dos *gardeners*, produtores ecológicos em pequena escala. Analisou-se 1) às semelhanças e diferenças na organização da produção orgânica e de base ecológica em cada país e; 2) às dinâmicas e interações organizacionais entre os atores diversos envolvidos com os sistemas certificatórios em experiências localizadas. Os resultados revelaram o comprometimento desses atores com a construção da sustentabilidade agroalimentar em suas múltiplas dimensões: diversidade produtiva; saúde; construção de mercados justos; direito e acesso à terra e água; e soberania alimentar; revelam ainda que os agricultores familiares e produtores orgânicos em pequena escala produtiva, nos dois países, se comprometem com os sistemas certificatórios por razões diversas, não só por uma questão de mercados. Os sistemas participativos de certificação orgânica regulamentados no Brasil contribuem para o reconhecimento da produção em pequena escala e para a governabilidade mais democrática dos circuitos de produção, processamento, distribuição e consumo. Já na Holanda, há pouco benefício dos sistemas certificatórios de terceira parte para os produtores de base ecológica em pequena escala, e há certo abandono da certificação por parte desses produtores. Por fim, conclui-se que a sustentabilidade agroalimentar é construída através prática localizada, e que, no Brasil e na Holanda, os sistemas certificatórios somente contribuem para a sustentabilidade agroalimentar, na medida em que possibilitam aos produtores em pequena escala e agricultores familiares realizem suas práticas e projetos através de um processo de governabilidade multinível dos sistemas agroalimentares.

Palavras-chave: Sustentabilidade agroalimentar. Certificação da produção orgânica. Sistemas agroalimentares. Sistemas Participativos de Garantia (SPGS).

ABSTRACT

This thesis fits on studies about sustainability of agrifood systems. It results from an academic effort to associate studies of ecologically based production and rural development, to the research on agrifood systems and the socio-technical transitions towards sustainability. The empirical research relies on two certification systems for organic production: a) the Participatory System recently implemented Brazilian federal government (2011) guarantees the right to certification of production through participatory social organization - data collected from two experiences in Southern of Brazil; and b) the Dutch system for implementation of the EU Organic Logo: corresponds to a third party system under the sole supervision of the Dutch company Skal Biocontrol - data collected from the experience of gardeners, ecological small-scale producers. We carried out a comparative study from field research with certification systems of organic production, taking into account: 1) similarities and differences on the organization of organic and ecologically based production on each country; 2) dynamics and organizational interactions between the various actors involved within certification systems in localized experiences. The results show the commitment of these actors with the construction of the agrifood sustainability in its multiple dimensions: productive diversity; health; fair markets; rights and access to land and water; and food sovereignty. Still, we argued that family farmers and organic farmers in small-scale production in both countries are committed to the certification systems for several reasons, not only for the sake of markets. Further, we argued that the participatory systems regulated in Brazil contribute to the recognition of small-scale production; also to build democratic governance on circuits of production, processing, distribution and consumption. In the Netherlands, the results show little benefit from certification systems of third party to the ecologically-based on small-scale production, and also that there is a tendency to abandon certification by those producers, if no changes take place. Finally, we argued that the agrifood sustainability is built through localized practices, and that, in Brazil and the Netherlands, certification systems only contribute for the food sustainability, while it gives scope to that small-scale producers and farmers conduct their practices and projects through a multilevel governance process of agrifood systems.

Keywords: Agrifood sustainability. Organic certification. Agrifood systems. Participatory Guarantee Systems (PGSs).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo ideal da Sustentabilidade Agroalimentar	37
Figura 2 - Centralização de recursos na produção em larga escala	44
Figura 3 - Descentralização de recursos na produção em pequena escala*	45
Figura 4 - Mecanismos de controle da qualidade da produção orgânica no Brasil	55
Figura 5 - A multidimensionalidade dos regimes sociotécnicos da produção orgânica..	69
Figura 6 - A conformação <i>patchwork</i> de regimes na MLP e o sistema agroalimentar hegemônico.....	74
Figura 7 - Localização das experiências com sistemas participativos no Rio Grande do Sul.	77
Figura 8 - Os Atores envolvidos na consolidação do OPAC-RAMA e do OPAC do Litoral Norte.....	80
Figura 9 - Reuniões do grupo OPAC do Litoral Norte.	87
Figura 10 - Falas de agricultores e agricultoras do OPAC do Litoral Norte captadas durante reuniões do grupo	89
Figura 11 - Recebimento dos primeiros certificados de conformidade orgânica pelos agricultores e agricultoras do OPAC Litoral Norte	91
Figura 12 - Feira sazonal dos OPACs em Porto Alegre (esq.) e Feira Prove Capão em Capão da Canoa (dir.)	93
Figura 13 - Criação da OCS Porto Alegre/Viamão, antes da transformação em OPAC.	98
Figura 14 - Falas dos produtores e agricultores do OPAC RAMA capturadas durante as reuniões do grupo.....	101
Figura 15 - Agricultor 'veterano' fazendo uma apresentação durante reunião do grupo em Porto Alegre.....	102
Figura 16 - Trabalho em equipe durante reunião do grupo.	103
Figura 17 - Comissões de visitaç�o do OPAC RAMA - todos se visitam	105
Figura 18 - Preparo de Plantas Aliment�cias N�o Convencionais para comercializa�o (a) e (c); vista de uma das unidades de produ�o (b); e alface de associados RAMA pronta para comercializa�o (d).....	107
Figura 19 - Agricultores veteranos do OPAC RAMA na FAE, Porto Alegre	109

Figura 20 - Feira dos OPACs na sede da EMATER/RS em Porto Alegre	110
Figura 21 - Área de estudo na Holanda	111
Figura 22 - Típica propriedade de um <i>gardener</i> orgânico na Holanda, na província de Utrecht.....	112
Figura 23 - Vista de um jardim utilizado como atrativo de turistas e consumidores, na província de Utrecht	115
Figura 24 - Dia de campo na propriedade de um casal de <i>gardeners</i> (a e d); detalhes da produção local (b e c), na província de Gelderland	118
Figura 25 - A multifuncionalidade na produção orgânica em pequena escala*	121
Figura 26 - O esquema self-harvest (colha-você-mesmo), em propriedade em Gelderland.....	122
Figura 27 - Arranjos de agência que articulam os diferentes atores envolvidos nas experiências de certificação estudadas no Brasil e na Holanda.....	132
Figura 28 - Os arranjos de agência e a sustentabilidade agroalimentar localizada no OPAC RAMA	135
Figura 29 - Os arranjos de agência e a sustentabilidade agroalimentar localizada no OPAC do Litoral Norte.....	137
Figura 30 - Os arranjos de agência e a sustentabilidade agroalimentar localizada no caso dos <i>gardeners</i> holandeses.....	139
Figura 31 - Arranjos de agência e sustentabilidade em torno de uma propriedade multifuncional de produção de base ecológica de um <i>gardener</i> holandês ..	141
Figura 32 - Representação da cooperação vertical (A), horizontal (C) e mista (B) entre atores envolvidos com os processos de certificação de produtos orgânicos no Brasil*	146
Figura 33 - Dinâmicas e trajetórias de transformações sociotécnicas: entre regime e nichos.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização da organização da tese.....	23
Quadro 2 - Comparação da produção certificada na Holanda e no Brasil	67
Quadro 3 - Características do regime sociotécnico da produção orgânica no Brasil	70
Quadro 4 - Características do regime sociotécnico da produção orgânica na Holanda	71
Quadro 5 - Dimensões da sustentabilidade agroalimentar localizada, considerando duas experiências brasileiras e uma holandesa.....	126
Quadro 6 - Diferenças essenciais quanto à estruturação dos regimes sociotécnicos da produção orgânica entre o Brasil e a Holanda	144

SUMÁRIO

1	SISTEMAS AGROALIMENTARES, SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA	12
1.1	Sistemas agroalimentares localizados: onde começa a sustentabilidade agroalimentar	13
1.2	Cooptação ou oportunidade? A problemática da certificação da produção orgânica.....	18
1.3	Organização da tese	24
1.4	Brasil e Holanda: desafios e riquezas em se comparar os diferentes	26
1.5	Inspirações teóricas e metodológicas	31
2	AGRICULTURA, ALIMENTO E SOCIEDADE	36
2.1	Agricultura orgânica, agroecologia e agricultura de base ecológica: alguns esclarecimentos.....	39
2.2	Cenários de expansão da produção de base ecológica: entre a soberania alimentar e a mercantilização da agricultura de base ecológica.....	41
2.2.1	<i>Dimensão da produtividade e escala.....</i>	43
2.2.2	<i>Dimensão da mão de obra.....</i>	47
2.2.3	<i>Dimensão dos mercados e comercialização.....</i>	48
2.3	Agricultura de base ecológica e a certificação da produção orgânica no Brasil.....	51
2.4	Agricultura de base ecológica e a certificação da produção orgânica na Holanda.....	60
2.5	Os regimes sociotécnicos da produção orgânica	68
3	DESVELANDO OS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO, OS ATORES E SEUS ENVOLVIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AGROALIMENTAR.....	76
3.1	Os sistemas participativos no Brasil: a emergência de duas experiências no estado do Rio Grande do Sul.....	76

3.1.1	<i>O OPAC do litoral norte: agricultura familiar e coletivização de aprendizados</i>	85
3.1.2	<i>O OPAC do litoral norte, melhorando a relação com mercados</i>	91
3.1.3	<i>A organização do OPAC RAMA: encontros rural-urbanos.....</i>	95
3.1.4	<i>O OPAC RAMA, fazendo feira e pensando os mercados.....</i>	106
3.2	A Certificação de terceira parte na Holanda.....	111
4	OPORTUNIDADES DE TRANSFORMAÇÕES NAS REGRAS DOS REGIMES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA OU CAMINHOS PARALELOS?	12428
4.1	Os arranjos de agência e a contribuição para a sustentabilidade agroalimentar	129
4.2	Trajetórias para a sustentabilidade agroalimentar: entre os regimes da produção orgânica e as experiências localizadas	142
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	154
	APÊNDICE A - ENTREVISTADOS NO BRASIL	165
	APÊNDICE B – ENTREVISTADOS NA HOLANDA	167
	APÊNDICE C – DETALHAMENTO DA PESQUISA DE CAMPO COM OS SISTEMAS PARTICIPATIVOS NO BRASIL.....	168

1 SISTEMAS AGROALIMENTARES, SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA

Apresento esta tese centralmente como um estudo sobre a sustentabilidade de sistemas agroalimentares. Ela resulta de um esforço acadêmico de unir os estudos sobre agroecologia e desenvolvimento rural, aos estudos sobre sistemas agroalimentares e as transições sociotécnicas para a sustentabilidade. Esforço esse, que se desenvolve principalmente devido à parceria acadêmica entre o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Rural Sociology Group (RSO) da Universidade de Wageningen, vivenciado por mim, especialmente durante estágio de doutoramento sanduíche junto à universidade holandesa.

As investigações científicas nos estudos sobre a sustentabilidade de sistemas agroalimentares propõem analisar as múltiplas estratégias sociais, políticas e ecológicas, as quais, em conjunto, proporcionam o uso e distribuição democrática de recursos para produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos. E sugerem que o desenho de sistemas agrícolas sustentáveis devem estar conectados com a construção de redes de produção e consumo mais justas em nível global (ALLEN et al., 1991; GLIESSMAN, 2011, 2012). Nesse desenho, a primeira dimensão da sustentabilidade é a produção de base ecológica, e a segunda dimensão são os valores de justiça social, equidade e soberania alimentar, construídos em nível territorial. Desse modo, quando desenvolvidos a partir de análises situadas, os estudos sobre a sustentabilidade localizada têm dupla função:

- a) desvelar como sistemas agroalimentares localizados, de base ecológica, resistem e reinventam-se diante da alta capacidade adaptativa e/ou coerciva do sistema agroalimentar hegemônico, definido essencialmente pelos processos de: agroindustrialização intensiva; produção em larga escala; e liberalização, internacionalização e comoditização de mercados agrícolas;
- b) apresentar e definir o confronto estabelecido entre modelos, e identificar possibilidades de *scale up* sistemas localizados, que sejam capazes de provocar algumas transformações no sistema agroalimentar hegemônico.

A fim de situar a tese dentro desse grande tema, no Item 1.1 apresento e justifico a minha proposta de estudo a partir do enfoque da realocação dos sistemas agroalimentares. No Item 1.2 apresento a problemática no âmbito dos sistemas de certificação orgânica, considerando o confronto estabelecido entre sistemas localizados e o sistema hegemônico. Para finalizar este capítulo introdutório, são apresentadas a circunscrição empírica da pesquisa realizada e aspectos básicos das abordagens teóricas que orientam a concepção do trabalho, bem como as reflexões subsequentes.

1.1 Sistemas agroalimentares localizados: onde começa a sustentabilidade agroalimentar

Mais ou menos protegidos, os sistemas agroalimentares localizados são aqueles que possuem dinâmicas e regras próprias de produção, comercialização e consumo, as quais podem desencontrar completamente ou parcialmente daquelas estabelecidas pelo sistema agroalimentar hegemônico. Sob a perspectiva dos sistemas agroalimentares localizados propõe-se contrabalancear a desconectividade característica do sistema agroalimentar hegemônico, focando nas relações sociais, políticas e econômicas de proximidade, e no encurtamento dos circuitos de produção, processamento, distribuição e consumo (HIGGINS; DIBDEN; COCKLIN, 2008). Para muitos estudiosos é insuficiente falar em melhoria na distribuição e qualidade no consumo de alimentos sem falar em sustentabilidade produtiva dos agroecossistemas, e vice-versa (CHAPPELL; LAVALLE, 2011; KIERS; LEAKEY, 2008; DE SCHUTTER, 2014). Além disso, é necessário saber quem produz os alimentos, como os produzem, quem come, e onde estão os desequilíbrios que impedem atingir níveis de sustentabilidade mais elevados.

Para De Schutter, a produção de base familiar e camponesa é a força motriz da sustentabilidade agroalimentar (SCHUTTER, 2014). No mundo, atualmente, a agricultura familiar é responsável por aproximadamente 80% da produção de alimentos, em mais de 500 milhões de propriedades agrícolas familiares, sendo que a maior parte dessas propriedades possui tamanho médio de um hectare (FAO, 2014).

Paradoxalmente, 70% da fome e da insegurança alimentar mundial está no meio rural e são, na sua maioria, trabalhadores rurais mal remunerados ou agricultores que não conseguem produzir o suficiente para alimentar sua família de forma adequada (FAO, 2014). Esse paradoxo, identificado por Schutter e também pela própria Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) evidencia uma concentração de recursos (terra, tecnologia, conhecimento, etc.) mas também mostra que o sistema agroalimentar hegemônico não é o responsável pelo abastecimento alimentar das populações ao redor do globo. Ao contrário, tem sido apontado por eles, que o sistema agroalimentar hegemônico pode ser o responsável pelo desperdício de alimentos e também por tornar a distribuição e o consumo menos eficientes.

Primeiro, por uma questão energética: a produção agrícola industrial, base desse sistema, geralmente é menos eficiente energeticamente, ou seja, necessita-se mais energia do que produz (SCHUTTER, 2014; TSCHARNTKE et al., 2012). Estima-se que um terço do alimento produzido mundialmente é desperdiçado, e a parte mais significativa do desperdício ocorre durante os estágios de produção e processamento industrial (GUSTAVSSON; CEDERBERG, 2011). Segundo aspecto, o sistema de produção industrial em larga escala não foi, ou não é projetado para a produzir alimentos necessariamente, mas para a produção de commodities agrícolas, alimentares ou não, e para a geração de lucros (MAGDOFF; FOSTER; BUTTEL, 2000; DE SCHUTTER, 2014):

Os que querem transformar o sistema agroalimentares normalmente focam nas questões como a escala ideal de produção agrícola; se devemos organizar sistemas locais ou globais; ou se a tecnologia está correta [...] é bom lembrar que essas questões são essencialmente secundárias diante da questão da comoditização da agricultura (e, de fato, da natureza em si) promovida pela economia capitalista com apenas um objetivo em mente: a produção de lucros (MAGDOFF; FOSTER; BUTTEL, 2000, p.21, tradução nossa).

Para Lang e Barling (2012), quando fala-se em segurança alimentar, tomam-se duas perspectivas para a problematização. Uma prioriza os aspectos da produtividade, para combater os aspectos da subnutrição e fome. A outra, torna as questões da fome e insegurança alimentar mais complexas, ao considerar as dimensões sociais e ambientais essenciais para seu enfrentamento. Segundo os autores, a primeira

perspectiva, orientada pelo produtivismo, é ultrapassada e insuficiente para analisar e propor soluções eficientes para a sustentabilidade agroalimentar. Para Triches e Schneider (2015) há uma lacuna do ponto de vista analítico, entre as relações de produção e consumo de alimentos e estudos mais sociológicos podem contribuir para ampliar esse entendimento.

Espinoza-Sanchés (2012) analisa que o viés economicista de reflexão dos sistemas agroalimentares tende desconsiderar a finalidade elementar dos sistemas agroalimentares: a produção de alimentos. A produção agrícola industrial ou empresarial em maior escala é mais comoditizada, se estrutura de modo especializado e a intensidade produtiva ocorre de maneira centralizada (i.e. monocultivo) através do aporte tecnológico (PLOEG, 2009c). Sua orientação para a exportação de commodities gera a vulnerabilidade dos preços dos alimentos e favorece a valorização da terra desprovida do seu valor social (*land grabbing*) (SCHUTTER, 2011). Se por um lado o produtivismo agrícola pode aumentar a quantidade de produto ofertado, nem sempre essa oferta estará relacionada à produção de qualidade (diversidade, valor nutritivo, aspectos étnicos e culturais diversos etc.) ou à criação circuitos de produção e abastecimento adequados (acesso, governabilidade, mercados justos etc.).

O modo de produção familiar, ou familiar camponês, tende a ir na contramão do modo de produção industrial, define-se a partir de uma relação de produtividade inversa: propriedades menores são mais intensivas no uso de mão de obra e recursos (naturais, econômicos, culturais e sociais) e, desse modo, tendem a produzir mais¹, proporcionalmente, do que a propriedade em larga escala (BARRETT; BELLEMARE; HOU, 2010; TSCHARNTKE et al., 2012).

No modelo ideal, a produção familiar camponesa define-se na reprodução social por meio da associação sinérgica entre agricultura e natureza através da coprodução (PLOEG, 2009b, 2009c). Nela, agricultores dependem dos serviços ecossistêmicos para a produção de alimentos, por meio de processos contínuos de transformação e

¹ No Capítulo 2 retoma-se essa discussão. Essencialmente, considera-se importante as análises a partir de 'modelos tipificados', que ressaltam e "purificam" algumas características do modelo mercantil industrial e do modelo familiar camponês, de modo a dar elementos à discussão sobre a sustentabilidade agroalimentar. Essa tipificação, contudo, não ignora a realidade bem mais heterogênea e de padrões mistos.

incorporação de bens e serviços, da natureza e da agricultura, para consumo humano e ao mesmo tempo equilíbrio do agroecossistema (PLOEG, 2009b, 2009c). Essas dinâmicas de coprodução colocam o capital ecológico como central tanto para o funcionamento do modo de produção camponesa (PLOEG, 2009a), quanto para sua resistência e desenvolvimento diante das adversidades estabelecidas pelo sistema hegemônico (McMICHAEL, 2008). Isso significa que a produção familiar camponesa é, em sua essência, de base ecológica (PLOEG, 2009b). Ou melhor, a produção familiar e de pequena escala tende a se sustentar e se fortalecer no tempo e no espaço, quanto maior for a sinergia estabelecida entre a atividade agrícola e as dinâmicas dos ecossistemas.

Nos estudos sobre a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares observa-se que as atuais discussões acerca dos sistemas agroalimentares partem de duas questões essenciais: I) como alimentar nove bilhões de pessoas no mundo em 2050; e II) como produzir de forma sustentável para alimentar esses nove bilhões. Sendo assim, coloco-me ao lado de Bittman (e outros²) quando ele afirma que não há respostas certas para as perguntas erradas e essas são perguntas erradas, pois partem do pressuposto que podemos encontrar equilíbrio e soluções dentro do modelo mercantil industrial: “Não me pergunte como alimentaremos nove bilhões de pessoas, o problema da fome não é a falta de alimentos, é a pobreza, devemos nos perguntar como vamos acabar com a pobreza” (BITTMAN, 2014). Bittman e outros experts sugerem que para alimentar tal quantidade de pessoas em 2050, não é preciso produzir mais alimentos, é preciso repensar como e para quem são produzidos os alimentos.

Ao encontro desse posicionamento, alguns autores analisam que a realocação dos sistemas agroalimentares através de sistemas de base familiar camponesa, quando atenta às cooptações possíveis e recorrentes pelo sistema hegemônico, pode se constituir como forma de resistência à imposição do modelo mercantil industrial (DUPUIS; GOODMAN, 2005; FEAGAN, 2007). Esta seria uma maneira de oferecer as bases para a sustentabilidade a partir da democratização de recursos e do trabalho associado entre natureza e agricultura. Há uma série de barreiras, contudo, calcadas

² Ver também: Altieri e Rosset (1999), Chappell (2013), Rosset (2005, 2008), Holt-Giménez *et al.* (2012), Tittone (2014), De Schutter (2014), Altieri, Rosset e Thrupp (1998).

por interesses políticos e econômicos que impedem o investimento em sistemas agrícolas familiares e camponeses, as quais menosprezam o potencial desta forma de produção, sem dar o devido valor e investimento para que sejam mais eficientes, inclusive no combate à pobreza rural.

A perspectiva sobre sistemas agroalimentares localizados coloca a produção de base camponesa no centro do debate sobre a sustentabilidade agroalimentar, ao associá-la à produção de base ecológica e ao admiti-la como a matriz provedora de alimentos para a população mundial (SCHUTTER, 2014). Essa perspectiva também reforça a ideia de que há um confronto estabelecido entre dinâmicas, o industrial e o de base camponesa e/ou de base ecológica (se considerarmos que a produção camponesa é em sua essência de base ecológica, como analisado mais acima nesse texto), o qual se faz necessário assumir integralmente e a *priori* de qualquer discussão sobre a sustentabilidade agroalimentar.

A transnacionalização e complexificação do sistema agroalimentar hegemônico coexistem com os circuitos alternativos localizados de produção e consumo de alimentos (ROSSET, 2009; WILKINSON, 2013). Ao voltar o olhar para a produção de base ecológica a partir de experiências de realocização dos sistemas agroalimentares, busquei desvelar algumas dinâmicas e trajetórias específicas desses circuitos localizados, ao tomar por base o exemplo dos sistemas da certificação da produção orgânica.

Foram estudadas as experiências com a certificação da produção orgânica de modo a observar como e se elas apontam quaisquer processos que favorecem a transição para a sustentabilidade agroalimentar. Como pressuposto que justifica tal escolha, pelos sistemas de certificação da produção orgânica, assume-se que a certificação é um processo transversal entre sistemas localizados e o sistema hegemônico. No entanto, é em certa medida, maleável em sua formulação estando mais ou menos comprometido com a construção da sustentabilidade agroalimentar. Como recorte empírico, foram escolhidos dois sistemas de certificação orgânica:

- a) o Sistema Participativo do Estado brasileiro: recentemente implementado (em 2011) garante o direito à certificação da produção através da organização social participativa;

- b) o sistema holandês para implementação do EU Organic Logo: corresponde a um sistema de terceira parte sob a fiscalização exclusiva da empresa holandesa Skal Biocontrole.

Compreende-se que há atores diversos envolvidos nos sistemas de certificação e que eles também podem estar envolvidos com a construção da sustentabilidade agroalimentar. Apresento a seguir a problemática, as questões de pesquisa que orientaram o trabalho e os objetivos, além de delinear o recorte empírico da pesquisa.

1.2 Cooptação ou oportunidade? A problemática da certificação da produção orgânica

Esta tese foi pensada e construída no sentido de contribuir em favor do pensamento que sustenta que a governança e o controle dos sistemas agroalimentares devem ocorrer a partir de disputas e da construção política dos sistemas agroalimentares localizados. Neste sentido, pode-se citar Dupuis e Goodman quando apontam que

[...] a realocização dos sistemas agroalimentares pode ser vista como parte de uma reestruturação, de governo para governança: trata-se da devolução das tomadas de decisões para redes locais sob a gestão dos atores, coordenadas através de múltiplas camadas institucionais (DUPUIS; GOODMAN, 2005, p.367, tradução nossa).

Desse modo, sugere-se que sistemas agroalimentares localizados podem ser alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico, construídos com base na politização de processos, e na democratização de recursos, em contraposição à privatização e elitização dos mesmos (DUPUIS; GOODMAN, 2005; FEAGAN, 2007). A realocização é um processo ativo, não tem um efeito democratizante inerente, e não necessariamente emerge da relação face a face entre produtor e consumidor, mas se constrói constantemente através de negociações e disputas entre diversos atores. Ela se expressa por um conjunto de valores territorialmente construídos (LAMINE; RENTING; ROSSI, 2012) e se estrutura em múltiplos níveis institucionais e para além da localidade em si (DUPUIS; GOODMAN, 2005).

O sistema agroalimentar hegemônico, ou mercantil-industrial, se inicia no período pós-segunda guerra mundial, com a exportação de commodities agrícolas pelos países do hemisfério norte, especialmente os EUA, aos países em desenvolvimento, no hemisfério sul. Isto, praticamente sem custos aos países receptores, foi uma estratégia de exportação 'forçada' das commodities, produzindo futuramente nesses países receptores problemas como a superprodução e homogeneização produtiva e alimentar (FRIEDMANN, 2005a, 2005b; McMICHAEL, 2005; McMICHAEL, 2009b).

No Brasil, a exemplo, um conjunto de fatores de cunho fortemente político (vide o golpe militar de 1964) propiciou a instauração da modernização agrícola como forma de internacionalização da economia (RODRIGUES, 1987). Assim, muitos investimentos foram feitos no sentido de justificar tecnicamente a lógica de acumulação de capital por meio da agricultura, orientados pela noção de desenvolvimento e progresso.

Entretanto, produtores descapitalizados foram excluídos do processo de modernização agrícola e ficaram de fora, e/ou pressionados pelo modelo industrial mercantil (BRANDENBURG, 2002). Os agricultores isentos de recursos financeiros para comprar as novas tecnologias, não conseguiram (ou não quiseram) participar do projeto modernizante, desenvolvidos pelos institutos de pesquisa agrícola juntamente com as indústrias (RODRIGUES, 1987). Nas décadas de 1960 e 1970, em todo o globo, pressões advindas dos movimentos ambientalistas e camponeses ganharam força na contestação dos impactos ambientais³ resultantes do modelo mercantil industrial, em forte expansão global. As denúncias dos impactos ambientais ganharam notoriedade política e científica através da famosa obra de Rachel Carson, *A Primavera Silenciosa* (1962), e tornou-se, desde então, cada vez mais difícil esconder as contrariedades do novo modelo, tanto nos países do norte como do sul global. Por volta do final da década de 1970, o nascimento dos movimentos pela agricultura de base ecológica no Brasil coincidiu com o renascimento de grupos nos Estados Unidos e Europa.

³ Acselrad (2010) apresenta a noção de "ambientalização", que se refere ao modo como atores articulam-se em torno das questões ambientais para discutir e reivindicar demandas de cunho social como desemprego e pobreza.

Na Europa, de modo geral, esses novos grupos se relacionavam com o movimento contracultura e de embate à sociedade capitalista, inovando e fortalecendo os movimentos ecológicos surgidos no início do século.

Tais questionamentos e contestações na sociedade civil, inclusive, forçaram adaptações no sistema agroalimentar hegemônico, o qual incorporou e vem incorporando em parte a produção de base ecológica na forma de um ambientalismo corporativo dos sistemas agroalimentares, ou capitalismo verde (Friedmann, 2005b), em conformação com o desenvolvimento neoliberal.

Entretanto, para McMichael (2008), os movimentos sociais e camponeses, tem um papel importante de politização, dentro e para além do sistema agroalimentar hegemônico. Segundo ele, há uma disputa ontológica pela organização e governança dos sistemas agroalimentares, na qual, a desnaturalização da lógica puramente mercantilista é a pré-condição para a construção da soberania alimentar, em confronto ao projeto de desenvolvimento neoliberal (McMICHAEL, 2008).

No ambientalismo corporativo, Estado e especialmente mercados, são atores centrais de sua organização. Essa “cooptação”, do ambientalismo corporativo, evidencia uma crise estabelecida no sistema hegemônico, pois revela uma infinidade de problemas (produção de resíduos, exaustão e degradação dos ecossistemas, ineficiência energética, aumento dos custos de produção, problemas de saúde provocados por uso de agrotóxicos, má distribuição e qualidade no acesso aos alimentos, etc.) que se tornaram incapazes de serem resolvidos pelos mesmos dispositivos (técnicos, políticos, econômicos e sociais) que os criaram, a partir da estruturação do sistema mercantil industrial (FRIEDMANN, 2005b). Basicamente, as soluções apresentadas pelo ambientalismo corporativo são de ordem técnica e são centralizadas. Não há um megaprojeto de reconstrução do sistema hegemônico, nem projeto, nem interesse, como já colocado anteriormente.

O modelo mercantil industrial carrega em si uma insustentabilidade inerente – não há sustentabilidade do insustentável (BUTTEL; GOODMAN; WATTS, 1997). Às ciências, cabe o papel de desvelar o que está por trás dos discursos (i.e. desenvolvimento sustentável) e ações (i.e. institucionalização da produção orgânica), que podem estar relacionados também ao discurso de sustentabilidade no sistema

agroalimentar. Estudos acadêmicos e institucionais buscam compreender como os diversos atores se apropriam e interagem a partir desses discursos e projetos, e encontram neles janelas de oportunidade para disputar e construir propostas diversas às do ambientalismo corporativo.

No norte global, quando começam a crescer as pressões e demandas de consumidores (especialmente), a partir da década de 1970, por alimentos de qualidade e saudáveis, emerge o interesse em organizar e regulamentar a produção de base ecológica para constituição de mercados de produtos orgânicos, a partir da década de 1980 (GUTHMAN, 2004a). Os regimes de produção orgânica estabelecem as regras para produção, processamento e comercialização de alimentos e produtos agrícolas de base ecológica reconhecidas e padronizadas principalmente para atender, ou ser compatível ao sistema mercantil industrial. A certificação da produção orgânica torna-se a coluna vertebral dos regimes de produção orgânica, em diversos países do mundo. E ocorre, preponderantemente, a partir da simplificação (técnica, social, cultural, ambiental etc.) da produção de base ecológica (este aspecto será aprofundado no Capítulo 3 desta tese), tornando-se atrativa e factível para o ambientalismo corporativo (GUTHMAN, 2000, 2004b; FRIEDMANN, 2005b).

Em princípio, os sistemas de certificação emergem da necessidade do sistema agroalimentar hegemônico em padronizar e qualificar a produção de base ecológica como um nicho de mercado. Contudo, identifica-se um processo de organização e governança pelos sistemas agroalimentares localizados que fica ameaçado por essa imposição externa e orientada para o mercado (BYÉ; SCHMIDT, 2001). Isso estabelece, portanto, no âmbito da produção de base ecológica, conflitos entre sistemas agroalimentares localizados e o sistema mercantil industrial, os quais ocorrem por dentro e paralelamente aos sistemas de certificação. No fundo, alguns autores até sugerem que esses conflitos carregam em si uma disputa ontológica pelos sistemas agroalimentares a qual reside na contraposição estabelecida entre “agricultura global”, ou “alimento de lugar nenhum” versus “agroecologia local”, ou “alimento de algum lugar” (McMICHAEL, 2008; McMICHAEL, 2009b).

O argumento central, aqui, é que os sistemas de certificação da produção orgânica se estruturam em diferentes níveis, e com atores diversos não apenas os mais

fortemente conectados ao ambientalismo corporativo e/ou com o sistema agroalimentar mercantil industrial mercantil. A certificação, como norma e processo, intercepta também os sistemas agroalimentares localizados, encontrando confronto, resistências, divergências, negociações e transformações em múltiplas escalas de ação. No contexto dessa problemática mais geral, são propostas três perguntas-problema, que foram orientadoras da pesquisa no sul do Brasil e na Holanda. Os questionamentos formulados conduziram o estabelecimento dos objetivos que levam às reflexões que constituem esta tese. De maneira a apresentar sistematicamente a organização da pesquisa e da tese, é apresentado abaixo o Quadro 1. Nele, é possível visualizar as questões, os respectivos objetivos, o capítulo correspondente, assim como, as diretrizes metodológicas principais.

Quadro 1 - Sistematização da organização da tese

Pergunta	Capítulo	Objetivos	Metodologia
Qual o atual cenário da produção de base ecológica no Brasil e na Holanda? Quais os componentes da expansão da produção de base ecológica em direção à construção da sustentabilidade agroalimentar?	2.AGRICULTURA, SOCIEDADE E ALIMENTO.	Analisar cenários da produção de base ecológica e orgânica no Brasil e na Holanda, associando-os à discussão sobre a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares.	Análise documental, dados de entrevistas e revisão bibliográfica ⁴ .
Como os diversos atores envolvidos com a realocização dos sistemas agroalimentares interagem para a organização de sistemas de certificação da produção de base ecológica, na Holanda e Brasil?	3. DESVELANDO OS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO, OS ATORES E SEUS ENVOLVIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AGROALIMENTAR	Apresentar quem são os diversos atores envolvidos na produção de base ecológica nas experiências localizadas e identificar e descrever dinâmicas e elementos que revelam a interação deles com a sustentabilidade agroalimentar localizada.	Observação participante e entrevistas abertas com os atores envolvidos nos sistemas certificadoros, inspiradas pela Perspectiva Orientada ao Ator.
Quais são as trajetórias desenhadas pelos atores para as transições para a sustentabilidade agroalimentar?	4. OPORTUNIDADES DE TRANSFORMAÇÕES NOS REGIMES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA OU CAMINHOS PARALELOS?	Revelar como os atores diversos interagem para além dos sistemas certificadoros e constituem trajetórias de transição para a sustentabilidade agroalimentar.	Elaboração e desenho de arranjos de agência e trajetórias com base nos resultados de pesquisa de campo e na Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas, abordagens teóricas e metodológicas.

Fonte: elaborado pela autora (2015).

⁴ No caso holandês, também são trazidos para a análise dados da pesquisa de campo, tendo em vista que o acesso à bibliografia ficou limitado dado o desconhecimento do idioma holandês, assim, foram considerados os materiais obtidos em língua inglesa. Logo, faço esse esforço de associar a análise documental à pesquisa de campo.

1.3 Organização da tese

A tese está organizada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Não há uma divisão entre capítulos teórico, metodológico e de resultados. Ao invés disso, os capítulos foram pensados de modo a responder as perguntas e os objetivos específicos desta tese (ver Quadro 1). Todos os capítulos são resultados de esforço teórico, metodológico e analítico, refletidos a partir da pesquisa de campo, como também da formação durante os quatro anos de doutoramento em Desenvolvimento Rural, e com contribuições e influências da Escola de Wageningen.

O segundo capítulo “AGRICULTURA, ALIMENTO E SOCIEDADE” objetiva responder à primeira pergunta: Qual o atual cenário da produção de base ecológica no Brasil e na Holanda e o que está em jogo quando se discute a expansão da produção de base ecológica em direção à construção de sustentabilidade agroalimentar? Nele, é apresentado o tema da sustentabilidade dos sistemas agroalimentares com mais profundidade, dando seguimento ao que já foi apresentado nos subitens 1.1 e 1.2. Inicialmente, diferencio, para fins desta tese, os termos agricultura de base ecológica, agricultura orgânica e agroecologia. Em seguida, é problematizada a questão da expansão da produção de base ecológica, elencando três principais dimensões para o processo de *scaling up*: dimensão da produtividade e escalas; dimensão da mão-de-obra; e dimensão dos mercados e comercialização. Por fim, é constituído o cenário da produção de base ecológica e caracterizados os regimes da produção orgânica no Brasil e na Holanda. Desenvolve-se, nesse capítulo, um primeiro nível de análise, no qual o argumento central é de que os regimes de produção orgânica estão centrados em modelos certificatórios que não contribuem, necessariamente, para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, mais localizados e autônomos, comprometidos com os valores de justiça social e com a soberania alimentar.

O terceiro capítulo “DESVELANDO OS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO, OS ATORES E SEUS ENVOLVIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES” *localizados* objetiva responder a segunda pergunta: Ao tomar as experiências com os sistemas de certificação no sul do Brasil e na Holanda, como os diversos atores envolvidos na produção de base ecológica interagem para a

organização de sistemas agroalimentares localizados? Neste capítulo, apresento e caracterizo as experiências estudadas no sul do Brasil – com os dois Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica; e na Holanda – com diversos atores envolvidos no sistema de certificação de terceira parte. São apresentadas as áreas de pesquisa, os grupos, as organizações, tipos de mercados e os atores envolvidos com os sistemas certificatórios. E são apresentados alguns elementos e dinâmicas sociotécnicas que indicam o envolvimento desses atores com a sustentabilidade agroalimentar nas experiências localizadas.

O quarto capítulo “OPORTUNIDADES DE TRANSFORMAÇÕES NAS REGRAS DOS REGIMES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA OU CAMINHOS PARALELOS?” objetiva responder à última pergunta: Quais são as trajetórias sociotécnicas desenhadas quanto às transições para a sustentabilidade agroalimentar? Desenvolvo, a partir da caracterização das experiências no capítulo anterior, um segundo nível de análise, no qual sugiro que atores diversos se organizam através de arranjos de agência. Esses arranjos se revelam através de dinâmicas localizadas (produção, comercialização e consumo). Por fim, esses arranjos compõem o desenho de duas trajetórias para a sustentabilidade agroalimentar de acordo com as condições localizadas (políticas, sociais, culturais, econômicas).

1.4 Brasil e Holanda: desafios e riquezas entre os diferentes

Como mencionado anteriormente, fez parte da pesquisa um estudo comparativo de dois sistemas de certificação de produção orgânica, um no Brasil e outro na Holanda. Assim, deve-se esclarecer que o Sistema Participativo estabelecido em lei pelo Estado brasileiro (Instrução Normativa número 19/2009, pelo Ministério da Agricultura) está em implantação, paulatinamente, desde 2011. Ele traz no seu bojo uma inovação que se trata-se da garantia ao direito à certificação da produção através da organização social participativa (i.e. realizada pelas partes interessadas, que podem ser agricultores, técnicos e/ou consumidores). Já, o sistema holandês, que trata da implementação do EU Organic Logo - corresponde a um sistema de terceira parte (i.e. auditoria realizada por peritos) sob a fiscalização exclusiva da empresa holandesa Skal Biocontrole. Estes dois ‘ambientes’, então, constituem a aproximação empírica da

pesquisa.

Talvez a pesquisa comparativa entre estudos de casos nos dois países seja ao mesmo tempo o maior desafio e a maior qualidade desta tese: comparar os diferentes. Diferenças estruturais, econômicas, culturais, políticas, etc.; sob as quais está organizada a produção de base ecológica em cada país. E, também, diferenças em termos dos sistemas de certificação estudados, na medida em que no Brasil a pesquisa de campo foi realizada com os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) e na Holanda juntamente ao sistema de certificação de terceira parte. Inicialmente, essa foi uma condição 'externa' imposta, tendo em vista que não há SPGs na Holanda.

No Brasil, é necessário, aqui, esclarecer que, o início do processo que levou às escolhas e definições sobre o recorte empírico recaem sobre a inserção da pesquisadora, em 2012, no projeto de pesquisa "Transições sociotécnicas rumo à sustentabilidade no desenvolvimento: estudos sobre a Produção de Novidades entre agricultores familiares no Rio Grande do Sul⁵". Ainda em 2010, o trabalho havia iniciado com a finalidade de identificar e avaliar dinâmicas sociotécnicas que fortalecem ou dificultam a produção de novidades na agricultura, analisando aspectos relacionados à participação dos atores sociais e à governança de possíveis processos de transição em andamento. Empiricamente, estava voltado ao estudo de casos de agricultores familiares que vinham desenvolvendo sistemas de produção agrícola ecológicos e inscritos no que se podia denominar de cadeias agroalimentares alternativas.

Esta inserção conduziu a entrada a campo junto a uma organização que emergia em atendimento às novas normas para SPGs e se localizava na região metropolitana de Porto Alegre, o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica da Associação dos Agricultores Agroecologistas da Região Metropolitana (OPAC RAMA). Naquela época, o processo de certificação participativa, a partir da regulamentação via Ministério estava em seu início. As leis eram recentes, haviam muitas dúvidas de funcionamento da certificação via SPGs. Havia, junto ao Ministério da Agricultura,

⁵ Projeto que contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), coordenado pela Prof. Flávia Charão Marques.

apenas quatro SPGs que dão direito à certificação (OPACs⁶) registrados em todo o país, e outros tantos em andamento. No Rio Grande do Sul, estavam em seu início a constituição de três OPACs – OPAC RAMA; o OPAC do Litoral Norte e o OPAC da Cooperativa dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS); e alguns Organismos de Controle Social (OCS).

O conhecimento de outras experiências⁷ no Rio Grande do Sul se deu em maio de 2012, quando houve a oportunidade de participar junto com técnicos diversos, agricultores e produtores e atores colaboradores de todo o estado do Rio Grande do Sul, da Oficina para a Formação de Multiplicadores sobre Regularização de Grupos de Agricultores via Sistemas Participativos de Garantia, realizada em Porto Alegre na sede do Ministério da Agricultura. Na ocasião foram esclarecidas e discutidas com profundidade dúvidas sobre o processo de criação e regulamentação dos sistemas participativos. Depois da Oficina de Multiplicadores, deu-se início a uma revisão documental aprofundada sobre os processos de regulamentação e institucionalização da produção orgânica, e sobre o processo de reconhecimento e regularização dos sistemas participativos no Brasil: os instrumentos legais, o processo histórico de regulamentação e institucionalização. Em 2013 passou-se a acompanhar também as atividades do grupo do Litoral Norte.

Percebeu-se com a imersão no contexto empírico, que o que moviam agricultores, produtores e processadores principalmente, não era necessariamente a certificação, havia outras questões em jogo. Para constituição dos sistemas participativos de certificação orgânica, diversos atores eram mobilizados, de ocupações e percepções de mundo diversas e isso refletia no propósito de criação de cada grupo. O universo dos sistemas participativos para certificação da produção orgânica se apresentou desde então com grande potencial para a pesquisa sobre sustentabilidade de sistemas agroalimentares.

Posteriormente, durante o estágio sanduíche na Holanda (durante o ano de

⁶ Os sistemas participativos que dão direito à certificação orgânica são do tipo Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). O Organismo de Controle Social (OCS) é o SPG que não dá direito à certificação, ver mais informações estão nos capítulos 2 e 3.

⁷ Na época estavam em andamento a constituição de três OPACs no Rio Grande do Sul e uma OCS: a do OPAC do Litoral Norte, e a do OPAC da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), e a OCS Ferrabraz em Sapiranga.

2014), surgiu a oportunidade de realizar o estudo comparativo. E tal estudo acabou por tornar-se central para a tese, como uma chance de compreender o que está por trás da organização dos regimes de produção orgânica em cada país, em ambos casos centralizados no modelo certificatório. O estudo comparativo se justifica, dessa maneira, pela riqueza de dados e informações que os estudos de caso proporcionam para ajudar a compreender o lugar da certificação na construção da sustentabilidade agroalimentar a partir da realocação de sistemas agroalimentares, a partir da realidade de pequenos produtores de base ecológica, técnicos e consumidores.

Na Holanda, confirmada a possibilidade de realização da pesquisa comparativa, os dados coletados do Brasil precisaram ser (re)organizados de modo a melhor explorar as diferenças nos dois contextos. Para tanto, e a partir do embasamento teórico-metodológico utilizado na pesquisa, novas contribuições foram agregadas no sentido de configurar, como categorias analíticas, dois regimes da produção orgânica, um na Holanda e outro no Brasil. Essa configuração é que proporcionou as condições para comparar as duas realidades.

A proposta das entrevistas foi compreender como funcionavam os sistemas produtivos desses pequenos produtores, e qual o lugar e a importância da certificação na organização dos mesmos.

Esta (re)organização, dada em função da inclusão do 'caso' holandês, recebeu algumas contribuições importantes do Professor David Goodman (Universidade da Califórnia, um dos proponentes da *Food Regime Theory*) e do Pesquisador Henk Henting (especialista nos estudos sobre as transições pela Universidade de Wageningen). Tais contribuições foram debatidas e incorporadas durante a participação em um curso oferecido pela European Society of Rural Sociology (ESRS), na *Summer School of 2014: Theoretical Approaches to Ecologisation of Food Systems*⁸.

Atualmente, os critérios gerais para a conformidade e certificação são baseados nos princípios da produção orgânica, tanto no Brasil quanto na Holanda, tendo sido

⁸ Cabe registrar que o projeto de tese foi submetido e avaliado segundo os critérios do Edital da ESRS antes de ser selecionado para participação no referido curso intensivo, que foi realizado no Instituto Olivier de Serres - Le Pradel, em Ardèche, sul da França, de 8 a 12 de setembro de 2014, sob a coordenação de Claire Lamine, do Instituto Científico de Investigações Agronômicas da França (INRA) em parceria com demais pesquisadores seniores europeus, tais como David Goodman.

propostos pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM, 2015). Estes critérios, essencialmente, recomendam a otimização dos ciclos naturais e proíbem o uso de pesticidas e OGM (Organismos Geneticamente Modificados) e adubos sintéticos, em todas as etapas de produção e transformação. Além disso, dentro de cada país, os governos tendem a refinar este conjunto de critérios, os quais são negociados entre diferentes atores e movimentos envolvidos com a produção de base ecológica. As especificidades podem variar em termos de modos de certificação, critérios normativos, como também em termos de políticas e programas de apoio à organização da produção de base ecológica.

No Brasil, foram realizadas 23 entrevistas abertas (ver Anexo 1), considerando as duas experiências: a do OPAC RAMA, na região Metropolitana de Porto Alegre, e a do OPAC do Litoral Norte. Na Holanda, foram conduzidas mais nove entrevistas abertas (ver Anexo 2). Em ambos os casos, os interlocutores da pesquisa foram agricultores familiares, pequenos produtores orgânicos⁹, processadores, técnicos, consumidores e intermediários. A observação participante foi levada a cabo em reuniões de grupo, de associações, seminários, feiras de produtores, e cursos de formação. Especialmente no Brasil, as atividades acompanhadas estavam conectadas aos SPGs, e todos os entrevistados estavam necessariamente envolvidos com um dos dois sistemas participativos – o Organismo Participativo de Avaliação da conformidade Orgânica da Associação dos Agricultores Agroecologistas da Região Metropolitana de Porto Alegre (OPAC RAMA); e o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, OPAC do Litoral Norte (ver Anexo C).

Na Holanda, os agricultores entrevistados foram selecionados com indicação e a parceria da ONG Otherwise¹⁰ e outros colaboradores individuais. A Otherwise é uma Organização Não Governamental que atua junto à Universidade de Wageningen, e, juntamente ao ILEA – Agriculture Network¹¹, tendo na construção do conhecimento da sustentabilidade da agricultura de base familiar e ecológica na Holanda sua principal

⁹ No segundo capítulo dessa tese, é feita uma breve discussão delimitando o que é a produção orgânica, a produção de base ecológica e a agroecologia.

¹⁰ Ver: <<http://www.st-otherwise.org>>

¹¹ O ILEA é o Centro de Aprendizagem em Agricultura Sustentável (*Centre for learning on sustainable agriculture*). Mais detalhes podem ser obtidos em: <<http://www.agriculturesnetwork.org>>.

diretriz de atuação.

No caso holandês, além de serem necessariamente pequenos produtores orgânicos, outro critério para entrevista foi quanto a associação dos agricultores a circuitos de comercialização localizados, mais autônomos, os quais priorizam a comercialização mais direta possível com os consumidores. Dessa maneira, a proposta da entrevistas foi compreender como funcionavam os sistemas produtivos desses pequenos produtores, e qual o lugar e a importância da certificação na organização dos mesmos.

Também foram entrevistadas duas técnicas que trabalham na chefia das empresas certificadoras SKAL Biocontrole (certificadora da produção orgânica) e Stichting Demeter (certificadora da produção biodinâmica). Finalmente, foi entrevistada uma consumidora ativista, coordenadora de um coletivo de compras de alimentos com 200 membros associados, chamado Voedselkollektief (coletivo de alimentação), localizado em Amersfoort, na província de Utrecht. O coletivo Voedselkollektief compra produtos diretamente dos produtores orgânicos e de base ecológica, sem nenhum gestor intermediário, sendo que os produtores fornecedores podem ser certificados ou não.

Como estudo comparativo, *a priori*, procurei compreender a importância e a razão da certificação na consolidação dos regimes da produção orgânica (ver Capítulo 2), e as especificidades da organização e funcionamento dos sistemas de certificação em cada país, através principalmente de pesquisa documental. Em seguida, identifiquei e analisei, as ações e os discursos dos atores envolvidos com esses sistemas de certificação, e o reflexo deles na construção da sustentabilidade através de sistemas agroalimentares localizados. Para tanto, através das entrevistas abertas e da observação participante, os objetivos específicos foram:

- a) identificar como os atores se organizam em relação aos mercados, ao acesso ao conhecimento e ao acesso a recursos técnicos;
- b) avaliar o grau de envolvimento e satisfação desses atores com os sistemas de certificação;
- c) identificar quais os conflitos, negociações e dificuldades postas a esses atores;
- d) analisar quais as perspectivas de evolução das experiências em curso, no

contexto específico de cada país e região.

1.5 Inspirações teóricas e metodológicas

As principais referências para o desenvolvimento desta tese advêm da Sociologia da Alimentação – Teoria dos Regimes Alimentares e Redes Agroalimentares Alternativas – e dos estudos sobre as Transições Sociotécnicas - Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas. Elementos da Ecologia Política também foram relevantes, especialmente no processo de problematização e reflexão. Em termos pragmáticos, quanto à condução da pesquisa de campo e à centralidade que se coloca ao papel da agência dos atores, as minhas inspirações advêm também da Perspectiva Orientada ao Ator.

A Sociologia da Alimentação proporciona a discussão crítica sobre a sustentabilidade produtiva na agricultura para a produção de alimentos, através da combinação entre a abordagem da Teoria dos Regimes Alimentares (*Food Regime Theory*) (FRIEDMANN; McNAIR, 2008; FRIEDMANN, 2005b; McMICHAEL, 2005; McMICHAEL, 2009a, 2009b) e da abordagem de Redes Agroalimentares Alternativas (*Alternative Food Networks, AFNs*) (GOODMAN, 2004; SONNINO; MARSDEN, 2006; HIGGINS; DIBDEN; COCKLIN, 2008). A perspectiva macro analítica da Teoria dos Regimes Alimentares serve de base para explicar a composição e funcionamento do sistema agroalimentar hegemônico. Já, a AFN ajuda focar o desenvolvimento das redes agroalimentares localizadas, como alternativas específicas para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares.

As duas abordagens, à primeira vista, podem ser consideradas antagônicas, e foram inclusive ponto de discussão forte entre os estudiosos e teóricos das duas perspectivas (GOODMAN, 2004; PLOEG; RENTING, 2004). A *Food Regime Theory*, proporciona uma crítica pluriforme do sistema hegemônico fundamentada em sua organização socioeconômica, corporativista e neoliberal. De modo geral, é mais cética quanto às possibilidades de transformações profundas no sistema agroalimentar global em direção à democratização e a sustentabilidade, ressalta a alta capacidade adaptativa do capitalismo através do que denominam de ambientalismo corporativo.

A AFN, por um lado, dá visibilidade às experiências bem sucedidas na construção de redes de produção e consumo localizadas que têm como eixo central o consumo sustentável e a governança descentralizada dos sistemas agroalimentares. Por outro, oferece pouca discussão no que tange os processos de *up scaling* dessas iniciativas localizadas, e pode resultar algumas vezes numa forma de 'localismo irreflexivo' (DUPUIS; GOODMAN, 2005). Ao tomar elementos das duas, Food Regime Theory e AFN, o objetivo analisar se os sistemas de certificação orgânica contribuem para a conexão entre os dois níveis, micro e macro, sob a perspectiva de transição para a sustentabilidade nos sistemas agroalimentares.

Na Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas (*Multilevel Perspective*, MLP), que deriva dos estudos sobre ciência, tecnologia e dinâmicas de inovação, a crise estabelecida no sistema agroalimentar dominante é uma condição preliminar para a emergência de padrões inovadores em direção à sustentabilidade, os quais são construídos através da interação entre múltiplos atores – suas estratégias, recursos, crenças e interações (GEELS, 2011). A MLP define que os processos de transições sociotécnicas são aqueles capazes de levar à possível emergência de novos regimes sociotécnicos (GEELS, 2011) e propõe três níveis analíticos para ajudar no entendimento desses processos.

O nicho é o primeiro nível (micro), e representa as experiências locais de inovação, nas quais a estruturação e o grau de institucionalização são mínimos. O regime, o segundo nível (meso), é conformado por um conjunto de regras dominantes (cognitivas, normativas e regulatórias) que orientam as práticas dos atores. E a paisagem representa as circunstâncias externas de caráter macro (e.g., acordos internacionais, mudanças climáticas, variação do preço do petróleo, etc.) capazes de influenciar indiretamente as mudanças nos demais níveis (KEMP; SCHOT; HOOGMA, 1998).

A disposição em níveis de organização e estruturação que interagem entre si é a principal contribuição da Perspectiva Multinível (MLP) para este trabalho, mais especificamente no que tange a interação entre os níveis de nicho e regime. Deste modo, considera-se que, nos nichos, se desenvolvem as experiências localizadas com a produção de base ecológica, sob práticas e normas relativamente independentes, as

quais são transversalizadas pelos sistemas de certificação da produção orgânica, organizados em nível do regime. Os maiores desafios para o uso da MLP, no entanto, são quanto às forças políticas e econômicas que interpelam os processos de transições sociotécnicas no âmbito dos sistemas agroalimentares, não os fazendo, como (tende) propõe a teoria, caminhos completos e predefinidos, com início, meio e fim.

A MLP propõe a mínima coordenação entre as demandas dos atores e a disponibilidade de recursos (sociais, técnicos, culturais, econômicos, políticos) para transformações profundas no regime dominante (GEELS, 2011; KEMP; SCHOT; HOOGMA, 1998; SMITH; STIRLING; BERKHOUT, 2005; SMITH; VOS; GRIN, 2010). Por um lado, o regime é resultado de uma estruturação e organização maior de normas em nível dos nichos, e permite a replicação padronizada de experiências. Por outro, ele também revela o contexto de incertezas, atribuídas à organização social, política e econômica relativa ao sistema agroalimentar hegemônico.

Portanto, identifiquei dois pontos críticos quanto ao uso das abordagens das transições sociotécnicas para a pesquisa sobre a sustentabilidade de sistemas agroalimentares. Os dois pontos são de ordem ontológica e, também, epistemológica, e têm sido amplamente discutidos pelos críticos da perspectiva das transições sociotécnicas. Primeiramente, de modo geral e não apenas a MLP, alguns críticos sugerem que muito dificilmente as abordagens das transições sozinhas são capazes de superar o enfoque tecnicista nas soluções da problemática ambiental (LAWHON; MURPHY, 2012). Fundamentalmente, essa proposição sugere que, mesmo quando há a coordenação de recursos necessária, é imprescindível superar a ideia de que soluções técnicas podem resolver as questões ambientais, as quais se manifestam especialmente através de uma problemática social, política e econômica maior (HARVEY, 1993; BRYANT, 1997). O segundo ponto crítico refere-se à influência desse tecnicismo sobre o papel da agência nos processos das transições sociotécnicas. Na MLP, a agência se revela através dos processos de aprendizagem e da interação contínua entre múltiplos atores, mas é insuficiente para lidar com questões de disputas de poder (GEELS, 2011) – político e econômico, por exemplo.

Um dos argumentos centrais nesta tese é que as transições sociotécnicas são períodos de oportunidades para mudanças nas normas e acordos que estruturam a

produção de base ecológica em nível dos regimes da produção orgânica. Sem, contudo, negligenciar as relações de poder, políticas e econômicas, que configuram o sistema agroalimentar hegemônico capitalista. Justamente neste sentido é que alguns *insights* da Ecologia Política e da Teoria Orientada ao Ator foram trazidos para o trabalho a fim de tentar contrabalancear os dois pontos críticos identificados no contexto da MLP. A ideia é garantir a abrangência de conflitos e disputas contingentes de problemas ambientais complexos na construção da sustentabilidade agroalimentar. A agência, nessa perspectiva, se constrói sob controvérsias, conflitos e resistência, e não através da “simples” coordenação de recursos que culminam numa solução técnica para a problemática ambiental. Nessa perspectiva, ela é fruto de um processo interacional entre múltiplos atores e instituições em situações contingenciais (LONG; PLOEG, 1991).

Com a ajuda da Ecologia Política e da Teoria Orientada ao Ator, reconhece-se a existência de força estruturante maior, moldada pelos poderes econômico e político hegemônicos, as quais podem restringir a ação dos atores. Mas, limita-se certa hierarquia e determinismo nas trajetórias das transições sociotécnicas para a sustentabilidade no âmbito dos sistemas agroalimentares. Ficam, desse modo, reconhecidos e legitimados os espaços para disputas e negociações mesmo quando esses possam estar escondidos por detrás dos discursos cooptores (LONG; LONG, 1992; LONG; PLOEG, 1991; LONG, 2003). Metodologicamente, deve-se reforçar, aqui que a Perspectiva Orientada ao Ator foi auxiliar no direcionamento da pesquisa, especialmente no que se refere à identificação de como os atores operam e se organizam em determinado contexto sociotécnico – no caso, dos sistemas certificadorios da produção orgânica. Através das entrevistas abertas e da observação participante em diversos espaços comuns aos atores envolvidos (reuniões, feiras de produtores, cursos), buscou-se identificar as percepções dos atores e seus discursos. O esforço de pesquisa foi no sentido de realizar e documentar as observações e os relatos coletados em campo, sendo assim, os aspectos observados eram registrados em caderno de campo e as entrevistas gravadas e transcritas posteriormente, além dos registros de imagens que se constituiu em ferramenta complementar. Embora não tenha sido possível uma imersão junto aos contextos pesquisados que justificassem uma

etnografia, a busca de entendimento e associação das percepções de diversos atores procurou considerar o que sugere Long (2003).

Os elementos centrais do esforço etnográfico foca na elucidação de estratégias e processos de mudança gerados internamente, e nos links entre os 'pequenos' mundos dos atores locais e o contexto global, e também, no papel crítico dos diversos atores constantemente divergindo diferentes formas de ação social e de construção de projetos de desenvolvimento (LONG, 2003, p. 15, tradução nossa).

Analicamente, pode-se destacar que se está considerando os emergentes sistemas certificatórios como processos inovativos (técnicos e sociais), assim, se conduz a reflexão tomando que eles têm por objetivo favorecer a produção de base ecológica, emergem da prática e da experimentação dos diversos atores, que, por sua vez, disputam com os regimes de produção orgânica a organização de sistemas agroalimentares localizados. Também, se está propondo a noção de arranjos de agência¹², de modo a permitir o delineamento de duas trajetórias de transição para sustentabilidade agroalimentar. A primeira trajetória definida pela disputa da institucionalização da produção orgânica e de base ecológica, pautada em valores de justiça e inclusão social; e uma segunda trajetória que se define pela construção de estratégias paralelas às normas do regime da produção orgânica.

¹² Essa noção é proposta na tese com base no referencial teórico adotado, especialmente tomada a Perspectiva Orientada ao Ator., e com o apoio e incentivo do professor já mencionado nesse capítulo, David Goodman. Os arranjos de agência permitem analisar o modo como os diversos atores se organizam para a construção da sustentabilidade agroalimentar de sistemas agroalimentares localizados, em maior ou menor grau de interação com os regimes da produção orgânica, deste modo, essa noção será melhor desenvolvida no Capítulo 4.

2 AGRICULTURA, ALIMENTO E SOCIEDADE

Os estudos sobre sistemas agroalimentares possibilitam compreender as dimensões de produção e consumo de alimentos sob uma perspectiva de corresponsabilidade entre atores diversos. Não se trata exatamente das responsabilidades individuais – no sentido de que produtores e consumidores sejam individualmente responsáveis pela sustentabilidade agroalimentar – mas a uma responsabilidade associada e coletiva, entre a agricultura (produtores) e sociedade (sociedade civil, Estado e mercados). Essa responsabilidade associada ocorre tanto através da (re)estruturação e (re)orientação em nível de regimes (meso) quanto da organização e empoderamento das experiências em nível de nicho (micro), protagonizada por atores locais.

O desenho da sustentabilidade agroalimentar desenhado, para sustentar a discussão feita nesta tese entrelaça as diversas dimensões sociais, técnicas, políticas e econômicas, da agricultura, alimentação e sociedade, a partir da produção de base ecológica. Como modelo ideal proposto por esta tese (Figura 1), a transição para a sustentabilidade agroalimentar visa ao máximo a descentralização dos circuitos de produção, distribuição e consumo, e a conexão entre sistemas agroalimentares localizados (HINRICHS, 2003; GOODMAN; DUPUIS, 2005). Esse conjunto deve proporcionar: as práticas de manejo de base ecológica (FRANCIS et al., 2003; GLIESSMAN, 2011); amplo direito de uso e acesso à terra e à água de qualidade (ESPINOSA-SANCHÉZ, 2015; ROSSET, 2006) a otimização da agrobiodiversidade (CHAPPELL; LA VALLE, 2011; PERFECTO; VERDERMEER, 2010); a diminuição do desperdício e da perda de alimentos e nutrientes dentro e fora dos agroecossistemas; a construção da soberania alimentar local (HOLT-GIMÉNEZ, 2009; ALTIERI, 2010; ALTIERI; TOLEDO, 2011;); mercados justos; a eficiência energética ao longo do circuito de produção e comercialização (NIEDERLE et al; 2013) e à promoção da saúde como direito e bem-estar coletivo (AZEVEDO; PELICIONI, 2012; TIMMERMANN; FELIX, 2015).

Figura 1 - Modelo ideal da Sustentabilidade Agroalimentar



Fonte: elaborada pela autora, 2015

Para o senso comum, a produção orgânica atualmente é um importante símbolo da agricultura sustentável. No entanto, colocada desta forma, não necessariamente se conecta a processos de transição para a sustentabilidade agroalimentar, justamente por isso, na figura acima, procuro ilustrar a produção orgânica certificada como um 'núcleo duro' da sustentabilidade na agricultura. Duro no sentido de pouco flexível e de regras padronizadas. Esta posição é, também, corroborada por diversos autores em diferentes lugares no mundo. Ao estudar a realidade da produção orgânica na Índia, e a sua relação com o sistema agroalimentar global, Thottathil (2014) adverte sobre os riscos de fortalecer a produção orgânica certificada sem tomar cuidado com algumas armadilhas (e.g. elitização do consumo, contaminações químicas, e uso de mão de obra irregular).

Ainda, a produção certificada pode ser sinônimo de um "projeto de sustentabilidade reduzida" - com valores e benefícios individuais e privatistas, mal distribuída entre os membros da sociedade (BUTTEL; GOODMAN; WATTS, 1997). O produto orgânico é percebido como mais saudável, ecologicamente correto e seguro, contudo, pouca relação se faz entre esse produto e os valores de justiça social

(STOLZE; LAMPKIN, 2009).

Para dar prosseguimento a essa discussão, a seguir, diferencio os termos agricultura de base ecológica, agricultura orgânica e agroecologia (Item 2.1). Posteriormente, se introduz uma discussão mais aprofundada de algumas condições (ideais, potenciais ou vigentes) produtivas e/ou organizacionais, para a expansão e scale up da produção de base ecológica (Item 2.2). Por último, apresento alguns aspectos com respeito ao cenário atual da produção de base ecológica e da produção orgânica certificada no Brasil (Item 2.3) e na Holanda (Item 2.4).

2.1 Agricultura orgânica, agroecologia e agricultura de base ecológica: alguns esclarecimentos

A priori, agricultura de base ecológica, agricultura orgânica e agroecologia não têm conceitos rígidos. Nem sempre essa separação se justifica e, dependendo do contexto, podem até indicar a mesma coisa ou possuir mais semelhanças do que diferenças.

Por exemplo, quando há uma disputa entre projetos antagônicos, como é o caso da promoção e o fortalecimento da produção orgânica em oposição à promoção de projetos que defendem o uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), faz menos sentido essa diferenciação. Contudo, para a discussão proposta neste trabalho, a diferenciação é desejável, pois, ajuda identificar com mais profundidade os pontos de convergência e divergência entre diferentes projetos de desenvolvimento em jogo, os quais carregam o slogan da produção sustentável de alimentos.

O desenvolvimento da agricultura de base ecológica é específico em cada lugar, país e região e tem registro de início por volta da década de 1920 (BRANDENBURG, 2002). Independente das especificidades, porém, a agricultura de base ecológica ficou reconhecida mundialmente por volta da década de 1960, impulsionada por movimentos ambientalistas, como uma (re)ação aos impactos da agroindustrialização irrestrita (GUTHMAN, 2004a). Em contextos sociopolíticos, econômicos e ambientais diversos, ela emerge com diferentes nomes: agricultura sustentável, agricultura permanente, agricultura alternativa, agricultura orgânica.

Aos poucos, essas ramificações vão se complexificando e se diferenciando. Todavia, proponho manter o conceito de agricultura de base ecológica como um conceito tipo denominador comum entre todas essas ramificações. Relaciona-se, basicamente, às condições técnicas de manejo sustentável, definidas: pelo não uso de agrotóxicos ou OGMs; pela diversificação da produção (policultivo ou rotação de culturas agrícolas); e pela conservação dos recursos naturais e pelo não uso dos adubos sintéticos.

Guthman (2004a), ao analisar a organização do movimento da agricultura orgânica na Califórnia e na América do Norte, a partir da década de 1960, ressaltou que não há, desde o seu surgimento, uma definição ou propósito singular da agricultura orgânica. Para a autora, sempre houve uma tensão estabelecida entre aqueles que veem a agricultura orgânica como uma abordagem “simplesmente” mais ecológica dos processos produtivos e aqueles que buscam construir uma alternativa mais radical ao sistema agroalimentar hegemônico.

Na atualidade, o conceito de agricultura orgânica sofreu certo grau de padronização, em nível mundial, tornando-se o mais utilizado e aceito ao redor do globo para se debater a produção de base ecológica em nível das instituições principalmente. Essa padronização se dá principalmente pela criação de um conjunto de normas para produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM). De modo geral, diversos países têm adotado as normas da IFOAM como base para a criação das suas legislações de produção orgânica. Entendo, dessa maneira, a agricultura orgânica como o tipo de agricultura de base ecológica mais padronizada e reconhecida que existe atualmente.

Na outra ponta, está a agroecologia, também parte agricultura de base ecológica, mas, mais diversa e com sistemas produtivos mais complexificados, de padronização difícil e indesejada. A agroecologia, ainda, extrapola o próprio sentido de forma de produção. Alguns e em alguns lugares, a agroecologia é definida como ciência, prática e movimento social (WEZEL et al., 2009) e que promove de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2000, 2011, 2012; WEZEL; SOLDAT, 2009).

Quando a agroecologia é proposta como ciência, o comum é dizer que ela

estabelece as bases teóricas para o desenho dos agroecossistemas (mais sustentáveis). Ao designar uma 'prática', é sustentada a ideia de que o conhecimento e manejo agroecológico preexiste ao seu registro científico, tendo como base o reconhecimento do saber ancestral, camponês, popular e experimental. E esse reconhecimento de saberes advindos de ontologias diversas, mais ou menos complexas, é a primeira premissa para a construção da agroecologia enquanto disciplina científica, a qual deve trabalhar em parceria com o saber camponês/local e em prol do seu desenvolvimento e benefício. Por fim, a agroecologia também (e essencialmente) pode ser percebida como um movimento social de luta e resistência, que disputa espaços (políticos, físicos, econômicos, culturais) para seu reconhecimento e criação. Por todas essas possibilidades e vieses de abordagem é que a agroecologia pode ser considerada heterogênea, complexa e não padronizável, intrínseca a cada contexto cultural e ao ambiente ecossistêmico local.

É na América Latina que a agroecologia encontra a sua maior expressividade enquanto movimento social (ALTIERI; TOLEDO, 2011; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2010; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012). Basicamente, os movimentos sociais agroecológicos e campesinos saem em defesa da autonomia de circuitos agroalimentares, pautados nos princípios da agricultura de base ecológica. Eles contestam e disputam espaços e projetos de desenvolvimento com o agronegócio (ou agricultura industrial) e outros setores privados, os quais, diversas vezes estão aliados com projetos de desenvolvimento governamentais (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

Centralmente, os movimentos sociais agroecológicos e campesinos argumentam que não é suficiente trocar a base tecnológica sem alterar o sistema social de produção. É insuficiente e limitado substituir os "maus-defensivos" pelos "defensivos-ecológicos", mesmo quando há certificação, se continua intocada a estrutura fundiária e se mantém o sistema de monocultivo em larga escala (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

No Brasil, o movimento agroecológico tem início na década de 1980, ainda com o nome de agricultura alternativa, e atualmente dispõe de organizações em nível nacional e regional. Algumas principais são: a Articulação Nacional de Agroecologia

(ANA) - reúne movimentos sociais, redes e organizações que promovem a agroecologia em todo território nacional, fundada em 2002; a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) - instituição científica dedicada a construção do conhecimento agroecológico, fundada em 2004; e a AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia - associação da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 1993 atuando no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

2.2 Cenários de expansão da produção de base ecológica: entre a soberania alimentar e a mercantilização da agricultura de base ecológica

Está em evidência, nos últimos anos, o crescimento da produção orgânica em nível mundial. Para tentar discutir e analisar essa realidade, de modo a realmente desvelar processos de transição para a sustentabilidade agrolimentar, é preciso tentar compreender o que está para além dos números da produção orgânica, especialmente a certificada. Ao adotar o termo *scale up*¹³ busco complexificar e qualificar a ideia de expansão, o foco é desvelar como está crescendo a produção, distribuição e consumo de produtos de base ecológica para a alimentação.

Com isto, coloca-se a soberania alimentar no centro do debate acerca da sustentabilidade agroalimentar. Para Rosset (2008), a soberania alimentar significa devolver aos povos, e especialmente aos agricultores familiares e camponeses, o direito e as condições necessárias para que participem e construam ativamente os sistemas agroalimentares sustentáveis. Para o autor, essa construção, especialmente nos países do hemisfério sul, é o único caminho possível para se enfrentar os problemas e as crises do sistema agroalimentar hegemônico em direção à sustentabilidade. Contudo, no outro extremo, estimulando o processo de expansão da produção de base ecológica está a mercantilização da agricultura de base ecológica, ou melhor, a dominação dessa pelo sistema mercantil industrial especializado – o chamado

¹³Na Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas, o *scale up* indica o aumento do grau de estruturação das regras e normas nas experiências localizadas no nível dos nichos para que se atinja o nível de regime. Nesta tese, o *scale up* indica, o que e como as experiências bem sucedidas localmente, com a produção de base ecológica podem se expandir, dentro e fora dos regimes (produção orgânica), para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

ambientalismo corporativo.

Grosso modo, o ambientalismo corporativo, ou capitalismo verde (ver Capítulo 1), não é, e não pode ser, um aspecto negativo, antes as grandes corporações ecológicas do que grandes poluentes corporações, quanto a isso não há tanto dissenso. Mas, em que medida o ambientalismo corporativo interfere no desenvolvimento de sistemas agroalimentares localizados é a questão difícil (se não impossível). As discussões sobre o processo de *scaling up* da produção de base ecológica pretendem analisar essa expansão sob um grau de complexidade maior, tratando não apenas do quê ou quanto, mas de como produzir de forma ecológica para fortalecer e multiplicar sistemas agroalimentares sustentáveis localizados.

Para Marsden (2012), a fim de superar as falácias da ecologização precisamos enfrentar criticamente os problemas de escala, da diversidade, e a dependência de soluções genéricas e puramente tecnológicas, e investir em mais tecnologias e sistemas de conhecimento baseados localmente. Nesse sentido, o *scaling up* não se resume ao aumento da produção sem o uso de agrotóxicos e/ou certificados orgânicos. Implica no comprometimento com amplos processos de transição para a sustentabilidade, relacionados: à promoção da biodiversidade associada, à redução da pobreza (especialmente rural), ao amplo acesso aos alimentos saudáveis e de qualidade; e ao apoio redes de comercialização e consumo mais justas, tudo isso centrado no compromisso com soberania alimentar (ROSSET, 2008; HOLT-GIMÉNEZ et al. 2012).

Para que ocorra o *scale up* esses autores discutem e defendem que transição para a sustentabilidade deve ocorrer a partir da soberania alimentar, necessitando com isto a (re)regulação do sistema agroalimentar tanto em nível nacional quanto internacional. A (re)regulação diminuiria as influências do circuito mercadológico neoliberal sobre o sistema agroalimentar, atuando na promoção dos direitos universais de acesso amplo à alimentação de qualidade e saudável para todos os povos (ROSSET, 2008; SCHUTTER, 2012). Segundo esses autores, a intervenção de Estados e governos é uma exigência, não necessariamente para conduzir o processo, mas que garantam espaço para seu desenvolvimento e governança, através de políticas públicas descentralizadoras e legislações que assegurem os direitos de todos

os povos à sustentabilidade agroalimentar.

Schutter (2012) afirma a necessidade de se colocar a produção em pequena escala como protagonista da produção de alimentos em detrimento da produção capitalista de larga escala. Essa última, promotora das desigualdades sociais do sistema agroalimentar impede a democratização de recursos que ficam à mercê do sistema mercantil industrial, através de um processo que Holt-Giménez (2009) denomina de concentração horizontal e vertical do sistema agroalimentar.

Para discutir um pouco mais sobre o processo de *scale up* da produção de base ecológica, proponho três dimensões principais: dimensão da produtividade e escala; dimensão da mão de obra e dimensão dos mercados. Essa proposição, por sua vez, se relaciona à discussão sobre a agroecologia e a soberania alimentar (ALTIERE; NICHOLS, 2008; CHAPPELL; LA VALLE, 2011; PERFECTO; VENDERMEER, 2013). Sugere-se que o processo de transformação do sistema agroalimentar em direção à sustentabilidade só é possível na medida em que reestruturam-se as múltiplas dimensões (econômicas, socioculturais, técnicos e ambientais) que envolvem a produção e consumo de alimentos.

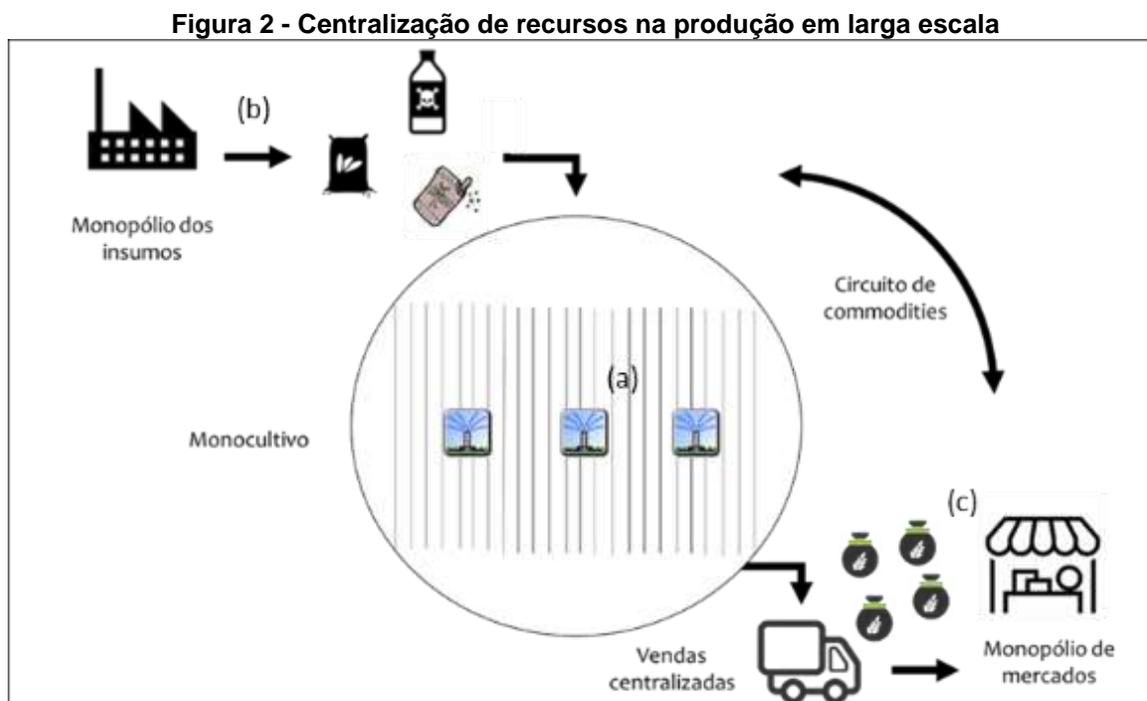
2.2.1 Dimensão da produtividade e escala

Existe um discurso dominante, desde a revolução industrial, de que para alimentar o mundo precisamos da agricultura em larga escala. Para Chappell e Lavallo (2011) esse discurso deve ser questionado pois, segundo eles, a insegurança alimentar e a perda de biodiversidade são problemas de uma mesma raiz - a agricultura industrial em larga escala - e para solucioná-los é importante incentivar a produção de pequena escala e de base ecológica.

Um terço da comida produzida hoje no planeta é desperdiçado e um terço vai para alimentação animal (GUSTAVSSON; CEDERBERG, 2011; TSCHARNTKE et al., 2012), logo não se trata apenas de quem produz mais alimentos, mas também do que é produzido, como, e de que modo essa produção é distribuída dentro e fora do agroecossistema.

Quanto a questão da produtividade versus escala, os principais argumentos ficam postos na questão da centralização ou descentralização de recursos, humanos e

ambientais, na larga escala e/ou na pequena escala. Tipicamente, a produção de larga escala funciona principalmente pela centralização de recursos (Figura 2), na medida que a produção em pequena escala tende a funcionar pela descentralização (Figura 3).



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

De maneira tipificada¹⁴, o desenho expõe essa centralização de recursos e formas de produção ao longo do processo produtivo em larga escala. A primeira centralização é a especialização:

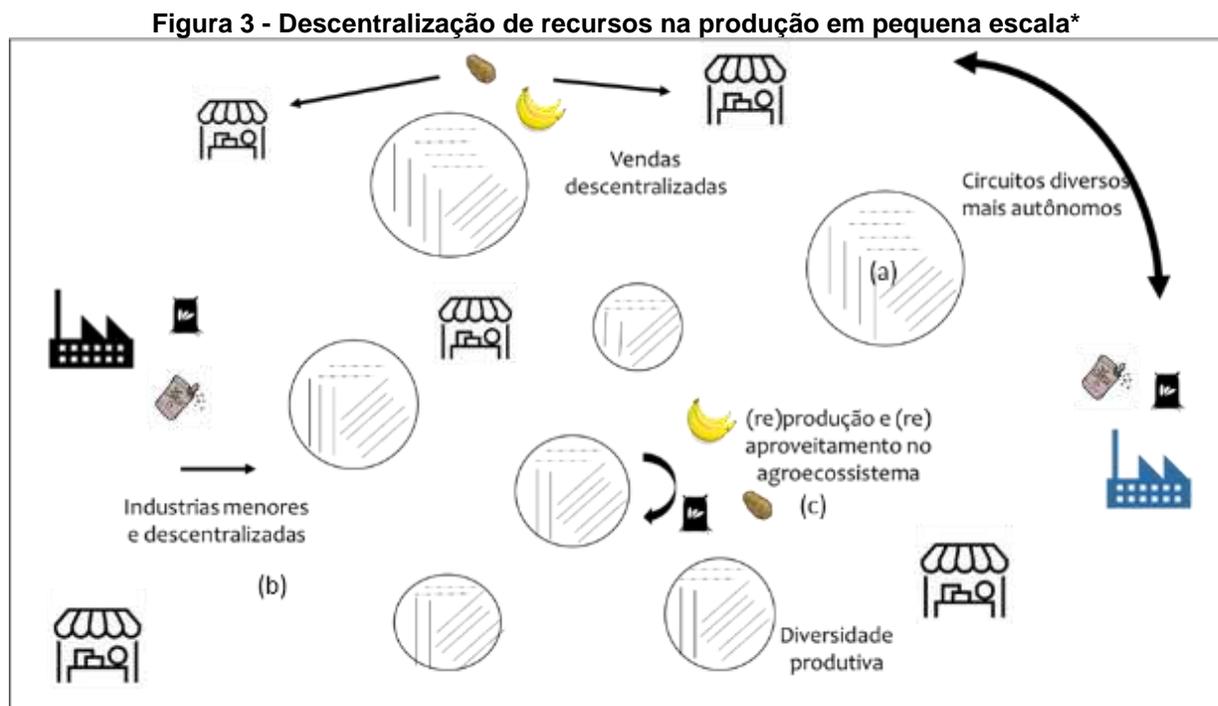
(a) para aumentar a quantidade de produto/área, a técnica de monocultivo é a mais utilizada. A segunda centralização está na produção e comercialização dos insumos agrícolas: (b) grandes corporações controlam o mercado de sementes, adubos e agrotóxicos. A terceira centralização são as vendas por quantidade: (c) ganha-se valor na quantidade de produto vendido, logo é preciso centralizar as vendas dos

¹⁴ A polarização entre “modelos ideais”: agricultura familiar camponesa *versus* modelo de produção industrial mercantil é proposital. Trata-se de um esforço de abstração da realidade infinitamente mais complexa a fim de desenvolver a discussão sobre a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares, foco desta tese.

produtos e direcioná-las para compradores de grandes quantidades.

Essas dinâmicas especializadas, ou centralizadas, são interdependentes dos circuitos de comoditização, os quais afastam os processos agrícolas dos processos da natureza (PLOEG, 2008, 2009a; TSCHARNTKE et al., 2012). Não há, necessariamente, a conexão entre alimento, agricultura e sociedade.

Na produção em pequena escala (Figura 3), a descentralização favorece a melhor distribuição e reaproveitamento de recursos e tende a atuar mais intensamente em circuitos não comoditizados, alimentando os processos de reprodução e reaproveitamento de recursos (PLOEG, 2008, 2009c, 2010a).



*Os círculos em tamanhos diferentes representam a heterogeneidade percebida na produção de pequena escala e os traços variados representam relativamente a diversidade produtiva.

Fonte: elaborada pela autora, 2015.

Scaling up a produção de base ecológica, no que se refere a relação escala versus produtividade, implica em favorecer esse processo de descentralização ao fortalecer a produção de pequena escala, diversificada e mais autônoma. Tomando a Figura 3, a primeira descentralização na produção em menor escala está no policultivo: (a) a estratégia de diversificação garante o valor por unidade e qualidade e não por

quantidade produzida (PLOEG, 2009a). A segunda descentralização está na compra de insumos externos de fornecedores diversos: (b) a produção diversificada em relação mais sinérgica com a natureza tende a demandar menos uso de insumos externos, e tendem a ser adquiridos de fontes diversas (inclusive produção cooperativa e trocas). A terceira descentralização é referente à parte da produção que não sai da propriedade: (c) a (re)produção e (re)aproveitamento ocorrem na medida em que parte da produção, geralmente, pode ser aproveitada para autoconsumo, e parte da produção é (re)incorporada no agroecossistema na forma de matéria orgânica ou alimentação animal, como prática de manejo ecológico. A quarta e última descentralização está nos mercados: a produção em pequena escala não produz grandes quantidades de um só produto, logo, possui várias estratégias de mercado e pontos de vendas (feiras, mercados locais, grupo de consumidores).

A parte do processamento não está representada na figura acima, porém é igualmente fundamental. Por exemplo, pouco adianta produzir em pequena escala e ser obrigado a vender esse produto para grandes complexos agroindustriais que são responsáveis pelo processamento. No Brasil, por exemplo, esse é o caso do leite e laticínios, grandes empresas e até transnacionais compram e processam leite da agricultura familiar (GOMES, 2008).

Os dois modelos tipificados, centralização e descentralização, convivem com formas não ideais, obviamente. Tanto da produção em larga escala diversificada e de base ecológica, quanto a produção em pequena escala em monocultivo e dependente do circuito comoditizado. Esses casos, contudo, tendem a se esforçar muito para se manterem. No caso da produção em larga escala, ela tende favorecer os circuitos de centralização, ainda que em menor proporção. No caso da produção convencional em pequena escala tende a ser esmagada pela produção em larga escala, quando essa pode se sobressair e dominar os mercados. Especialmente ao considerarmos o aspecto do monocultivo, quando produtores em pequena e larga escala produzem em monocultivo, quem tem maior escala ganha em aspectos competitivos no mercado.

Desse modo, para ter escala (*scale up*) é preciso ter muitos agricultores familiares ou produtores em pequena escala produzindo de modo descentralizado. Dois ou três não vão produzir alimentos para todos. Tampouco, milhares de produtores

em pequena escala conseguirão produzir de forma eficiente, se eles estiverem reféns do modo de produção comoditizada, ou se estiverem em condições socioeconômicas, técnicas e ambientais desfavoráveis, que o impeçam de fazer o processo de transição para modos de produção sustentáveis. Cada lugar é uma situação diferente, e os desafios são diversos. No caso do Brasil, por exemplo, a discussão sobre a escala produtiva passa necessariamente pelo debate da questão agrária.

2.2.2 Dimensão da mão de obra

Questiona-se que a produção de base ecológica demanda mais mão de obra do que a produção convencional, sendo esse um dos maiores pontos de estrangulamento sobre o processo de expansão da produção de base ecológica (MENDONÇA et al., 2014). Por um lado, há de se considerar uma discussão filosófica intrínseca sobre o significado e sobre a qualidade do trabalho na agricultura. Historicamente, o trabalho na lavoura, na roça é depreciado, devido também ao culto à sociedade urbanizada como mais evoluída, de status elevado, com o trabalho na roça considerado um trabalho pesado, de gente pouco estudada, sem valor. Ainda que essas afirmativas mereçam revisão por parte da sociedade como um todo, ainda pesam e são percebidas no cotidiano.

Do mesmo modo que esta realidade existe, também vem sendo registrado, inclusive no universo científico, a ressignificação desse trabalho com a agricultura. Primeiro, pelo movimento de repovoamento rural e de recampezinação (PLOEG, 2009a), mais forte na Europa¹⁵, mas que também já se inicia no Brasil, onde jovens, ou profissionais graduados e/ou com uma carreira profissional traçada no meio urbano, fazem a migração inversa, da cidade para o campo, para trabalhar com agricultura e especialmente a de base ecológica. Segundo, pela influência da agroecologia, que tem proporcionado outra relação com a natureza, com o isto o trabalho com a agricultura é ressignificado e incorpora a formação de uma identidade (de agricultor ecológico), de

¹⁵ *Future Farmers in the Spotlight* é um projeto holandês que tem realizado uma série de documentários a fim de registrar esse movimento de (re)campezinação de jovens agricultores. Disponível em: <<http://future-farmers.net>>.

prazer em trabalhar e de empoderamento dos atores (TIMMERMANN; FÉLIX, 2015). Em ambos os casos o que está em jogo é a qualidade do trabalho. A quantidade, pode até ser maior (se for) mas ela fica sobreposta pela capacidade de ressignificar a relação com a atividade agrícola.

Na perspectiva ambiental, defensores da agricultura convencional, associada à produção industrial mercantil de larga escala, sugerem que a migração de mão de obra do campo para a cidade é positiva, pois diminui a pressão sobre os ecossistemas naturais, liberando áreas para conservação, seria o caso do *land sparing*. Há evidências, contudo, de que na agricultura de base ecológica, quando se associa a produção de alimentos às práticas de preservação da natureza, ou *land sharing*, gera-se mais eficiência do que o modelo conservacionista (PERFECTO; VANDERMEER, 2010; TSCHARNTKE et al., 2012).

A mão de obra agrícola é, mesmo na produção familiar, um problema atual, muitos agricultores se questionam sobre a continuidade da atividade pelas gerações futuras. Será que a juventude rural não quer ficar na roça, ou as condições de permanência dificultam e expulsam o jovem do campo? Essa é uma questão. Contudo, não se pode ignorar esse movimento de ressignificação e também da recampezinação que ocorre na contramão do *mainstream* do sistema agroalimentar hegemônico. Se pequeno ou marginal, esse movimento existe, é consistente, e não deve ser ignorado.

A construção de sistemas agroalimentares descentralizados, quando pautados na produção de base ecológica, demanda a mão de obra do agricultor. A qual pode (e vem sendo em determinados contextos) ser qualificada a partir da reconfiguração social e cultural do campo e da cidade, e do melhor reconhecimento desse trabalho (agricultura) e espaço (meio rural) ainda estigmatizados e pouco valorizados; tanto no campo, quanto nas cidades (e.g. agricultura urbana e peri-urbana).

2.2.3 Dimensão dos mercados e comercialização

A última dimensão que destaco para tratar do *scaling up* da produção de base ecológica é a dimensão de mercados e comercialização. Ela está diretamente relacionada ao debate sobre sistemas certificadorios e corresponde a um dos maiores desafios da produção de base ecológica: vender como, onde e para quem? A

construção de redes de comercialização mais horizontais, e justas para produtores e consumidores perpassa por questões ontológicas, organizacionais, infraestruturais, etc. Perpassa por (re)significações de valores culturais e econômicos, e pela (re)significações da própria noção de mercados.

Por um lado, estão os chamados de urgência para o fortalecimento de experiências inovadoras com a produção de base ecológica, para que se estabeleçam espaços de comercialização que sejam capazes de dar suporte as mesmas e auxiliarem o processo de proliferação dessas experiências. Por outro, a hegemonia (cultural e econômica) e a competitividade do sistema mercantil industrial deixa pouco espaço livre para que prosperem experiências mais autônomas, pautadas em valores de justiça social e ambiental.

Centralmente, esses argumentos emergem da seguinte reflexão, baseada em Martinez-Alier, Kallis e Veuthey. (2010): quem tem o poder de pautar as questões de justiça social e ambiental na construção de mercados para sistemas agroalimentares sustentáveis? Ou melhor, como pano de fundo da discussão, não se pode desconsiderar a relação entre a distribuição dos conflitos ecológicos e econômicos que permeiam as sociedades modernas. Tampouco, o papel dos atores sociais no desdobramento desses conflitos.

É comum, por exemplo, associar o acesso ou a inserção aos mercados como sinônimo de modernização ou de desenvolvimento (CONTERATO et al., 2011). Um dos primeiros passos para se pensar a dimensão dos mercados e da comercialização no processo de *scaling up* é desconstruir essa ideia, e tentar perceber quem são os atores que constroem os mercados, como eles constroem e quais os diferentes tipos de mercados que existem na produção de base ecológica. Não se deve analisar toda forma de associação de produtores de base ecológica aos mercados como um processo mutilador e de vulnerabilidade (CONTERATO et al., 2011).

Tampouco, deve-se desconsiderar as influências da estrutura política e econômica dominante sobre a construção e permanência de “mercados alternativos”, ou, exatamente o oposto, reforçá-las sob uma perspectiva determinista do ambiente externo e/ou sob uma perspectiva linear dos processos de desenvolvimento (LONG, 2003). Nessa última, ilustrativamente, todo agricultor de base ecológica tenderia um dia

ser certificado e venderia seus produtos para grandes redes de supermercados, por exemplo, ou estaria fadado ao desaparecimento.

As três maneiras reforçariam uma tendência de se invisibilizar o papel e a capacidade de inovação dos atores na construção dos mercados e de sistemas agroalimentares localizados. A criação e sustentação de mercados alternativos aos do modelo mercantil industrial para a produção de base ecológica coexiste com essas relações conflituosas. Ora resistindo, divergindo e/ou confrontando o sistema agroalimentar hegemônico e os mercados comoditizados, ora compondo formas heterogêneas junto com eles.

Esta capacidade adaptativa se deve ao papel dos atores envolvidos nos processos de produção, processamento e transformação, criação e inovação, e comercialização e consumo. Os quais negociam e disputam espaços e propósitos, como ressalta Long (2003):

[...] a comoditização é promovida, definida ou contestada pela ação de atores específicos. Ela não é um processo 'descorporalizado' com as suas próprias leis de movimento, nem pode ser reduzida a alguma noção abstrata de 'forças de mercado' que impulsiona as pessoas à ação remunerada ou ao empobrecimento. Ao invés disso, os processos de comoditização tomam forma através de ações de um conjunto diversificado de atores sociais interligados e são compostas por constelações de interesses, valores e recursos" (LONG, 2003, p. 108, tradução nossa).

Nesse sentido, o processo de *scaling up* da produção de base ecológica não deve desconsiderar as conformações heterogêneas dos mercados. Esse é o aspecto mais importante. Qualquer forma de negligenciar essas composições heterogêneas implicaria tanto em negligenciar a capacidade de agência dos atores envolvidos em resistir, disputar e/ou confrontar mercados comoditizados, quanto na provável idealização da agricultura de base ecológica totalmente não mercantilizada.

Ilustrativamente, como estratégias heterogêneas, cito um caso holandês e um brasileiro, analisados a partir das experiências estudadas para a realização desta tese. O primeiro, trata-se de um agricultor holandês que possui a certificação da produção orgânica e vende parte da produção leiteira para a Campina - a maior empresa de laticínios da Holanda, e a outra parte da produção, vegetal e animal, ele comercializa por diversos circuitos curtos de venda direta na propriedade (Comunidade de Suporte à

Agricultura - CSA) (ver Cap. 4).

No caso Brasileiro, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, agricultores certificados pelo sistema participativo vendem banana orgânica através da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT) tanto para mercados institucionais, como para grandes redes de supermercados. Ao mesmo tempo, essas famílias agricultoras vendem produtos diversos nas feiras de produtos ecológicos da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre (capital do Estado).

Nas duas seções a seguir, apresento os cenários da produção de base ecológica e da produção orgânica nos dois países de estudo, Brasil e Holanda. A proposta é construir um panorama geral sobre a produção orgânica e de base ecológica em cada país, para posteriormente adentrar nas experiências estudadas.

2.3 Agricultura de base ecológica e a certificação da produção orgânica no Brasil

Mais fortemente após os anos 2002, passa a ser implementado no Brasil um conjunto de políticas e programas institucionais voltado para o desenvolvimento da agricultura de base ecológica colocando o Brasil como uma das principais referências mundiais, quando se trata em políticas públicas para a produção de base ecológica. Mesmo que, ainda seja uma linha de investimento marginal, se comparada aos recursos destinados à agricultura do modelo mercantil industrial – ou o agronegócio brasileiro (CARDOSO, 2015).

Esse mérito não se trata da “simples” regulamentação e reconhecimento da produção de base ecológica, através da regulamentação da produção orgânica, as quais os países europeus, de modo geral, realizaram anteriormente ao Brasil (na Europa a regulamentação da produção orgânica ocorre no início dos anos 1990 e no Brasil quase uma década depois (BYÉ; SCHMIDT; SCHMIDT, 2002). O diferencial do caso brasileiro está no grau de participação social para a construção e implementação desse conjunto de políticas e programas governamentais, como também para a formulação do quadro regulatório (BYÉ; SCHMIDT, 2001).

A regulamentação da produção de base ecológica no Brasil tem como foco a produção orgânica baseada no modelo de certificação, porém, tem sido historicamente construída em contínua negociação e disputa junto aos movimentos sociais camponeses e agroecológico. Essa construção negociada, entre poder público e movimentos sociais, resulta, principalmente, na construção e implementação de programas e políticas públicas, visando o fomento da produção de base ecológica que estejam especialmente voltadas para a produção familiar camponesa.

De modo geral, o processo de construção e institucionalização da produção de base ecológica em negociação com sociedade civil organizada se inicia em meados dos anos 1990, quando surge, através do Ministério da Agricultura, a demanda para a rastreabilidade da produção de base ecológica no Brasil, como exigência dos países importadores no hemisfério Norte (BYÉ; SCHMIDT; SCHMIDT, 2002; BYÉ; SCHMIDT, 2001).

Na ocasião, as organizações e movimentos sociais que vinham promovendo a produção de base ecológica até o momento, em uma situação de contratendência e quase sem apoio institucional, participam ativamente das discussões e negociações (BYÉ; SCHMIDT; SCHMIDT, 2002), e passam a disputar o marco regulatório da produção de base ecológica no Brasil. Em 1994, no início das discussões, diversas partes dos movimentos sociais rural e agroecológico se colocavam contrárias ao processo de certificação orgânica obrigatória dos produtos. Após aproximadamente cinco anos de debates e negociações, viabiliza-se a proposta da certificação participativa, reconhecida na forma da lei (BYÉ; SCHMIDT; SCHMIDT, 2002). Desde então, esse espaço ocupado pelos movimentos sociais vira marca registrada da institucionalização da produção de base ecológica no país.

No âmbito das políticas públicas e programas de governo, grosso modo, identifica-se uma linha de ação orientada para a consolidação da agroecologia, e outra orientada para a regulamentação da produção orgânica através da certificação. As duas não estariam necessariamente separadas, mas agrupam estratégias e propósitos específicos. Na primeira, as ações previstas são para formação e propagação da agroecologia como projeto de desenvolvimento rural e da sustentabilidade agroalimentar localizada, alternativos ao modelo industrial mercantil, e voltado

especialmente para a agricultura familiar camponesa, pautada pelos movimentos sociais.

Essa seria a face mais construcionista do processo de institucionalização, se aproximando à realidade analisada por Byé e Schmidt (2001), quando argumentam que a conexão entre atores, mercados, tecnologias e instituições, através de valores de justiça social e sustentabilidade, implica necessariamente em tensões e conflitos entre atores e grupos que compartilham de diferentes projetos e ideais. Arriscaria dizer, dessa maneira, que essa linha de ação é um processo tridimensional que:

- a) estabelece tensões e resistências ao propor o rompimento com o modelo mercantil industrial hegemônico (o agronegócio brasileiro);
- b) subsidia processos de formação e fomenta a construção de redes sociotécnicas para dar suporte ao modo de produção agroecológico;
- c) incentiva e promove a construção de estratégias de mercados apropriadas à realidade da produção agroecológica.

Em outro patamar, mas não totalmente separada, está a linha de ação que fomenta a regulamentação e certificação da produção orgânica. Atualmente são 11.063 unidades agrícolas certificadas orgânicas no Brasil, totalizando 5.954 produtores, dos quais 2.942 produtores são certificados por terceira parte (auditoria privada) e 2.992 por sistemas participativos (BRASIL, 2013), mas estima-se que a produção de base ecológica no Brasil é bem superior, pois nem toda ela é regularizada e certificada como orgânica (MELO, 2014).

Os números da produção orgânica e de base ecológica no Brasil estão em plena fase de expansão. A produção certificada e regularizada é algo recente, apenas a partir de 2011 se inicia concretamente a regularização dos sistemas participativos. Essa linha de ação orientada para a regulamentação e certificação da produção orgânica está principalmente focada na consolidação e crescimento dos mercados para produtos orgânicos.

Seguindo esse raciocínio, as duas linhas de ação se encontram no momento em que, na maioria das vezes, são os mesmos atores envolvidos e negociando todos os processos, já que existem disputas de projetos diferentes sobre a construção de

mercados para a produção de base ecológica (i.e. quais e que tipos de mercados devem ser alcançados, construídos e priorizados), e sobre a forma como se pensa a produção de base ecológica (escala de produção, diversificação e complexificação ecológica do agroecossistemas, reaproveitamento de recursos dentro do agroecossistema, *etc.*).

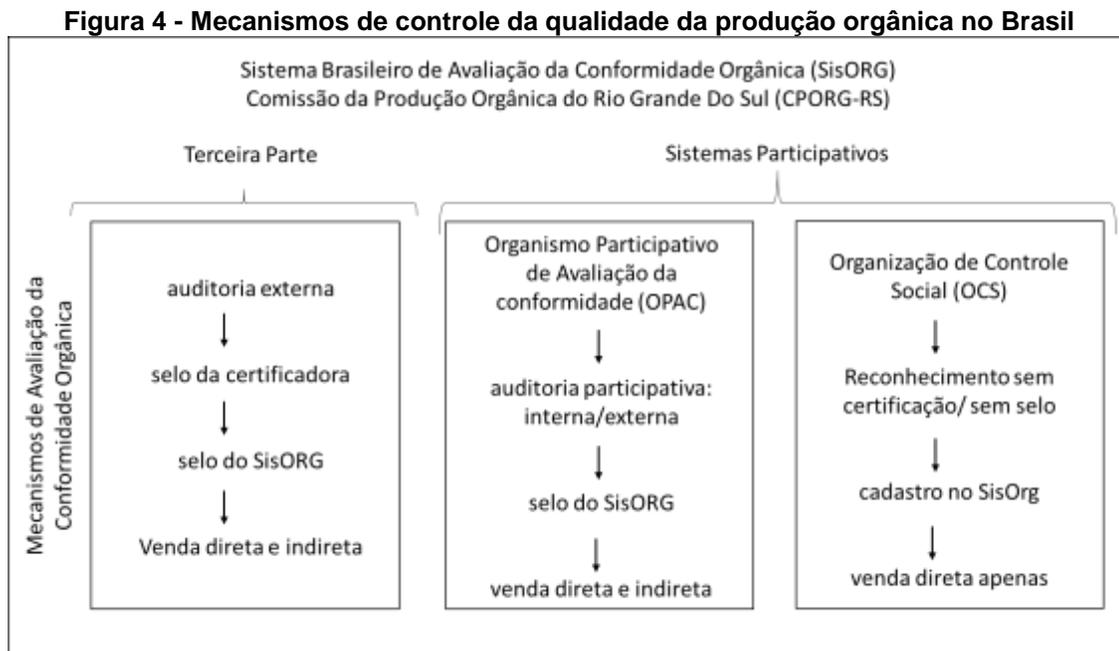
Relembrando o que já foi colocado com referência em Guthman (2004a), há grupos que visam a produção orgânica como uma opção de agricultura mais saudável e menos poluente, pautada principalmente em valores de consumo, individuais, sem necessariamente se preocupar com o processo de democratização e acesso amplo da sociedade a essa produção de base ecológica. E há outros grupos, que estão ativamente construindo junto à primeira linha de ação citada, mais preocupados em ampliar as experiências com a agroecologia de modo a proporcionar melhores condições à alimentação ampla à sociedade, e associar a sustentabilidade dos agroecossistemas à construção de sistemas agroalimentares alternativos ao sistema hegemônico, que estejam menos vulneráveis às leis do mercado globalizado e sejam justos socialmente.

A possibilidade de reconhecimento dos sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica, a partir de 2011, foi uma conquista dos movimentos sociais, os quais compreenderam que essa seria uma maneira de garantir a qualidade da produção orgânica com certificação, de baixo custo e mais compatível com a realidade da agricultura familiar e camponesa. O maior receio, no auge da discussão sobre a certificação obrigatória da produção orgânica em território nacional, era de que produtores mais capitalizados, com condições de pagar pela certificação de terceira parte, investiriam mais na produção de orgânicos, já que a certificação ampliaria os mercados. Sendo assim, a produção de pequena escala e agricultores familiares perderiam espaço de comercialização sem ter condições de competir com os certificados (BYÉ; SCHMIDT; SCHMIDT, 2002).

Nem todos os agricultores e produtores de base ecológica, contudo, tiveram ou têm o interesse na certificação orgânica, é importante que isso fique claro. Alguns agricultores possuem esquemas de venda direta e dispensam a certificação, outros compreendem que a certificação orgânica atende uma proposta de

convencionalização¹⁶ da produção de base ecológica, desfavorecendo dessa maneira a agroecologia e a agricultura familiar e camponesa. Essa é uma importante face do conflito estabelecido no âmbito da certificação e da regulamentação da produção de base ecológica no Brasil, ainda, há outra discussão sobre criar uma certificação orgânica e outra agroecológica, mas, este seria outro debate, que, no momento, escapa ao foco desta tese.

Atualmente, existem três formas de se reconhecer a produção orgânica segundo a regulamentação brasileira, controlados pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) e pelas Comissões de Avaliação da Conformidade Orgânica (CPORGs) (Figura 4).



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

A primeira forma é a certificação por auditoria (de terceira parte) para venda direta e indireta com uso do selo Orgânicos Brasil. A segunda é o sistema participativo para venda direta e indireta também com o uso do selo Orgânicos Brasil. Este sistema é

¹⁶Para Guthman (2004a) a agroindustrialização promove um processo de convencionalização da produção orgânica, definida pelo aumento da especialização, aumento da escala, substituição de insumos e baixa eficiência energética.

denominado Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). A terceira é o sistema participativo somente para venda direta, sem direito ao uso do selo. Este sistema é denominado Organização de Controle Social (OCS). Os dois sistemas que dão direito ao selo – certificação por auditoria e os OPACs – são parte do SisORG, e devem ser registrados através das Superintendências Federais da Agricultura. As Organizações de Controle Social não fazem parte do SisORG, pois não possuem selo, e seu registro e regularização ocorrem junto às Superintendências Federais da Agricultura e/ou à comissão estadual responsável em cada estado (CPORGs). São membros das CPORGs a sociedade civil, e o setor público e privado, comprometidos e/ou interessados com a produção orgânica.

De modo geral, a certificação por auditoria, ou terceira parte, além dos custos mais altos, muitas vezes inacessíveis para a agricultura familiar, pode (não necessariamente) reduzir a autonomia¹⁷ dos agricultores sobre o processo produtivo, principalmente em situações de transição – orgânica ou agroecológica. A certificação por auditoria é uma avaliação por produto, e não por unidade de produção, isso onera os custos da certificação, e tende a favorecer a lógica de mercantilização pura em detrimento da qualificação do processo produtivo como todo (SABOURIN, 2012).

Já, os sistemas participativos, mais complexos, para além do objetivo da “autofiscalização”, caracterizam-se como sistemas de aprendizagem coletiva sobre as práticas e técnicas de produção, em uma conformação horizontal, participativa e espontânea (TORREMOCHA, 2011). Estes aprendizados dão suporte ao processo de transição, pois não é possível a certificação por produto e somente por unidade de produção. Por definição, os SPGs são sistemas que operam em nível local, garantem a produção de base ecológica ao tomar como base a participação ativa dos atores – agricultores, consumidores, colaboradores, etc. (IFOAM, 2011).

Atualmente, a maior parte da produção orgânica regularizada no Brasil é via sistemas participativos: OPAC ou OCS. Esse pode ser um importante indicador de

¹⁷ Há produtores agroecológicos que tem apenas um dos seus produtos certificados como orgânico e os demais circulam em diferentes circuitos de comercialização que dispensam a certificação orgânica. Se por um lado, essa estratégia viabiliza a comercialização do produto certificado em mercados específicos, ela não gera dependência nem tira a autonomia do agricultor sobre seu processo produtivo.

quem está direcionando o apoio e o desenvolvimento da produção de base ecológica seja a produção em pequena escala e de base familiar camponesa. Segundo o Ministério da Agricultura (BRASIL, 2014a), a produção orgânica certificada e/ou regularizada aumentou em 22% de 2012 para 2013 e esse crescimento de registros corresponde principalmente à contribuição dos sistemas participativos, tanto com o uso do selo de orgânicos (OPAC), quanto para venda direta sem o selo (OCS). Até 2012, o Ministério registrou quatro OPACs e 79 OCSs em todo o território brasileiro, atualmente são 14 OPACs registrados e 190 OCSs, segundo o Cadastro Nacional da Produção Orgânica.

É importante destacar também que o Brasil é pioneiro na experiência com o sistema participativo. Especialmente no que diz respeito ao processo de institucionalização, que se iniciou a partir da experiência da Rede Ecovida e do Centro Ecológico de Ipê, no Rio Grande do Sul (BYÉ; SCHMIDT; SCHMIDT, 2002; RADOMSKY, 2009). A regulamentação dos sistemas participativos de garantia (SPGs), subdivide os sistemas participativos em OPACs e OCSs. Sendo essa uma característica intrínseca à regulamentação brasileira. Sendo assim, a pesquisa foi realizada com os OPACs (Quadro 2).

Quadro 2 - O OPAC na prática: as características de um Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica

O QUE É SÃO OS OPACs	O OPAC conforme a legislação brasileira é o órgão fiscalizador do sistema participativo. Ele responde legalmente como pessoa jurídica e deve ser composto por membros do sistema participativo de garantia (SPG). Na prática, o OPAC é uma modalidade de SPG. SPG: um grupo de associados e colaboradores que se organizam para, através de um processo de trocas e aprendizagem e da autofiscalização, garantir a qualidade orgânica dos seus sistemas produtivos.
REGRAS COMUNS DE FUNCIONAMENTO	Os grupos devem ter regras de funcionamento e conduta as quais são estabelecidas por eles próprios e aprovadas pelo Ministério da Agricultura, através de um estatuto e de um regimento interno. Obviamente, devem obedecer aos critérios essenciais propostos pela instrução normativa (IN19/2009), sobre a constituição de um OPAC. O regimento e o estatuto definem o OPAC como entidade certificadora a qual deve cumprir com as instruções normativas e regras de produção orgânica estabelecidas na legislação ¹⁸ .
ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS	A forma como o grupo se organiza é livre: alguns grupos têm presidentes, outros têm comissões, outros têm diretoria. Também fica a critério dos grupos definir o limite máximo de associados, desde que fiquem garantidos os critérios para a participação de todos. Essas e todas as características de organização e funcionamento devem estar claras no regimento e no estatuto.
O SELO E A CERTIFICAÇÃO	<p>Assim que o OPAC é devidamente registrado no Ministério da Agricultura e toda documentação legalizada, representantes do Ministério agendam a visita ao grupo a fim de conhecer as experiências e verificar a veracidade da proposta. Algumas propriedades são visitadas para a verificação da conformidade e são feitas conversas com o grupo para esclarecimentos. Ajustes necessários são delegados pela equipe do Ministério e, se tudo estiver de acordo com as normas, fica deliberada a criação do OPAC. Os associados recebem seus certificados e fica autorizado o uso do selo para sistemas participativos:</p> <div data-bbox="857 1129 1089 1241" style="text-align: center;"> </div> <p>Uma vez por ano uma equipe do Ministério visitará novamente o grupo para reavaliação da conformidade.</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

No âmbito das políticas públicas e programas de governo, atualmente, diretamente relacionados aos aspectos da produção destacam-se o Plano Nacional da Produção Orgânica e Agroecológica (PLANAPO), que operacionaliza as diretrizes apontadas pela Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) lançada pelo governo federal em 2013; e o Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (EcoForte), que dá suporte, financia e apoia projetos voltados à intensificação das práticas de manejo

¹⁸ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/legislacao/Nacional>>. Acesso em: 20 de março de 2015.

sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos e de base agroecológica (ANA, 2014).

Indiretamente, diversos outros programas e políticas governamentais são importantes para o fortalecimento da agricultura familiar e de base ecológica, especialmente os que implementam a compra institucional dos produtos da agricultura familiar dentre eles, a Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA reduz a burocracia para a compra de alimentos pelo governo, e visa facilitar a participação das organizações de agricultores familiares. O programa exige uma coordenação complexa entre as partes interessadas que devem solicitar a licitação de compra, e as organizações interessadas devem se adaptar ao planejamento contínuo de produções futuras. Compreende a realizações que vão desde o planejamento da produção para a entrega sistemática de produtos para os beneficiários. O segundo programa, PNAE, refere-se à compra direta de produtos de agricultores familiares para atender a demanda de alimentos da merenda escolar de escolas públicas. Nesse, é dada prioridade às compras de assentamentos de reforma agrária, das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, 2011).

Sumarizando, aponto quatro questões principais quanto ao quadro atual produção de base ecológica e orgânica no Brasil:

- a) encontra-se em fase de expansão, com investimentos públicos no setor;
- b) as políticas públicas que dão suporte ao processo de expansão, não apoiam apenas a produção orgânica certificada, como nicho de mercado, mas também o fortalecimento e construção da produção familiar de base ecológica;
- c) esses investimentos ainda são bastante escassos e marginais quando comparados aos investimentos no setor do agronegócio;
- d) o pilar central da organização da produção orgânica e de base ecológica no Brasil é a participação, disputa e negociação junto aos movimentos sociais.

2.4 Agricultura de base ecológica e a certificação da produção orgânica na Holanda

A agricultura de base ecológica se inicia na Holanda pela influência da agricultura biodinâmica, no início do século XX (FIBL, 2014). Posteriormente, após a década de 1960, assim como em outras partes do mundo, em resposta à modernização agrícola e os desgastes ambientais trazidos por ela, a agricultura de base ecológica iniciou com mais veemência seu processo de expansão. Na Holanda, o regime sociotécnico da produção orgânica começa se consolidar no início da década de 1990, junto a outros países da comunidade europeia, e após o governo holandês, nas décadas de 1970 e 1980, ser obrigado a adotar medidas rigorosas contra a degradação ambiental em dimensões alarmantes no país.

Por volta da década de 1970, ambientalistas preocupados com os altos níveis de poluição no território holandês, em razão aos processos de industrialização intensiva, demandam das autoridades e governos cuidados urgentes com o meio ambiente (FROUWS; TATENHOVE, 1993; LYNGGAARD, 2006; SANSAVINI; WOLLESEN, 1992). No início, para se fortalecerem e ganhar voz frente aos setores econômicos principalmente, ativistas e governantes comprometidos com a causa ambiental, concentraram suas demandas junto ao Ministério de Saúde Pública e Meio Ambiente, com pouca relação com outros ministérios (FROUWS; TATENHOVE, 1993). Por um lado, se fortalecendo, por outro, fragmentando a institucionalização da problemática ambiental, que enfrentou bastante resistência para atingir outros setores e ministérios, inclusive o da agricultura (FROUWS; TATENHOVE, 1993).

Na década de 1980, instâncias governamentais reconheceram que o modelo agroindustrial que vinha sendo fortemente implementado era responsável pela alta contaminação dos solos e das águas no país. Por necessidade e urgência, foram, então, forçados a implementar orientações e regramentos ambientais para a agricultura (FROUWS; TATENHOVE, 1993). De pequenas proporções territoriais, e altíssima densidade populacional, tornou-se urgente para as instâncias governamentais as tomadas de decisões a fim de frear a poluição ambiental e salvaguardar a população em risco eminente. O território holandês corresponde a 41.543 km², atingindo na

atualidade 406,7 habitantes/km², com 18% do seu território ocupado por águas¹⁹.

Em princípio, evitou-se falar a todo custo que a agricultura poderia ser uma das maiores responsáveis pela poluição ambiental, ela só foi assumida quando perceberam-se que os riscos de contaminação massiva, causada pelo excesso de resíduos animais (excrementos de suínos especialmente), pela acidificação dos solos e pela alta contaminação com pesticidas, iriam causar estragos irreversíveis se não fossem evitados. Nesse momento, o governo iniciou a criação uma série de medidas e regulamentações visando diminuir drasticamente a poluição causada pela agricultura e ao mesmo tempo incentivando a produção de base ecológica (FROUWS; TATENHOVE, 1993).

Por um lado, a eminência de um desastre ambiental de tamanha proporção no país fez com que sociedade civil e governos iniciassem de modo forçado um processo de transição na agricultura, direcionado pelo princípio da precaução e da sociedade de risco principalmente aos moldes de Ulrich Beck e Antony Giddens (BECK, 1992; GIDDENS, 2013). Por outro, Frouws e Tatenhove (1993) avaliam que esse foi um processo parcial no qual interesses econômicos e o caráter tecnocrático dos processos agrícolas se mantiveram como pilar central para o desenvolvimento da agricultura no país.

Amenizaram-se bastante os estragos e, hoje, a Holanda ocupa uma das melhores posições (décimo lugar) no ranking mundial na qualidade ambiental (YCELP, 2014). Não precisamente pela quantidade de produtos orgânicos produzidos, que ainda é pequena, e sim pelo processo de regulamentação ambiental. Atualmente, a produção orgânica na Holanda, 20 anos após o início desse processo, corresponde a 2% da produção, ocupando 2,6% da área agrícola no país (FIBL, 2014).

Portanto, tanto lá quanto cá o modelo industrial mercantil segue de longe sendo o padrão agrícola e alimentar nacional. Com altos níveis de endividamento de produtores e artificialização dos processos agrícolas, cada vez mais afastados dos ecossistemas naturais, com baixa eficiência energética nos circuitos de produção, processamento e comercialização, a produção agrícola holandesa segue fortemente

¹⁹ Em termos comparativos, o território holandês corresponde a menos de 0,5% do brasileiro, sendo a densidade demográfica mais de 17 vezes maior.

atrelada aos circuitos agroalimentares comoditizados (PLOEG, 2010b).

Em 1992, logo após a primeira regulamentação da comunidade europeia sobre a produção orgânica (EC 2092/1991), o governo holandês instituiu a primeira organização governamental para dar suporte à agricultura orgânica, denominada Platform Biologica (SANSVINI; WOLLESSEN, 1992). A organização que posteriormente deu origem à atual organização Bionext, foi bastante importante para incentivar a produção orgânica certificada. Concedia subsídios, inclusive para o processo de certificação, e dava suporte técnico para os produtores que quisessem começar a produção orgânica (MELITA, 2000).

Com o agravamento da situação ambiental no país, o apoio governamental e a garantia de preços melhores pagos pela qualidade orgânica dos alimentos muitos agricultores que teriam problemas com a produção convencional foram atraídos e converteram-se para a produção orgânica. Aos poucos, tudo isso contribuiu para que fosse se conformando um regime da produção orgânica no país, influenciado tanto pela questão ambiental e pelo protagonismo de ambientalistas ativistas e consumidores, quanto por uma atmosfera internacional da comunidade europeia que desenhava as primeiras regras da produção orgânica.

Lynggaard (2006) descreve e analisa a institucionalização da produção orgânica na Europa dentro da Política Comum da Agricultura da União Europeia (Common Agriculture Policy – CAP), entre os anos de 1980 a 2003, e afirma que esse processo é também permeado de conflitos e de negociações sobre modelos de produção. Diferentemente do caso brasileiro, contudo, consumidores ativistas e/ou ambientalistas, são os atores protagonistas da luta pela sustentabilidade agroalimentar no caso holandês. Os quais atuaram numa perspectiva de contratendência ao modelo imposto pela CAP, argumentando centralmente a respeito da degradação ambiental agrícola e da superprodução de alimentos (LYNGGAARD, 2006) - alimentos eram exportados a custos muito baixos aos países pobres, afetando os sistemas agroalimentares localizados e a soberania dos mesmos.

Na primeira fase de institucionalização e regulamentação da produção orgânica, portanto, as indicações são de que não houve conflitos alarmantes quanto ao processo de regulamentação centrada nos sistemas certificatórios. Por parte dos agricultores, os

subsídios oferecidos pelo governo fizeram com que houvesse uma boa aceitação dos sistemas de certificação já que eles mesmos não pagariam no início por isso, e após o processo de transição, o preço *premium* pago por produto certificado possibilitaria pagar as taxas da certificação sem maiores problemas (LYNGGAARD, 2006).

Por parte dos consumidores ativistas, a certificação como garantia de origem e qualidade ambiental, era uma contrapartida aceitável, ao menos naquele momento, pelas exigências e processo de regramento ambiental e de saúde que se impunha às instâncias governamentais (LYNGGAARD, 2006). A partir dessas análises e das observações da pesquisa a campo, analiso que, atualmente, talvez essa seja uma das razões pela qual seja tão comum a certificação orgânica mesmo para produtores bem pequenos (às vezes com propriedades menores de que um hectare), que possuem esquemas de venda direta, em contato direto com seus consumidores. É como se o processo histórico de consolidação da produção orgânica no país, tivesse, de certo modo, contribuído para uma “cultura da certificação”. E por trás de tudo isso, a produção orgânica foi se conformando em um promissor nicho de mercado.

O documento *An Organic Market to Conquer* foi um plano de ação governamental, após a Plataforma Biológica, que visava traçar estratégias para a produção orgânica na Holanda, para os anos de 2001 a 2004. Na ocasião, foi elaborado pelo Ministério da Agricultura, Natureza e Qualidade Alimentar da Holanda (atualmente extinto). Nesse documento se propôs a organização da produção orgânica, na continuidade do que vinha sendo construído pela Plataforma Biológica, a partir de uma *demand centred approach*, ou melhor, uma abordagem orientada por demanda (SANSVINI; WOLLESEN, 1992).

O documento foca o papel dos consumidores para a consolidação do mercado de orgânicos: “consumidores são motivados não apenas por uma consciência social, mas também pela imagem saudável e confiável que os produtos orgânicos proporcionam” (MINISTRY OF AGRICULTURE, 2001). E como argumentos centrais, consideram-se o ótimo desempenho da Holanda no mercado agroalimentar internacional e a necessidade de se atualizar frente à demanda de consumidores cada vez mais críticos, preocupados com questões ambientais e de saúde.

Optamos mais enfaticamente que nos últimos quatro anos por uma abordagem orientada por demanda: para os negócios, o mercado deve ser um fator orientador, as diferentes partes da cadeia (de produção orgânica) devem se capitalizar para um mercado potencial de produtos orgânicos. As perspectivas são boas: há um mercado para se conquistar (BRASIL, 2001, p. 2 tradução nossa).

Em 2001, o documento propôs, como uma das ambições, estabelecer o mercado de orgânicos em 10% do mercado agroalimentar total até 2010. E definiu que tal objetivo deveria ser conquistado a partir da cooperação entre o que o documento descreve como agentes de mercado, incluindo consumidores e organizações sociais (Ministry of Agriculture, 2001). Definiu-se, a partir disso, que o governo holandês construiria políticas de incentivo para impulsionar o crescimento desejado do mercado de orgânicos. Esses incentivos, por sua vez, baseavam-se no reforço e aprimoramento de regulações e legislações e no investimento em pesquisas e educação para subsidiar os processos de tomada de decisão governamentais (MINISTRY OF AGRICULTURE, 2001).

Apesar de estarem longe de atingir a taxa prometida de 10%, aos poucos, essa orientação da produção orgânica como nicho de mercado se estabeleceu com sucesso, dentro do proposto. Segundo declarações de um ex-membro da diretoria da SKAL Biocontrole, única empresa autorizada para a concessão da certificação orgânica na Holanda, a produção orgânica é atualmente um setor estável e com relativo crescimento, tem mercado e bastante credibilidade dos consumidores, dentro e fora da Europa²⁰. Por outro lado, os altos preços da certificação, centralizada em uma única empresa e já sem subsídios governamentais, além do 'excesso' de normatizações, têm sido uma das maiores reclamações por parte de pequenos produtores de base ecológica que têm considerado abandonar a certificação orgânica²¹.

Outra face importante da produção orgânica na Holanda são os sistemas certificatórios complementares. O receio da 'convencionalização' da produção orgânica, fez com que alguns produtores buscassem diferenciar seus produtos, ou por estratégias

²⁰ Essas informações são referentes à pesquisa de campo – declaração feita por um ex-membro da SKAL que ocupou a diretoria da empresa por 10 anos.

²¹ Também referentes à pesquisa de campo, sendo um argumento central e recorrente nos discursos dos produtores entrevistados na Holanda.

de mercado diferenciadas (ver Capítulo 3) e, também, buscando essas certificações complementares. Uma queixa comum por parte dos produtores entrevistados, foi de que a certificação da SKAL não cobriria a complexidade e a qualidade do sistema produtivo. O trecho abaixo permite esta observação:

O problema não é o grau de confiabilidade, sabemos que SKAL é confiável, a questão é: estamos além SKAL, somos mais do que SKAL pode nos dar, mas, ao mesmo tempo, nós dependemos deles. Isso me incomoda (relato de André, produtor holandês, tradução nossa, 2014).

Uma das saídas encontradas por alguns produtores foi recorrer aos sistemas de certificação complementares. São duas: A EKO Keurmark e a Demeter. A EKO Keurmark é uma empresa privada e costumava ser a certificação holandesa para a produção orgânica desde 1992 (AMSTEL; DRIESSEN; GLASBERGEN, 2008). No entanto, após a regulamentação da União Europeia de 2007 (CE n.834/ 2007), a SKAL torna-se a empresa oficial de certificação holandesa e, atualmente, a marca EKO está em um período de transição, e está sendo reformulada para oferecer essa qualificação extra para os produtos já certificados pela SKAL.

Minhas observações em campo, contudo, indicam que até o momento não está claro o que a EKO oferece além da qualificação SKAL. Como slogan²², a empresa propõe que os produtos certificados EKO, além de orgânicos 'prestam uma atenção extra à questão da sustentabilidade'. O selo EKO, contudo, ainda é bastante conhecido pelos consumidores e produtores, já que costumava ser o selo anterior ao da união europeia (ver Quadro 2) e a maioria dos consumidores ainda não entende as diferenças.

Outra possibilidade de certificação complementar, e mais expressiva na produção de base ecológica holandesa é para a agricultura biodinâmica, pela organização sem fins lucrativos Stichting Demeter. Há uma percepção, expressa por alguns agricultores entrevistados, e que são adeptos à agricultura biodinâmica, de que a agricultura biodinâmica, pelo seu caráter filosófico e pela visão holística do agroecossistema (FIBL, 2014), é uma possibilidade menos convencionalizada e mais

²² Ver <<http://www.eko-keurmerk.nl>>.

completa da produção orgânica. Por outro lado, a certificação da produção biodinâmica não escapou ao processo de normatização e institucionalização da produção orgânica, quando a certificação é desejável.

Quando surgiu no início do século, havia uma associação de consumidores e produtores adeptos à agricultura biodinâmica chamada Demeter, com sede em alguns países da Europa. Na Holanda, atualmente, essa associação foi dividida, e existem duas organizações independentes: o órgão certificador - Stichting Demeter - e a associação de consumidores e produtores.

É possível obter a certificação da produção biodinâmica por essa organização sem fins lucrativos denominada Stichting Demeter. Contudo, a certificação da produção biodinâmica fica obrigatoriamente submetida à certificação prévia da produção orgânica pela SKAL Biocontrole. Ou melhor, se um produtor quer ter seu produto certificado como biodinâmico, ele necessariamente tem que ter a certificação orgânica primeiro e pagar pelas duas certificações. Registra-se atualmente no país o total de 1.647 unidades produtivas regulamentadas pela empresa SKAL Biocontrole e 130 produtores certificados pela Stichting Demeter.

O Quadro 2 faz um resumo comparativo entre a situação da certificação da produção orgânica no Brasil e na Holanda. Principalmente, busca destacar as diferenças entre os padrões de certificação, as normativas e a abrangência do processo de certificação nos dois países.

Quadro 2 - Comparação da produção certificada na Holanda e no Brasil²³

	Brasil	Holanda
Filiação e selos	<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</p>  <p>Ou</p> 	<p>Conselho Regulatório da União Européia</p> 
Principais leis, decretos e instruções normativas	Lei Federal nº 10.831/2003; Decreto Federal nº 6.323/2007 e IN nº 19/2009	(EC) nº 834/2007 e (EEC) nº 2092/91
Tipos de certificação	Certificação por terceira parte e sistemas participativos.	Certificação por terceira parte (SKAL Biocontrole)
Selos complementares opcionais	–	<p>DEMETER</p>  <p>EKO</p> 
Políticas e programas de governo de referência	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2012), e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013)	An organic market to conquer (2001)
Número de unidades produtivas regularizadas	11.063 unidades de produção: 5.954 total produtores - 2.992 por sistemas participativos e 2.942 por certificação de terceira parte.	1.647 unidades de produção

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

²³ No Brasil também existem selos complementares, para a certificação de terceira parte. Mas, como o caso Brasileiro se refere aos sistemas participativos, elas não foram destacadas aqui. Também, as cores dos selos (tons de verde e preto) podem variar tanto no Brasil como na Holanda e na União Européia. Os dados da produção certificada no Brasil são do Plano Nacional de Produção Orgânica (PLANAPO, 2013) e na Holanda do website da SKAL (www.skal.nl/about-skal/).

2.5 Os regimes sociotécnicos da produção orgânica

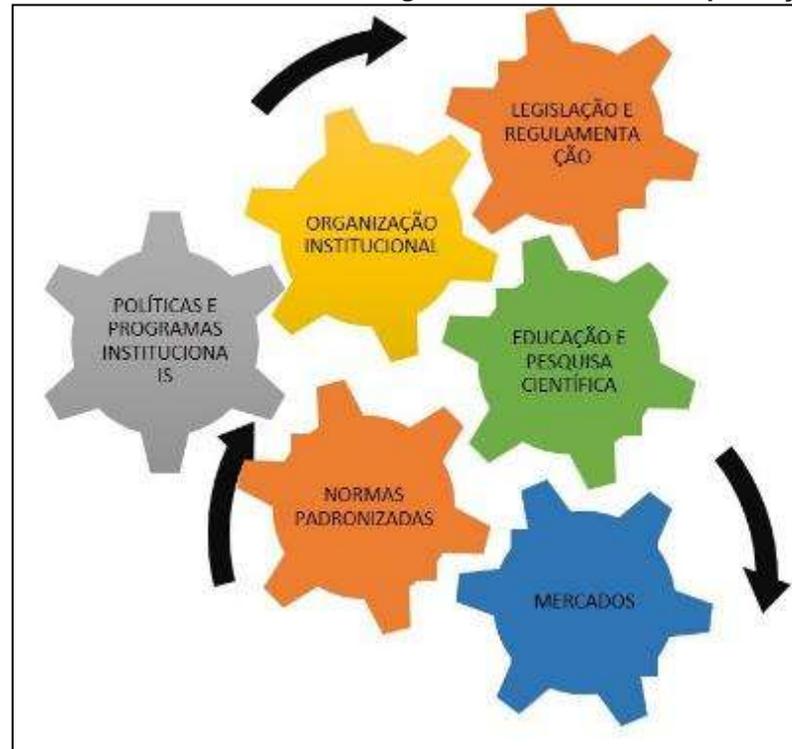
A Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas, perspectiva teórica central nas análises desta tese, ajuda a descrever a organização e regulamentação da produção orgânica em contextos específicos. Essencialmente, a Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas proporciona uma ferramenta analítica que auxilia a compreensão dos diversos formatos, espectros de ação e nível de organização da produção de base ecológica. Na medida em que as categorias analíticas de nicho e regime, propõem distinguir os níveis de estruturação e organização das práticas dos atores sob uma determinada questão, nesse caso, quanto à produção de base ecológica.

Por definição, os regimes sociotécnicos exprimem o grau maior de estruturação de normas e organizações bem-sucedidas, ou mais convenientes, do que as experiências localizadas. A estruturação desses regimes, por sua vez, ocorre através da coordenação entre demandas socioculturais, políticas públicas, práticas e mercados, tecnologias, ciência, redes e estrutura de produção (GRIN; ROTMANS; SCHOT, 2010).

Os regimes da produção orgânica exprimem o grau maior de estruturação, padronização e organização da produção de base ecológica e tem como base o modelo certificador, no caso do Brasil e da Holanda. Já, as experiências localizadas nos nichos com a produção de base ecológica exprimem níveis de estruturação e padronização menores. Suas regras e normas de funcionamento são localizadas e contextualizadas e não dependem da certificação da produção orgânica.

A organização dos regimes da produção orgânica é um processo contextualizado, dependente de negociações e pressões políticas advindas dos nichos, e também de questões contingenciais e de interesses: político, social, cultural, de mercados etc. A figura abaixo representa de modo generalizado as diversas dimensões da estruturação dos regimes da produção orgânica. Essas dimensões não são estáticas, tampouco lineares e podem estar, dependendo de cada contexto, em processo de constante transformação e adaptação.

Figura 5 - A multidimensionalidade dos regimes sociotécnicos da produção orgânica



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

Apesar de muitas normas e regras serem as mesmas entre regimes diferentes, especialmente quanto às técnicas de produção orgânica, a organização e o funcionamento dos regimes são específicos em cada contexto sociocultural, político e econômico. A figura acima propõe a representação dos regimes da produção orgânica de modo geral, com base na sua multidimensionalidade estrutural. Essa multidimensionalidade é organizacional e normativa, e ocorrem em nível das instituições governamentais e de Estado, mercados e sociedade civil, ao associar: normas padronizadas (produção, processamento e comercialização); políticas e programas institucionais para promoção e desenvolvimento da produção orgânica; organizações institucionais (referências, regulamentação, fiscalização, apoio, etc.); mercados; educação e pesquisa científica; legislações e regulamentações (produção, processamento e comercialização). Desse modo, no Brasil, o regime da produção é um (Quadro 3) e na Holanda é outro (Quadro 4).

Quadro 3 - Características do regime sociotécnico da produção orgânica no Brasil

REGIME SOCIOTÉCNICO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA BRASIL	NORMAS PADRONIZADAS	Normas Padronizadas baseadas nos critérios estabelecidos pela IFOAM
	POLÍTICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS	PLANAPO, PNAPO, PNATER (ATER Agroecologia), ECOFORTE, PAA, PNAE etc.
	ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Ministério do Desenvolvimento Agrário Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
	MERCADOS	Mercados para a produção certificada e mercados institucionais
	EDUCAÇÃO E PESQUISA CIENTÍFICA	Linhas de pesquisa específicas em Universidades e Institutos Federais, Cursos de formação técnica e em nível superior.
	LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	Legislação – Lei 10.831/2003; decretos e INs complementares

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

A estruturação do regime da produção orgânica no Brasil caracteriza-se pela forte participação do poder público, tanto do Estado (legislação e regulamentação) quanto dos governos (programas institucionais e políticas públicas; e incentivos para pesquisa). A organização institucional fica especialmente concentrada em dois ministérios federais: Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário²⁴. Os quais centralizam a elaboração, implementação e fiscalização de programas e políticas públicas, como também impõe o controle dos processos certificatórios.

As normas de produção, processamento e comercialização seguem os padrões internacionais da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), assim como na Holanda, pautadas especialmente no modelo certificatório. Na dimensão dos mercados, o Estado também tem um papel centralizador importante, já que a certificação passa pelo crivo do Ministério da Agricultura e o mercado institucional

²⁴ Existe a Comissão Interministerial para a Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) da qual fazem partes os seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A CIAPO foi instituída pelo mesmo Decreto Federal número 7.994/2012, o qual institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção orgânica, e fica sendo a comissão responsável por elaborar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), e é coordenada pelo MDA.

de compras diretas dos produtos da agricultura familiar, via PAA e PNAE, representa uma fatia importante do mercado de orgânicos no país vindos da agricultura familiar.

Ainda, existem atualmente uma série de cursos de nível médio e superior, pelos institutos e universidades federais brasileiras, para formação em agroecologia. Dentre eles o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) - PRONATEC Campo ofereceu, a partir do ano de 2014, 4.485 vagas destinadas aos cursos de agroecologia e produção orgânica, especialmente destinadas aos agricultores e agricultoras familiares, jovens, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2014d). Também em 2014, através de uma parceria entre institutos de pesquisa e ensino foram disponibilizados 4,6 bilhões de reais, via governo federal, para apoiar a construção dos Núcleos de Apoio à Agroecologia (NEAs) e as Redes de Núcleos (R-NEAs). O objetivo é apoiar financeiramente projetos que integrem atividades de extensão, pesquisa, ensino e fomento a processos de inovação para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia (BRASIL, 2014c).

Quadro 4 - Características do regime sociotécnico da produção orgânica na Holanda

REGIME SOCIOTÉCNICO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA HOLANDA	NORMAS PADRONIZADAS	Normas Padronizadas baseadas nos critérios estabelecidos pela IFOAM
	POLÍTICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS	An Organic Market to Conquer (2001)
	ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Ministério de Assuntos Econômicos (Setor de Agricultura e Pecuária) / BioNext – Organização/Plataforma não governamental voltada para a estruturação do setor de orgânicos SKAL – Empresa Certificadora
	MERCADOS	Mercados para a produção certificada
	EDUCAÇÃO E PESQUISA CIENTÍFICA	Especialmente no Setor Privado (i.e. Louis Bolk Institute), Universidades (Wageningen University), Cursos de formação profissional (escolas biodinâmicas).
	LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	Legislação – European Council Regulation ECC 834/2007 e complementares

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Na Holanda, a estruturação do regime da produção orgânica está sob o domínio do setor privado, principalmente. Como explicitado no item 2.1.2, a conformação do

regime da produção orgânica na Holanda, desde seu início foi orientada para a mercantilização da produção orgânica (An Organic Market to Conquer, 2001). Atualmente, a promoção da produção orgânica no país se desenvolve em grande parte no setor privado. Em termos institucionais, não existe mais ministério da agricultura na Holanda e o setor de agricultura e pecuária, o qual tem alguma participação na estruturação do regime da produção orgânica, especialmente frente ao conselho da União Europeia, está situado dentro do Ministério de Assuntos Econômicos.

A Bionext e a SKAL são as organizações responsáveis por fiscalizar e fomentar a produção orgânica no país. A primeira viabiliza a negociação entre sociedade civil, produção e mercados. E a SKAL, sendo a empresa certificadora privada, controla e fiscaliza. O mercado de orgânicos na Holanda ainda que pequeno, é um mercado bastante estável e estruturado. No setor de produtos certificados, dados dos últimos anos confirmam o crescimento maior dos setores de processamento e de produção secundária, e baixo crescimento da produção primária²⁵. A pesquisa científica também está delegada ao setor privado através de institutos de pesquisas como o Louis Bolk, o maior do país. Também, atribui-se às universidades o papel da crítica e da pesquisa, destacando o papel de alguns pesquisadores e grupos na Universidade de Wageningen, por exemplo. Ainda, destaca-se o papel das escolas de agricultores, especialmente da agricultura biodinâmica que desde o início do século XX têm sido importante na formação técnica para a produção de base ecológica.

A noção conceitual de regime sociotécnico auxilia na compreensão das normas e organização da produção orgânica de acordo com as particularidades em cada país, e ajuda visualizar como os sistemas certificatórios agem como instrumentos dos dois regimes da produção orgânica, no Brasil e na Holanda. Contudo, a organização da produção de base ecológica extrapola os limites dos regimes sociotécnicos da produção orgânica e é bem mais complexa. Ainda que a organização de um regime de produção orgânica esteja diretamente relacionada ao aumento do grau de institucionalização das práticas conduzidas nos nichos de experimentação, e

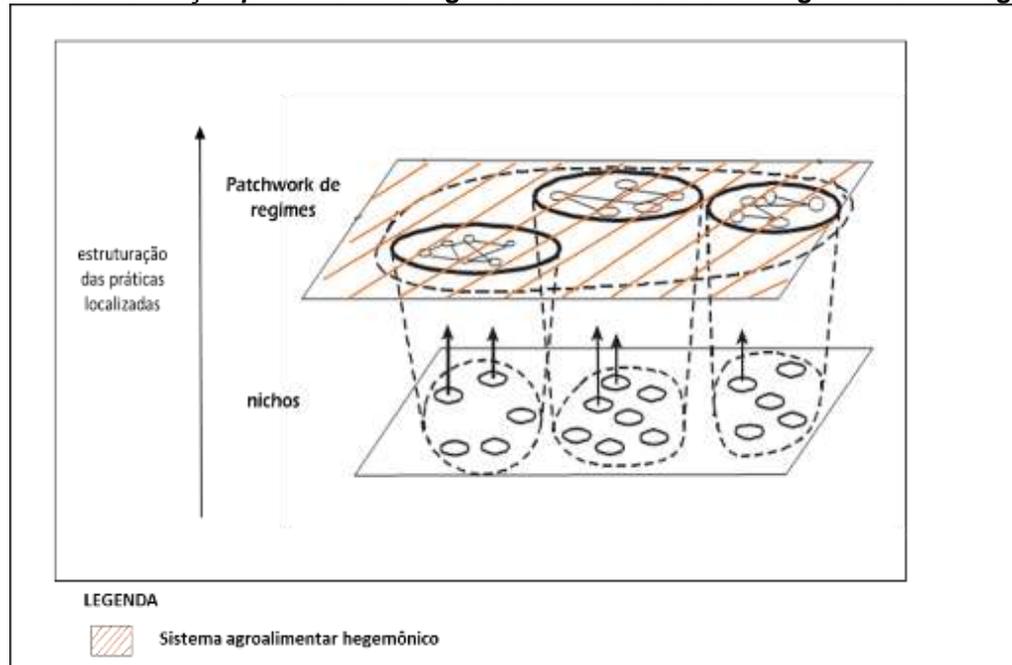
²⁵ Segundo a Danielle, ex- diretora da SKAL Biocontrole, o setor de orgânicos está em expansão. Contudo, esse número crescente da certificação orgânica não está relacionado ao aumento do número de agricultores ou de área produzida, e sim ao aumento de processadores e atravessadores certificados.

consequentemente da regulamentação e burocratização dessas práticas em nível do Estado, apenas parte da produção de base ecológica se adequa aos padrões normatizados pelos regimes sociotécnicos, outras partes continuam se desenvolvendo paralelamente e/ou em sentido contrário aos mesmos.

Os regimes sociotécnicos da produção orgânica, ao se estruturarem sob essa tridimensionalidade – sociedade civil, mercados e Estado - tornam-se referência para a multiplicação de novas experiências. Porém, a análise dos sistemas certificatórios mostra que há resistências e projetos paralelos, que ora permanecem no nível dos nichos (i.e. com normas e padrões que se distinguem das normas e padrões estabelecidos em nível dos regimes), e ora interagem com o regime em processos de negociações e disputas. Não é imprescindível que todo o acúmulo desenvolvido no nicho (experiências localizadas) se desenvolva algum dia em nível do regime, há outros caminhos, e é isso que interessa analisar quando se trata de estudar a sustentabilidade nos sistemas agroalimentares.

Outra questão importante de se ressaltar é que os regimes sociotécnicos que dão suporte ao sistema agroalimentar mercantil industrial continuam (re)existindo paralelamente aos regimes da produção orgânica. O fato de uma parte da produção de base ecológica ter se organizado, de modo a configurar os regimes sociotécnicos da produção orgânica, não implica, ou não implicou, a dissolução dos outros regimes sociotécnicos que coexistem (Figura 6).

Figura 6 - A conformação *patchwork* de regimes na MLP e o sistema agroalimentar hegemônico



Fonte: adaptado de Geels (2005).

Usando as categorias analíticas da Perspectiva Multinível (MLP), um conjunto de regimes sociotécnicos diversos configuram um *patchwork* de regimes sociotécnicos (GEELS, 2005). Fazendo uso dessa ideia apresentada por Geels é possível analisar o sistema agroalimentar hegemônico como resultado de um *patchwork* de regimes sociotécnicos (Figura 6), somado às forças políticas, econômicas, socioculturais que o conformam.

Por um lado, essa noção de *patchwork* de regimes ajuda visualizar as proporções (pequenas) de um regime sociotécnico de produção orgânica diante da complexidade do sistema agroalimentar hegemônico – os regimes da produção orgânica são pequenas frações de um grande e complexo *patchwork*. Ainda, ajuda visualizar quão restritas são as transformações sociotécnicas na produção de base ecológica, capazes de mudar algumas diretrizes no sistema agroalimentar hegemônico.

Por outro lado, a Figura 6 traduz a perspectiva de certa supremacia dos regimes sobre os nichos, inerente à MLP, uma vez que aparentemente, todas as experiências de nicho tendem a se 'elevator' ao nível dos regimes, mais cedo ou mais tarde. Por que o destaque para o 'aparentemente'? A reflexão proposta aqui, a partir dos elementos da

literatura e dos resultados de campo, parece levar ao entedimento de que as experiências de nicho podem seguir como experiências de nicho, sem pretensões de se elevarem ao nível de estruturação de um regime sociotécnico; e, ainda assim, se constituírem em contribuições relevantes para a composição da sustentabilidade agroalimentar.

No capítulo a seguir, apresento as experiências no sul do Brasil (com os sistemas participativos) e na Holanda (com a certificação de terceira parte), a partir dos quais pretendo desenvolver esta análise em mais profundidade. O mergulho nas experiências localizadas (Capítulo 3), revela elementos que levaram ao desenho das trajetórias para transição para a sustentabilidade agroalimentar (Capítulo 4), considerando as dinâmicas dos diversos atores envolvidos nos sistemas certificatórios.

3 DESVELANDO OS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO: ATORES E SEUS ENVOLVIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AGROALIMENTAR.

Neste capítulo apresenta-se de maneira descritiva os atores envolvidos na produção de base ecológica nas experiências localizadas, no sul do Brasil e na Holanda, e suas práticas. São apresentados o perfil e contextualização dos agricultores e produtores de base ecológica, as formas de organização dos mesmos, as características e o envolvimento e construção de mercados.

Com isto propõe-se, a partir das experiências estudadas, esclarecer e apresentar o universo de ação desses atores e identificar alguns elementos que revelam a interação deles com a sustentabilidade agroalimentar. Esses elementos, por sua vez, serão posteriormente analisados em maior profundidade no Capítulo 4, a fim de se alinharem às discussões teóricas trazidas nos capítulos anteriores.

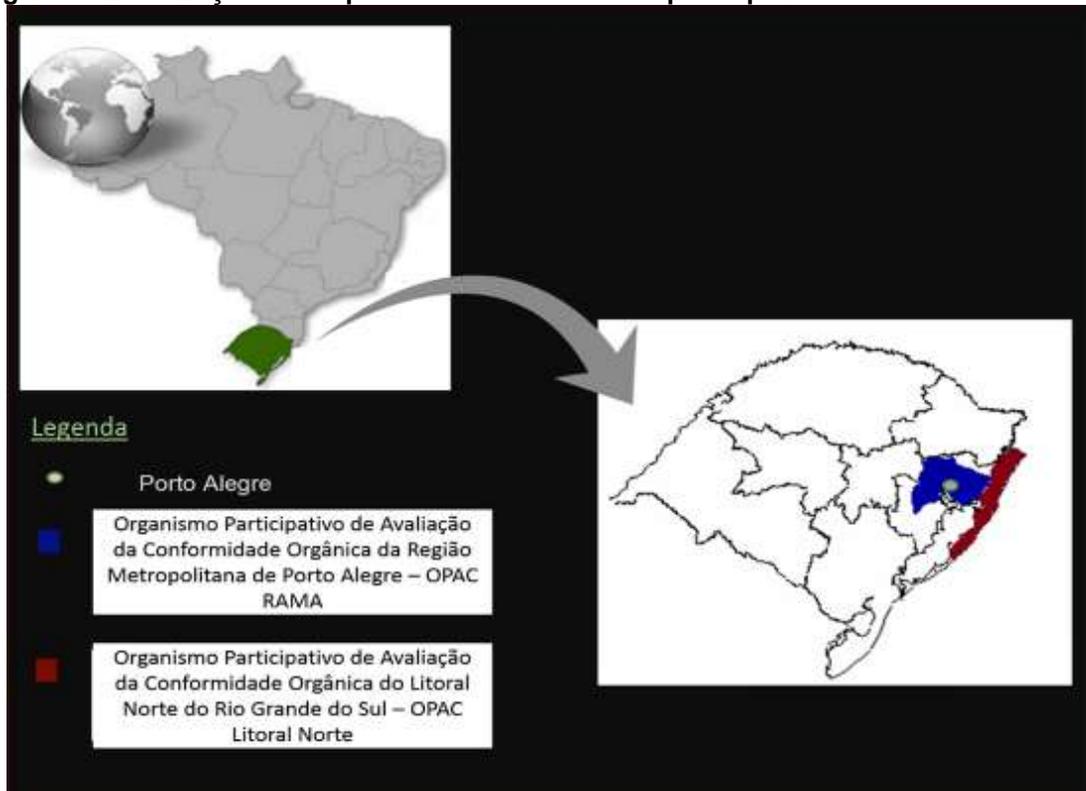
Neste sentido, primeiramente, é apresentado o caso brasileiro que, conforme mencionado anteriormente, corresponde aos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) em fase de emergência na Região Metropolitana de Porto Alegre e no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Em seguida, apresenta-se o caso holandês, que também tem foco no processo de certificação, porém, com as particularidades relativas à certificação de terceira parte.

3.1 Os sistemas participativos no Brasil: a emergência de duas experiências no estado do Rio Grande do Sul

As experiências emergentes que constituem o estudo se referem a dois Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC), o primeiro trata-se do OPAC da Associação dos Agricultores Agroecologistas da Região Metropolitana de Porto Alegre (OPAC-RAMA), que agrega agricultores, técnicos e consumidores dos municípios de Porto Alegre e Viamão (embora a Região Metropolitana propriamente dita seja composta por 18 municípios). O segundo organismo é o OPAC do Litoral Norte, englobando os municípios de Osório, Maquiné, Três Forquilhas, Itati, Terra de

Areia e Três Cachoeiras (Figura 7).

Figura 7 - Localização das experiências com sistemas participativos no Rio Grande do Sul.



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

Há três anos, quando se inicia efetivamente a pesquisa a campo, os processos de construção dos sistemas participativos estavam também em seu início, muito embora, em Porto Alegre-Viamão, já houvesse a designação de um Organismo de Controle Social (OCS). Assim mesmo, foi possível perceber que o que movia inicialmente os envolvidos nos processos de criação dos organismos não era necessariamente a certificação, mas outras questões que, aos poucos, foram se revelando. Os OPACs mobilizavam diversos atores, de ocupações e percepções de mundo diversas e isso foi refletindo no propósito de criação de cada grupo.

Por outro lado, não se pode esquecer que o SPG trata-se de um processo 'normativo', assim, vale trazer alguns aspectos que delimitam o OPAC, conforme a legislação brasileira, enfatizando que é o tipo de sistema participativo que dá o direito ao uso do selo de produção orgânica certificada, conforme o Quadro 5.

Os dois grupos OPAC-RAMA e OPAC do Litoral Norte formaram-se mais ou menos na mesma época, em meados de 2010 e 2011, a partir de uma demanda pela regulamentação dos produtores orgânicos para todo território nacional. Por razões históricas, devido à forte organização da produção familiar de base ecológica na região sul do país, e também pela proximidade com a experiência da Rede Ecovida, pioneira com o sistema participativo de garantia (BYÉ; SCHMIDT; SCHMIDT, 2002; RADOMSKY), as duas experiências estudadas fazem parte do conjunto dos primeiros OPACs implementados no Brasil, após a regulamentação pelo regime brasileiro da produção orgânica.

O OPAC-RAMA e o OPAC do Litoral Norte são bastante dinâmicos e, apesar de terem membros fixos, convivem junto aos grupos membros esporádicos, ou seja, pessoas que participam em determinadas atividades ou momento, mas que não fazem parte formalmente das associações. Notável é o fato de que, em determinados momentos, eram mais numerosos que os membros fixos. São membros fixos: agricultores, produtores e processadores certificados (ou que buscam a certificação), consumidores, técnicos e outros colaboradores assíduos. São parte dos membros esporádicos: atores diversos que se envolvem por simples curiosidade, ou por algum interesse específico (e.g. estudantes, pesquisadores, agricultores de outras regiões, comerciantes, agentes públicos de prefeitura ou outros órgãos, dentre outros), em geral, eles acompanham algumas atividades do grupo, mas por uma razão ou outra acabam não permanecendo por muito tempo.

No caso do OPAC-RAMA, como mencionado anteriormente, alguns dos membros já possuem, desde 2010, o cadastro como membros de uma Organização de Controle Social (OCS), estando, portanto, regulares para utilizar a marca (denominação) de produto orgânico quando se trata da comercialização direta (i.e. as feiras). Já no caso do Litoral Norte, alguns agricultores já possuíam a certificação orgânica pela Rede Ecovida²⁶ e participaram em diferentes mercados com este selo,

²⁶ Rede Ecovida é um conjunto de agricultores familiares, técnicos e consumidores, comprometido com o desenvolvimento da agroecologia, e está organizada em núcleos regionais. Cada núcleo reúne

até a regularização do OPAC do Litoral Norte. Ambos os grupos foram regularizados como OPAC em 2014, sendo que o OPAC-RAMA ainda está passando por alguns ajustes, a serem detalhados mais adiante.

Tanto na região Metropolitana, quanto no Litoral Norte, previamente à constituição dos grupos já existia uma organização de atores diversos em torno da produção de base ecológica. Porém, é após 2010 e 2011 que se desenvolvem os processos e o interesse de certificação orgânica por parte de agricultores agroecologistas com influência principalmente do serviço de extensão rural do estado (EMATER/RS), da Secretaria de Agricultura e Pecuária²⁷ (SEAPA) e da Comissão Estadual de Produção Orgânica (CPORG/RS).

Quando os grupos começam a ser formados, havia uma preocupação sobre a necessidade da regulamentação da produção, manifestada eventualmente de forma exagerada, e que era entendida como de tom ameaçador por parte de alguns agricultores. O relato de um agricultor, durante a Oficina de Formação de Multiplicadores, em 2012, é emblemático neste sentido.

Disseram que se a gente não tiver o selo a partir de agora não poderemos vender nossos produtos como ecológicos, vamos ter que certificar ou vamos ter que sair da feira ecológica (relato agricultor, durante a Oficina de Formação de Multiplicadores, 2012).

A construção dos sistemas participativos, ainda que seja um projeto inovador em nível do regime da produção orgânica, conquistado com esforço e negociação dos movimentos sociais e agroecológico (Capítulo 2), surge como uma imposição externa, de cima para baixo, para a maioria dos envolvidos.

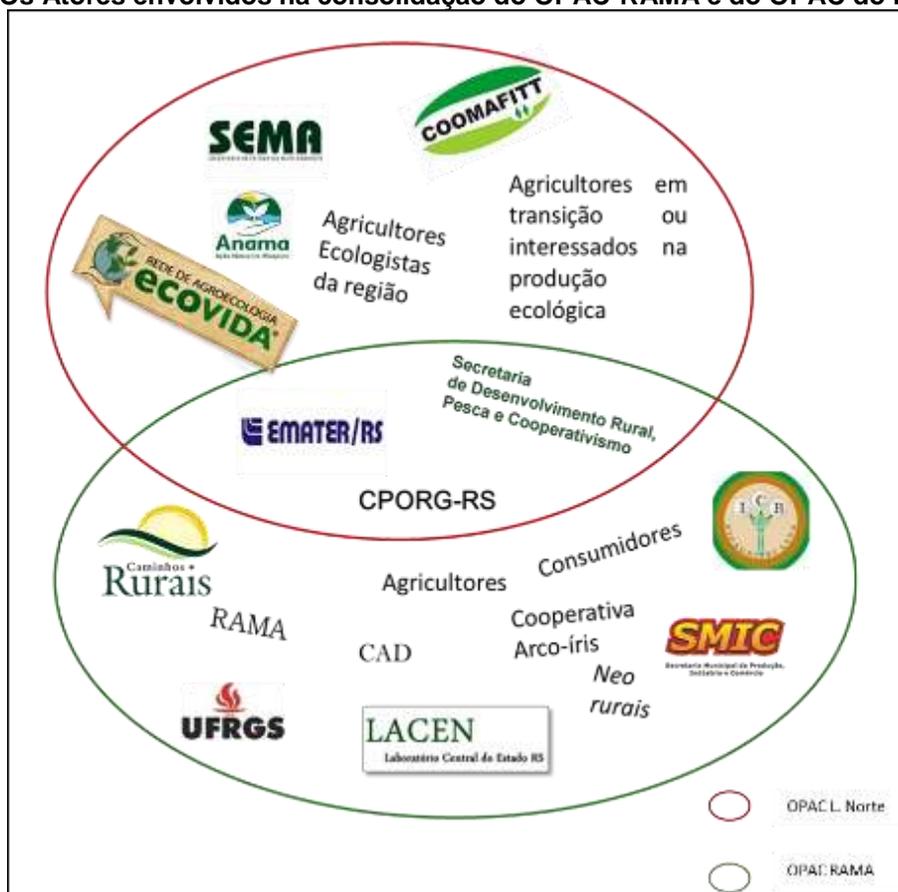
Porém, identifica-se que, por trás da demanda da certificação em si, há uma série de questões que impeliram (e impelem) a organização desses grupos, especialmente relacionadas com a construção da sustentabilidade agroalimentar

membros de uma região com características semelhantes que facilita a troca de informações e a certificação (orgânica) participativa. A Rede foi a primeira organização a ter o reconhecimento como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) no Brasil. Para mais informações acessar o website da Rede: < <http://www.ecovida.org.br/a-rede/>>.

²⁷ Em 2011, foi criada a SecretariaSecretária de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR) e membros da SEAPA que colaboraram com esse processo migraram para essa nova instituição.

localizada. Os sistemas participativos, que tem por base os processos de aprendizagem e troca, evidenciam que em cada grupo existe uma série de propósitos e objetivos em jogo, que são disputados e compartilhados à medida que se constrói o processo. Para tanto, o grau de interação e participação, assim como de intervenção de colaboradores externos (como técnicos e agentes de órgãos governamentais) depende do perfil e do contexto no qual cada grupo está inserido (Figura 8).

Figura 8 - Os Atores envolvidos na consolidação do OPAC-RAMA e do OPAC do Litoral Norte



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

No Litoral Norte a constituição do sistema participativo tem a participação e colaboração da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT), da ONG Ação Nascente Maquiné (ANAMA), de agricultores da Rede Ecovida e outros agricultores de base ecológica ou envolvidos em fase de transição. Na região

Metropolitana participam e colaboram os membros do projeto turístico municipal Caminhos Rurais, o Centro Agrícola Demonstrativo da Prefeitura de Porto Alegre (CAD), o Laboratório Central do Estado do Rio Grande do Sul (LACEN), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comercio (SMIC), membros da Cooperativa Ecológica Arco-Íris e agricultores de base ecológica, produtores e processadores. Simultaneamente, nos dois grupos colaboram os escritórios municipais da EMATER/RS, o Ministério da Agricultura (MAPA) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR) – sendo essa última atuando mais fortemente junto ao grupo da região Metropolitana.

De modo geral, participação e colaboração de técnicos e colaboradores é bastante próxima dos dois grupos. É notável, contudo, que na região metropolitana a presença de técnicos e colaboradores é mais intensa do que na região do Litoral Norte. No Litoral Norte a maior presença é a dos técnicos dos escritórios locais da EMATER/RS. Já na região metropolitana, agentes da SDR, do MAPA e da CPORG costumam acompanhar com mais frequência as atividades dos grupos. Associa-se a essa participação mais intensa principalmente a quatro fatores:

- a) fator localização: o OPAC-RAMA está localizado na região Metropolitana onde também estão localizadas as sedes e as representações estaduais e municipais do governo;
- b) fator novidade: a regulamentação dos sistemas participativos é uma novidade e atrai interesse e disputa política, principalmente se é um projeto que está evoluindo positivamente;
- c) fator experimental: o acompanhamento pelos atores institucionais faz parte da forma como tem sido construído o regime da produção orgânica no Brasil, há uma necessidade de se experimentar o sistema participativo coletivamente: regime e nichos experimentais;
- d) Fator fiscalização: nas grandes cidades tende a ser maior a fiscalização das atividades produtivas.

Por um lado, esses atores institucionais cumprem um papel fiscalizatório (de cobrança) das atividades desenvolvidas pelo grupo. Por outro, eles agem mediadores

nas negociações entre o grupo e os órgãos governamentais (ou outras instâncias ‘extra’ locais), sempre levando as demandas e pautando negociações, especialmente em respeito às regulamentações e normas do regime da produção orgânica. O trecho abaixo permite esta observação.

A gente tenta ao máximo responder as demandas dos grupos, por isso a aproximação direta com eles é importante, funcionamos também como um canal de negociação. Ainda que as respostas do governo sejam lentas tudo tende a ser negociado e assim avançamos. Quando estamos próximo dos grupos permanece esse canal de comunicação (relato de Daniel, técnico responsável pela produção orgânica no Ministério da Agricultura do Rio Grande do Sul).

A aproximação mais intensa com os atores institucionais também gera, contudo, preocupação e desconforto, inclusive por alguns membros internos, quanto a um comportamento de tutela, conforme analisa Paula, pesquisadora e colaboradora do OPAC RAMA: “Isso é da natureza humana, quando o filhinho é bonitinho, todo mundo quer ser pai. [...] Só que num determinado momento, tem que deixar essa criança voar”. Há receio, por parte de alguns, de que os grupos não (re)existam sem a presença desses institucionais. Por enquanto, eles são atores centrais nas duas experiências.

O modo como cada grupo trabalha, quais são as suas características, como se organizam e quais são seus mercados de atuação são particulares de cada um. Neste sentido, a seguir são apresentadas as experiências do OPAC do Litoral Norte e do OPAC RAMA separadamente, de modo a abarcar as diferenças entre elas.

3.1.1 O OPAC do litoral norte: agricultura familiar e coletivização de aprendizados

A região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, juntamente com a região serrana do estado, tem uma trajetória com a produção orgânica bastante influenciada e apoiada pela ação do Centro Ecológico²⁸, desde o final dos anos 1980. Há na região um núcleo da Rede Ecovida, e alguns produtores certificados pela Ecovida (também com

²⁸ Centro Ecológico é uma ONG fundada na década de 1980 na região serrana do Rio Grande do Sul. Ela é central para o início e organização da produção de base ecológica no estado, e possui atualmente duas sedes: a sede do Litoral Norte e a sede de Ipê, na região serrana. Ver mais informações em: <<http://www.centroecologico.org.br/historico.php>>.

certificação participativa), os quais comercializam seus produtos na Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE ²⁹) em Porto Alegre e, também, em lojas especializadas e feiras na região. Fora da Rede Ecovida, diversas outras famílias agricultoras já tiveram em algum momento a experiência com a produção de base ecológica, mas por razões diversas não tiveram tantas oportunidades ou não se sentiram seguras para seguir por esse caminho e acabaram não consolidando uma identidade de produtores ecológicos.

O grupo do Litoral Norte é majoritariamente composto por agricultores familiares, ainda que existam alguns 'novos agricultores' (neorurais³⁰), assim como, alguns produtores mais capitalizados que trabalham com a produção orgânica e/ou de base ecológica. O maior elo de organização entre as famílias agricultoras é a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT), criada em 2006, contando atualmente com mais de 130 famílias associadas, cuja sede está localizada no município de Itati.

As famílias possuem pequenas propriedades, variando de cinco hectares até 30 ha, em áreas bastante declivosas e margeadas pela Mata Atlântica. A banana é o cultivo agrícola mais representativo da região, contudo, como uma característica da agricultura familiar, 'se produz de tudo um pouco', mas nem sempre para venda. A especialização é em certa medida uma estratégia adotada para viabilizar a comercialização de produtos, como explicado no item 3.1.2, sobre os aspectos da comercialização.

Historicamente, Vivan (2002) analisa que as famílias agricultoras da região do Litoral Norte manejavam seus bananais através da coprodução, agricultura e natureza, pelo do manejo multiestratificado, técnica trazida pelos açorianos ainda no século XVII, semelhante às técnicas de manejo agroflorestal. Especialmente a partir da década de 1960, os bananais e outros cultivos agrícolas da região (feijão, cana de açúcar, batata doce) passaram pelo processo de modernização agrícola que vinha ocorrendo de modo

²⁹ A Feira é a mais antiga do estado, criada no final da década de 1980, sendo considerada pioneira. Localizada na região central da capital, atualmente funciona todos os sábados pela manhã. Ver também: Dreier (2010) e Fornazier e Pedroso (2010).

³⁰ Segundo Giuliani (1990), o neo ruralismo em certa medida se caracteriza pela reapropriação das dimensões do mundo rural por pessoas da cidade. Não há intenção de enrijecer os limites entre o rural e o urbano, mas de ressaltar um processo de revalorização das relações diretas com a natureza, por exemplo, por grupos urbanos.

generalizado em todo país. Em algumas circunstâncias, deu-se lugar à especialização através do monocultivo e o uso intensivo de insumos (especialmente para feijão, pois a banana não era considerada exigente em adubos e agrotóxicos).

A modernização agrícola na região trouxe um processo de ruptura (entre agricultura e natureza), apesar de intenso e com forte influência na região, também proporcionou, mais a frente, o desenvolvimento de resistências. Ou melhor, grupos que não se adequaram aos novos contextos (modernizante e/ou ambiental conservacionista) aos poucos se organizam em busca de outras possibilidades, essas pautadas na produção de base ecológica (PETTENON; MARQUES, 2013).

Apesar dos elementos da modernização, que se fizeram necessários ou presentes por uma razão ou por outra, grupos de agricultores familiares na região continuam (ou resgataram) a relação de forma intensa com a natureza, como expressa o relato de Lucas, técnico da EMATER na região: “Aqui, apesar de pouca produção certificada, tem muita produção ecológica, faz parte do modo de produção dessa gente”. A relação com as matas, o manejo agrícola consorciado com práticas de manejo florestal está, desse modo, na matriz dos sistemas agrícolas da região do Litoral Norte.

Nem sempre de forma sinérgica, mas sempre presente, a agricultura familiar ali se desenvolveu a partir de uma relação de coprodução³¹. Agricultores, longe dos centros urbanos, em terrenos declivosos e pedregosos, precisaram sempre recorrer às matas para estabelecer-se enquanto agricultores, ora consorciando culturas agrícolas e florestais, ora através do manejo extrativista (RIBAS; SEVERO; MIGUEL, 2003).

Atualmente, as propriedades das famílias membros do OPAC do Litoral Norte estão espalhadas principalmente entre Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, e encontram-se rodeadas pela Área de Proteção Ambiental - APA Rota do Sol (RIO GRANDE DO SUL, 2008) e pela Reserva Estadual da Mata Paludosa (RIO GRANDE DO SUL, 1998). Desde a criação dessas áreas de preservação, em meados dos anos 1990, a relação dessas famílias com a agricultura foi afetada e nem sempre de modo positivo. Agricultores familiares na região eram (e ainda são, mas nota-se um processo de transição para alguns) tratados como inimigos da natureza. Há relatos sobre o início

³¹ Coprodução é um conceito utilizado para designar a associação sinérgica entre agricultura e natureza, ver Van Der Ploeg (2009a, 2009b).

da criação dessas áreas de reserva, afirmando que naquela ocasião os órgãos ambientais agiam de forma bastante restritiva e, muitas vezes, inadequada, através da fiscalização ambiental, incompatível com modo de produção local. Um dos técnicos entrevistados relata que somente agora esse quadro está mudando com maior conscientização de todos, técnicos e agricultores:

Antigamente a SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) só se aproximava dos agricultores para dar multa e chamar atenção, chegavam naquelas camionetes enormes e, às vezes, até levavam agricultor para cadeia. Não havia uma preocupação de compreender como esses agricultores faziam o manejo das suas propriedades e se eles estavam de fato causando danos ao meio ambiente. Hoje, a SEMA vem atuando como parceira do OPAC. Claro que isso depende de quem são os técnicos, mas nesse momento pode-se dizer que através do OPAC estabelecemos um sistema de conscientização coletivo, de trocas e aprendizados (relato de Lucas, Técnico da EMATER/RS na região do Litoral Norte).

A fiscalização ambiental pelo órgão estadual de meio ambiente (SEMA), chamado pelos agricultores locais de “patrulha ambiental”, no início da sua atuação na região, com a criação das áreas de reserva, atuou bruscamente sem tomar conhecimento das particularidades locais: “Foi uma época muito difícil, a gente era tratado igual bandido, a patrulha chegava, se via cortando um cipó na mata levava até para a cadeia” (relato de Alexandre, agricultor do OPAC). A produção de base ecológica na região surge em meio a esse confronto, e é evidente um sentimento de inadequação e repressão expresso pelas famílias agricultoras. Ao mesmo tempo, também é evidente um sentimento de querer se adequar, querer ser melhor, trabalhar com a produção de base ecológica, mas para isso, afirmam repetidamente que precisam se sentir apoiados.

O OPAC do Litoral Norte emerge em 2011 com o apoio e incentivo dos serviços de extensão rural estadual e de organizações que atuam localmente (Figura 7). Na ocasião, a COOMAFITT já estava bem estruturada, e alguns agricultores cooperados e envolvidos com a produção de base ecológica foram incentivados por organizações locais para construir um sistema participativo para a certificação orgânica. Aos poucos, técnicos e famílias agricultoras foram convidando e incentivando uns aos outros e começaram a se organizar em reuniões periódicas para a construção de um estatuto e de um regimento interno conforme exigido na lei. Desde o início da

organização até o recebimento da certificação, foram mais de três anos.

O grupo estabeleceu que o OPAC do Litoral Norte não teria um tamanho limite pré-estabelecido. Segundo o estatuto³² do grupo, no caso de haver muitos interessados, podem ser estabelecidos subgrupos ou núcleos menores, semelhante ao modo de certificação pela Rede Ecovida³³, sendo que cada subgrupo deve ter no mínimo três membros. O número de participantes nas reuniões varia de acordo com a quantidade de membros esporádicos, e para ser associado é preciso ser indicado por algum membro do grupo e ter participação em, no mínimo, três reuniões seguidas, após, o nome do novo participante é levado à votação em assembleia.

Esse foi o critério instituído por eles de forma a dar credibilidade e estabelecer confiança entre os membros para o processo participativo. Ou melhor, ninguém convida uma pessoa que não seja de sua confiança, uma vez que se torna, em parte, responsável pelos erros que essa possa cometer no futuro. Durante a realização da pesquisa de campo, inclusive, sucedeu que alguns agricultores que não haviam sido convidados por nenhum dos membros associados, compareceram em algumas reuniões seguintes e expressaram o interesse de se associarem, mas o grupo negou. Nesse caso, o grupo por conhecer esses agricultores alegou ter alguns motivos, para desconfiança, assim, em assembleia, decidiram por não aceitá-los como membros.

³² Para fins de análise para pesquisa foi autorizado o acesso aos estatutos internos do OPAC do Litoral do Norte e do OPAC RAMA pelos grupos, sem autorização, no entanto, para publicá-los.

³³ Para informações sobre a certificação da Rede Ecovida ver também: Byé, Schimdt e Schimdt (2002), Radomsky (2008) e Santos (2002).

Figura 9 - Reuniões do grupo OPAC do Litoral Norte.



Fonte: **fotos** da autora, 2013.

As reuniões do OPAC do Litoral Norte são convocadas sempre que o grupo avalia a necessidade. Em 2013, as reuniões foram mensais na maioria das vezes, e compostas de três momentos cada uma, como seguem detalhados abaixo:

- a) assembleia: espaço deliberativo, de trocas e decisões coletivas, de ordem legal e/ou burocrática. São decididos na assembleia: casos de inconformidades legais; expulsão e/ou adesão de membros; custos com o OPAC, agendamento de visitas; agendamento de outras atividades do grupo (cursos, reuniões extraordinárias, feiras e oportunidades). Ainda, é um momento de esclarecimento de dúvidas e partilha de conquistas do grupo. Uma assembleia pode ser convocada pelo presidente ou por 1/5 dos associados, com trinta dias de antecedência, e será deliberativa se: estiverem presentes metade mais um dos associados em primeira convocação, ou no mínimo dez associados em segunda ou terceira convocação. Participam das

assembleias associados, membros esporádicos, técnicos e consumidores³⁴. As reuniões são conduzidas pela presidência e outras lideranças do grupo e também pelos técnicos locais da EMATER/RS, mas principalmente pelo grupo;

- b) visita à propriedade ou oficina/atividade interativa: esse segundo momento é dedicado à troca e aprendizagem, exposição de dúvidas e compartilhamento de experiências. Quando as reuniões ocorrem na propriedade das famílias, faz-se o reconhecimento e caminhada pela propriedade. A família apresenta o histórico da propriedade, o que produz, como, apresenta seus desejos e desafios. São discutidas as dificuldades e os casos de possível inconformidade com a legislação de orgânicos e as maneiras de se resolver;
- c) fechamento e confraternização: para encerrar a reunião, normalmente, há um momento para o 'café e bate papo' seguido do encerramento e agendamento das próximas atividades.

A oportunidade de construção do OPAC em 2011 pareceu, para agricultores pioneiros, uma maneira de fortalecer a COOMAFITT, criando oportunidades de mercado especialmente (ver item 3.1.2), como também para dar apoio para que outras famílias cooperadas fizessem o processo de transição para a agricultura de base ecológica. Para o presidente da COOMAFITT (fala transcrita abaixo), a produção de base ecológica sempre teve grande potencial para os agricultores da região, mas sem um apoio institucional ou sem subsídios, a transição seria uma realidade impossível para a maior parte das famílias e a criação do OPAC soluciona em parte esta questão.

A minha realidade é diferente das outras famílias. Na época em que me tornei agricultor ecológico, certificado pela Rede Ecovida inclusive, eu tinha de certa forma o apoio em casa da minha companheira, que na ocasião que era professora. Não dependíamos diretamente da minha renda de agricultor, pois tínhamos o salário dela. O processo de transição não é fácil, principalmente sozinho, acho na verdade que deve ser subsidiado. O agricultor sozinho não dá conta. No momento em que há apoio, há oportunidades, outras famílias, que não estão na mesma condição e dependem diretamente da renda da

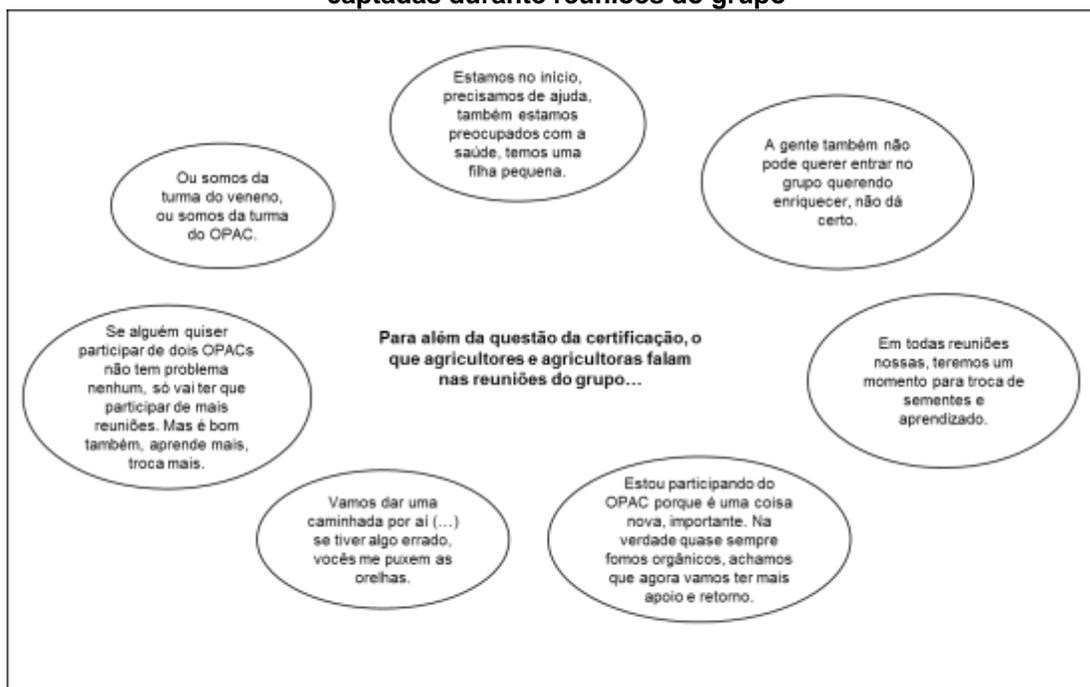
³⁴ Dificilmente aparecem consumidores nas reuniões do OPAC do Litoral Norte, devido principalmente à distância das propriedades dos centros de consumo e das áreas urbanas. Normalmente as assembleias são na casa de alguma família agricultora.

agricultura, podem tentar a transição (relato de Antônio, agricultor e presidente da COOMAFITT na ocasião, 2013).

Por um lado, a produção de base ecológica e/ou orgânica tem contribuído para melhorar a relação das famílias agricultoras com os órgãos ambientais na região, ao contrapor a falsa incompatibilidade estabelecida entre agricultura e natureza. Por outro, a construção de um sistema participativo tem favorecido e a união dessas famílias e fortalecido, na opinião de Antônio, a organização social, econômica e produtiva deles. Para Antônio, as distâncias entre as propriedades sempre dificultaram bastante a autonomia produtiva delas, mas o trabalho em grupo ajuda a promover e assegurar a autogestão dos agroecossistemas.

Tanto para agricultores quanto para técnicos, o que impulsiona a construção de um OPAC não é apenas a conquista do selo de orgânicos. Isso é constantemente expresso durante as reuniões do grupo, a Figura 10 reúne alguns trechos de manifestações dos agricultores e agricultoras durante reuniões que foram acompanhadas durante a pesquisa.

Figura 10 - Falas de agricultores e agricultoras do OPAC do Litoral Norte captadas durante reuniões do grupo



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

São muitas as questões discutidas no âmbito do grupo, e as razões que unem os membros para conformarem o OPAC do Litoral Norte são múltiplas. Dentre elas, se pode ressaltar: a questão ambiental (divisa com áreas de proteção e embate com os órgãos de fiscalização), as questões de saúde da família (e mencionada a saúde dos consumidores), a oportunidade troca e aprendizagem coletiva, as oportunidades de mercados, etc. Todas essas questões são discutidas durante os processos que levaram ao estabelecimento do sistema participativo. Para a técnica da EMATER do escritório de Três Forquilhas, não é apenas pela certificação que esse grupo se une, como menciona no trecho transcrito abaixo.

Há explícita uma preocupação de que o sistema participativo não tenha como fim a certificação orgânica. É um trabalho dos próprios agricultores estarem provando e trazendo essas pessoas. E além de tudo, o que faz funcionar é, para além do mercado, aquela proposta de trabalhar com o meio ambiente mesmo, a saúde, de estar promovendo aquela questão de se trabalhar com a terra onde esses agricultores estão trabalhando. Então, apesar da legislação ter forçado essa legislação via selo, via organização, isso foi interessante também para eles perceberem que juntos podiam mais facilmente dividir aquilo que eles já sabiam individualmente. Até acessar, por exemplo, uma feira, estar reunido em grupo fica mais fácil. Acessar uma política pública. Estar reunido em um grupo, levar o nome de um grupo, faz diferença na hora das pessoas conseguirem acessar alguma coisa. E acho que isso foi fazendo com que as pessoas percebessem que o grupo é interessante (Amália, técnica da EMATER do escritório de Três Forquilhas, 2013).

Atualmente, o OPAC do Litoral Norte já conta com as primeiras famílias certificadas via Ministério da Agricultura. Inicialmente, para entrar com o pedido de cadastro dessas famílias no Ministério, o grupo estabeleceu que a diretoria, composta por agricultores de base ecológica experientes e alguns já certificados, visitariam todas famílias que desejassem solicitar a certificação e auxiliariam nas necessárias adaptações assim como na elaboração do plano de manejo das propriedades.

Com as primeiras famílias certificadas, o grupo ficou subdividido em comissões de visitas, de acordo com a localização das famílias. Desde então, fica estabelecido que dentro de cada comissão pelo menos uma vez ao ano uma das famílias será visitada para certificar a conformidade orgânica da propriedade. E que, além disso, todos devem utilizar os espaços das reuniões gerais para esclarecer dúvidas e manter

atualizada e regularizada sua situação junto ao OPAC.

Em 2014, o grupo do Litoral Norte recebeu as visitas de verificação do Ministério da Agricultura (MAPA) para autorizar a regularização do OPAC. Em fevereiro de 2015, 11 famílias agricultoras receberam seus certificados de conformidade orgânica (Figura 11). É interessante destacar que dois dos agricultores que estão na figura abaixo já possuíam a certificação orgânica pela Rede Ecovida anteriormente à constituição do OPAC do Litoral Norte. Contudo, por alguma razão que não a certificação em si, eles se tornam protagonistas e membros desse novo grupo.

Figura 11 - Recebimento dos primeiros certificados de conformidade orgânica pelos agricultores e agricultoras do OPAC Litoral Norte



Fonte: website do grupo³⁵, 2015.

3.1.2 O OPAC do litoral norte, melhorando a relação com mercados

Uma das maiores dificuldades no caso das famílias agricultoras do grupo do Litoral Norte é quanto à comercialização. Espalhadas na zona rural dos municípios, distantes dos centros urbanos e com estradas ruins, é difícil o escoamento da produção. Devido a essa situação, uma estratégia comumente adotada na região é a venda terceirizada pelos atravessadores. Este processo de dependência da comercialização via intermediários tem relação com o processo de centralização da

³⁵<http://opaclitoralnorters.blogspot.com.br/>

produção: monocultivo e especialização, maior quantidade produzida de um único produto (e.g.: feijão, batata, banana, etc.). Essa prática, ainda comum para muitas famílias da região, promove a dependência dos atravessadores para conseguir a comercialização e implica nos baixos valores pagos aos agricultores por produto vendido, na medida em que os valores são estipulados pelos atravessadores (MENDONÇA et al., 2014).

Em 2006, foi criada a COOMAFITT com o principal objetivo de ter acesso às políticas públicas, especialmente de compras institucionais, e facilitar a comercialização de produtos com preços mais justos. A experiência da COOMAFITT é fundamental para o estabelecimento do OPAC, a maior parte das famílias associadas ao grupo também é cooperada. E para eles, as duas experiências juntas (COOMAFITT e OPAC) se fortalecem mutuamente e vêm melhorando as chances das famílias tomarem suas próprias decisões quanto aos seus sistemas produtivos, como relata Beatriz:

Agora eu posso ter salada para os meus filhos e as práticas agroecológicas fazem mais sentido para mim. Antes, a gente só plantava o feijão, porque tinha o atravessador que comprava, mas o preço era muito baixo. Meu marido e eu usávamos algum pesticida porque era necessário produzir mais [sistema de monocultivo] caso contrário, não compraria nossa produção, se fosse pouquinho coisa. Era difícil diversificar a produção, não tínhamos como vender. Agora eu posso produzir alimentos para a minha família e o que não comer, vender na feira, mesmo que pequenas quantidades (Beatriz, agricultora do OPAC do Litoral Norte).

Junto à demanda pela certificação por parte do regime da produção orgânica, emergiu uma série de programas e projetos de governo, visando incentivar e viabilizar essa construção (ver também Capítulo 2). Não seria efetivo incentivar a constituição dos sistemas participativos de certificação sem pensar em melhorar as formas de comercialização dessas famílias agricultoras. Localmente, entre as mais efetivas estratégias implementadas está a ampliação do número e acesso às feiras permanentes e sazonais (extraordinárias) em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, estão registradas 89 feiras ecológicas em todo o estado do Rio Grande do sul, sendo 42 feiras exclusivamente de produtos orgânicos e 47 feiras trabalhando com produtos mistos (TOSI, 2014). A feira Prove Capão é uma das feiras de produtos mistos, criada em Capão da Canoa, município próximo aos agricultores do

OPAC do Litoral Norte, com funcionamento aos sábados, reunindo atualmente mais de 60 fornecedores, incluindo agricultores e artesãos locais. Sazonalmente, também são promovidas feiras exclusivas para os agricultores membros dos sistemas participativos no Rio Grande do Sul (Figura 12).

Figura 12 - Feira sazonal dos OPACs em Porto Alegre (esq.) e Feira Prove Capão em Capão da Canoa (dir.)



Fonte: foto da autora, 2013.

A feira Prove Capão é atualmente motivo de muito orgulho para as famílias agricultoras membros do OPAC do Litoral Norte, e o espaço nas feiras ecológicas em Porto Alegre parece seguir como um 'sonho' a ser realizado, como percebido na fala abaixo.

A criação dessa feira foi uma alegria para gente. Tudo que eu produzo trago para cá e vende. No fim, ganho mais aqui, além de que eu gosto. Alguns perguntam e eles sabem que a gente não usa veneno. Agora, quando o OPAC sair, a gente vai poder até vender nas feiras de Porto Alegre, aí vai dar certo. Porque ali para entrar naquelas feiras é difícil demais, só com a certificação (relato de Carlos, agricultor membro do OPAC na feira de Capão da Canoa).

O espaço das feiras ecológicas de Porto Alegre é bastante competitivo. Os valores pagos por produto são um pouco mais altos, há visibilidade e consumidor garantido, por isso é um sonho de muitos agricultores do OPAC do Litoral Norte participar dessas feiras. Como há, no momento, um investimento por parte das instituições governamentais (especialmente SDR, SMIC e MAPA/RS) para promover a

certificação orgânica através dos sistemas participativos, uma das ‘moedas de troca’ oferecida são esses espaços de comercialização em feiras exclusivas para membros de OPACs. Elas se realizam em Porto Alegre para promover as experiências em andamento e dar visibilidade para o trabalho realizado com os OPACs.

Além das feiras, as famílias cooperadas vendem seus produtos através da COOMAFITT, principalmente a banana, perfazendo, em 2003, a média de 14 toneladas/semana. O mercado institucional corresponde a 99% das vendas da cooperativa - desde 2008, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)e, desde 2010, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A venda de produtos através da cooperativa garante estabilidade de mercado e melhores preços para a banana, em torno de 20% a mais.

A certificação orgânica via sistema participativo devido às políticas de compras institucionais favorece o aumento em até 30% dos produtos orgânicos³⁶, no caso da banana e dos outros produtos comercializados pela cooperativa. O ‘prêmio’ a ser recebido pela qualificação da produção apresenta-se como mais uma possibilidade e conquista da cooperativa em parceria com o OPAC do Litoral Norte. Segundo Pedro, vice-presidente da COOMAFITT na ocasião, a parceria entre a cooperativa e o OPAC só traz benefícios para os agricultores, é o que ele menciona no trecho abaixo.

Os agricultores daqui sabem produzir de tudo, mas precisa de mercado também. Antes, era muito difícil, eu fazia dinheiro no verão vendendo de porta em porta na praia, para guardar dinheiro o resto do ano. Se a gente tem espaço para vender nossos produtos e apoio técnico, o OPAC vai dar certo e vai ficar ainda melhor (Pedro, vice-presidente da COOMAFITT e um dos agricultores que garantiu a certificação Orgânica pelo OPAC, 2013).

Resumindo, anteriormente à criação da COOMAFITT e do OPAC, as dificuldades com a comercialização da produção eram bem maiores para as famílias agricultoras. A criação das políticas de compra institucional diretamente da agricultura familiar, e os programas e políticas de incentivo à produção orgânica tem dado um importante suporte para a transição para a produção de base ecológica e para uma maior

³⁶ O PAA e o PNAE prevêem o acréscimo de até 30% no valor do produto orgânico e/ou agroecológico para as compras institucionais, assim como também para outras modalidades do PAA (compra direta, doação simultânea, etc) (BRASIL, 2010; BRASIL, 2014).

estabilidade na geração de renda, transpondo as barreiras de comercialização vivenciadas por essas famílias. Contudo, é importante deixar destacado que, até o momento, são apenas 11 famílias certificadas que vivem essa oportunidade.

3.1.3 *A organização do OPAC RAMA: encontros rural-urbanos*

A organização da produção de base ecológica na região metropolitana de Porto Alegre, em seu início, conta com a participação ativa dos consumidores (RAMOS et al., 2013). Em 1989, foi criada uma cooperativa de consumidores ecologistas, a COOLMEIA, a cooperativa tinha como um de seus objetivos viabilizar o acesso aos alimentos ecológicos que estavam sendo produzidos principalmente na região serrana do Rio Grande do Sul, e que decorria do trabalho do Centro Ecológico de Ipê (SCHULTZ, 2006).

O Cento Ecológico de Ipê, que posteriormente se instalou também no Litoral Norte, começou o trabalho com a produção de base ecológica junto aos agricultores familiares em 1985, juntamente a diversos outros movimentos da agricultura alternativa que emergiam no país em resposta aos problemas causados pelos processos de modernização da agricultura (CENTRO ECOLÓGICO, 2015). Neste contexto, a Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), fundada pela COOLMÉIA, foi uma forma encontrada para viabilizar o encontro dos consumidores com a produção de base ecológica de vários locais do estado.

Em 1997, iniciou-se a discussão sobre produção de base ecológica com agricultores familiares na região metropolitana, a qual resultou na organização da Associação de Produtores Ecologistas do Lami – APEL, com a participação inicial de nove famílias (RAMOS et al., 2013). A ideia era incentivar a produção de base ecológica entre agricultores familiares da zona rural de Porto Alegre e entorno, e incluir esses futuros agricultores ecológicos na FAE para comercializarem seus produtos.

Segundo Ramos e outros (2013), esse trabalho de promoção da produção de base ecológica na região metropolitana foi orientado com apoio do escritório municipal de Porto Alegre da EMATER/RS, da prefeitura, e das associações de produtores e cooperativas de consumidores, que foram pouco a pouco sendo criadas.

O surgimento da produção de base ecológica na região metropolitana,

entretanto, evidencia no mínimo duas situações conflituosas que são partes importantes da constituição e caracterização da agricultura praticada nos entornos da capital. Primeiramente, há um profundo conflito estabelecido quanto ao reconhecimento de uma zona rural em Porto Alegre. Especialmente, devido à intensificação da urbanização e especulação imobiliária que força a expansão dos centros urbanos, atropela e invisibiliza moradores e trabalhadores das zonas rurais (COLETIVO CATARSE, 2014).

Segundo está a disputa por espaços para comercialização nas feiras ecológicas, estabelecida entre os agricultores mais antigos e agricultores ‘novos’³⁷ (da região metropolitana ou de outras regiões). Pode-se dizer que há os espaços de comercialização dos produtos de base ecológica têm certos domínios construídos por alguns grupos e produtores ecológicos já consolidados e reconhecidos nos mercados, especialmente os das feiras. Segundo alguns entrevistados, este controle por parte de alguns dificultaria a entrada de novos agricultores ecológicos nos circuitos de comercialização já estabelecidos, especialmente na FAE. A fala abaixo, que se refere à forma de gestão das feiras, denota esta percepção.

[...] o fato é que essa autogestão nunca existiu. A autogestão é quase que como um anarquismo, ela precisaria que a participação plena não da totalidade, mas sei lá, de 80, 90%. Como é que se dava a gestão das feiras de Porto Alegre? [...] Só entrava quem a COOLMEIA autorizava, era uma seleção muito penosa. Para entrar um grupo ou era uma imposição da prefeitura ou passava pelo trâmite... diria até: ou ajoelhava para eles [...] isso começou a gerar distorções. (Relato de Mateus, técnico da EMATER sobre os conflitos na FAE, 2013).

Essas situações colocam os grupos de agricultores envolvidos com a produção de base ecológica na região metropolitana em um processo contínuo de luta por reconhecimento, construção e valorização de uma identidade, desde o final dos anos 1990. E a compreensão desse processo é central para a compreensão das dinâmicas nas quais membros do OPAC-RAMA estão envolvidos. É central, inclusive, para

³⁷ Alguns agricultores da região metropolitana que hoje fazem parte do OPAC-RAMA começaram a comercializar nas feiras ecológicas de Porto Alegre, na FAE e posteriormente na zona sul da cidade, logo no início dos anos 2000. Esse espaço foi conquistado com dificuldades, e até hoje existe uma separação física e política entre a primeira e a segunda quadra da FAE, na Rua José Bonifácio. Na primeira estão os agricultores mais antigos e na segunda os agricultores mais novos e da região metropolitana. Logo, não necessariamente são novos na feira, mas eles vieram depois e alguns ainda estão tentando entrar.

compreender porque produtores e agricultores familiares do entorno de Porto Alegre resolvem constituir um OPAC. A proximidade com um grande centro urbano atribui características peculiares aos produtores da região metropolitana, as quais influenciam e caracterizam a relação deles com o sistema participativo de certificação orgânica.

Nos arredores de Porto Alegre, a produção de base ecológica se desenvolve em um contexto político, econômico e espacial adverso (disputa do território rural versus urbano) e bastante competitivo (predomínio de produtores antigos) para agricultores familiares e pequenos produtores da região. Eminentemente, ela é uma construção coletiva de um grupo de produtores, consumidores, técnicos e colaboradores, os quais propõem, através da produção de base ecológica, outra trajetória possível de desenvolvimento e ocupação das grandes cidades. Significando que a construção do OPAC não estaria relacionada apenas às questões mercadológicas, mas também à disputa por esses atores pela sustentabilidade agroalimentar localizada.

Em 2010, cria-se o Organismo de Controle Social de Porto Alegre e Viamão (OCS Porto Alegre/Viamão) e treze produtores da região são cadastrados no Ministério da Agricultura como aptos a comercializarem seus produtos como orgânicos para venda direta (Figura 13). A iniciativa contou com o apoio da Comissão da Produção Orgânica do Rio Grande do Sul (CPORG/RS), do escritório municipal da EMATER/ASCAR e do Centro Agrícola Demonstrativo da Prefeitura de Porto Alegre (CAD) e foi o primeiro passo para o início da construção do OPAC-RAMA.

Figura 13 - Criação da OCS Porto Alegre/Viamão, antes da transformação em OPAC.



Fonte: arquivo do grupo, 2010.

A CPORG do Rio Grande do Sul foi criada em 2006, com a principal função de capacitar agricultores e técnicos, e criar os mecanismos para operacionalização da Lei dos Orgânicos (10.831/2003). Um dos membros da Comissão avalia as dificuldades ou desafios vivenciados também no ambiente institucional, o trecho de entrevista, transcrito abaixo, permite as várias acomodações que vêm sendo necessárias para fazer o sistema avançar.

Um esforço muito grande foi em cima de trabalhar, contribuir na construção das Instruções Normativas [INs]. Para que elas fossem produtivas e eficazes em especificar o que é 'orgânico', o que é conformidade orgânica, etc. Uma vez que foi lançada a lei, da noite para o dia começam surgir orgânicos de tudo que era jeito (Paula, membro da CPORG/RS, colaborador do OPAC-RAMA).

Através desse trabalho da CPORG/RS junto com os agricultores e com instituições parceiras, houve um esforço de 'fazer valer' a lei e as instruções normativas na prática e no dia a dia dos agricultores quanto à institucionalização e regulamentação da produção orgânica³⁸. Quando a CPORG/RS foi criada, já estava em andamento o

³⁸ É importante se destacar que essa descrição diz respeito à realidade do Rio Grande do Sul. As CPORGs são comissões estaduais, e podem funcionar de diferentes maneiras em cada região. Em outras localidades, as discussões que ocorrem no âmbito da CPORG/RS podem ocorrer ou terem ocorrido em outros fóruns de discussão. Ainda, as decisões no âmbito da CPORG/RS não são

projeto de promoção da produção de base ecológica na região metropolitana há quase dez anos. Para ser coerente com a proposta da regulamentação dos sistemas participativos, a comissão avaliou que seria importante trabalhar junto aos agricultores e produtores da região metropolitana tudo aquilo que vinha sendo desenvolvido em nível do regime da produção orgânica: as normas, as leis, as instruções normativas.

Por um lado, tratava-se de experimentar o que vinha sendo elaborado na forma da lei sobre a criação dos sistemas participativos. Por outro, não se pode descartar, que havia uma pressão para que agricultores agroecologistas se adequassem às novas regras da produção orgânica. No primeiro momento, o grupo se forma sob a égide dessa pressão: “ou você se certifica, ou você está fora”; “olha a legislação aí, vocês têm que se organizar”. Como a pressão e fiscalização por parte dos atores institucionais é mais forte na região metropolitana, eles acabaram ficando mais suscetíveis à essa retórica.

Pelo lado das instituições governamentais (e também da CPORG/RS), esse esforço tratava da necessidade de regularizar a produção orgânica e incluir produtores da região metropolitana que já estavam de certo modo organizados, além disso, vários tinham proximidade e parcerias com essas instituições há anos. Pelo lado dos produtores, além do receio de serem punidos por não estarem de acordo com as novas regras, o esforço de construção de um sistema participativo surge também como uma oportunidade de fortalecimento de suas práticas. A noção era de que se estaria proporcionando maior reconhecimento do seu trabalho como produtores agroecológicos e orgânicos da região metropolitana, especialmente no competitivo ambiente das feiras ecológicas.

Em 2011, é criada a Associação dos Produtores Agroecologistas da Região Metropolitana de Porto Alegre (RAMA) para consolidar um OPAC³⁹. O grupo chegou ao entendimento de que a OCS não atenderia as expectativas e demandas de todos e a maioria opta por transformar a OCS em um OPAC.

unâimes sobre a produção de base ecológica, e estão intimamente conectadas com o processo de institucionalização de um regime da produção orgânica.

³⁹Como tratado no Capítulo 2, sobre a regulamentação dos sistemas participativos, para se criar o OPAC é necessário uma pessoa jurídica (associação, por exemplo) que responde pelos compromissos do grupo.

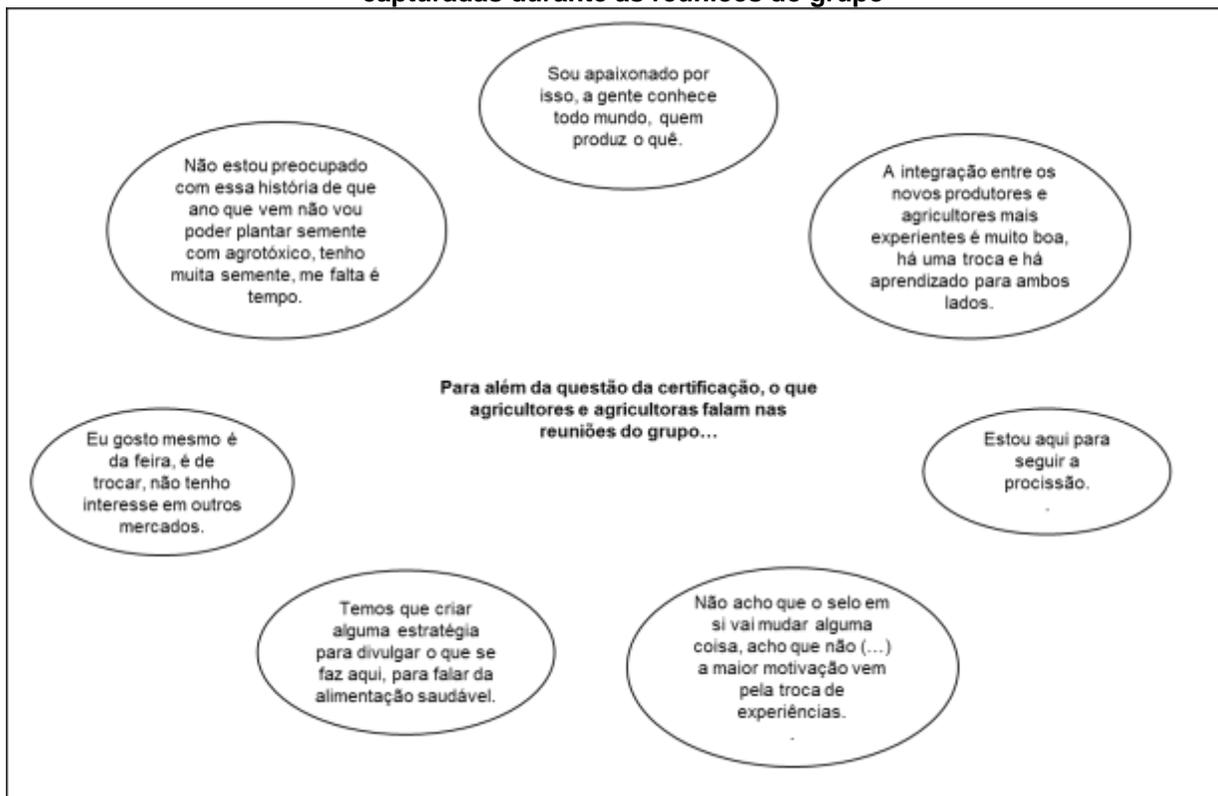
Alguns agricultores votaram pela continuação da OCS, dentre as principais justificativas, diziam que como feirantes não precisariam do selo de orgânico, o cadastro de OCS cumpriria a demanda dos órgãos reguladores quanto à produção. E, ainda, tinham receio de que a transformação da OCS em OPAC demandaria muito esforço e tempo dos agricultores pelo grau maior organização e pelos documentos e regras exigidos na constituição de um OPAC. Mesmo assim, foram votos vencidos, alguns saíram do grupo nesse momento, e os que permaneceram fundaram o OPAC-RAMA.

Esse não foi um momento fácil, e nem todos que permaneceram no grupo o fizeram porque estavam de acordo com a criação de um OPAC, tudo indica que para esses que permaneceram, a vontade de pertencer ao grupo e ser parte daquele projeto novo era maior do que a de recusar a ser parte do OPAC. A principal razão que impeliu o grupo para a construção do OPAC foi a impossibilidade de participação de produtores sem a Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP, documento obrigatório na OCS.

Desse modo, a determinação pela criação do OPAC gera também uma transformação no perfil dos membros do grupo. Permanecem alguns poucos agricultores familiares, mas majoritariamente o grupo fica composto por novos produtores, que não tinham como renda principal ou original a atividade na agricultura. Seriam eles os chamados neorurais - jovens formados que querem trabalhar com agricultura e aposentados que fazem a migração da cidade para o campo.

Assim como no Litoral Norte, a certificação participativa na região metropolitana de Porto Alegre não é um fim em si mesmo. Nota-se inclusive, que nem todos os membros do grupo estariam diretamente interessados na certificação orgânica. A conformação do OPAC-RAMA revela que há, acima de tudo, a busca por uma identidade, pelo o reconhecimento deles enquanto produtores orgânicos, moradores da região metropolitana, agroecologistas e consumidores ativistas. Os agricultores expressam expectativas diversas quanto ao OPAC, para além da certificação da produção orgânica, como mostra a Figura 14.

Figura 14 - Falas dos produtores e agricultores do OPAC RAMA capturadas durante as reuniões do grupo



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

Ao mesmo tempo em que se percebem questionamentos e resistência, percebem-se também propósito e esforço, talvez pela vontade de ser parte do grupo, trocar e construir projetos juntos. O que parece importante ressaltar, aqui, é que (pensar que a certificação não ajuda pode, inclusive, dificultar o processo de transição. Dentre outras coisas, porque a troca e o aprendizado são constantes e movem o grupo na construção de objetivos comuns.

Os maiores questionamentos por parte dos produtores, no início e durante o processo, são quanto aos objetivos dessa certificação, quanto às dificuldades de adequação, e quanto à burocratização. Agricultores mais antigos, como o seu Jorge, dizem: “eu mesmo não entendo pra que disso, essa trabalhadeira toda, a gente já é agricultor ecológico, essa papelada vai mudar o quê? Pra quem? Mas eles pedem nossa ajuda, né, dos mais antigos, e a gente ajuda.”

Figura 15 - Agricultor 'veterano' fazendo uma apresentação durante reunião do grupo em Porto Alegre.



Fonte: foto da autora, 2013.

Não se pode negar, porém, que há presença e há disponibilidade dos membros (inclusive dos que reclamam) em participar e trocar, eles também se expressam bastante orgulhosos por serem parte do (de um) grupo que tem dado certo e tem conseguido construir seus projetos. As razões pelas quais cada um (produtor, técnico, consumidor, etc.) resolve fazer parte e construir um sistema participativo de certificação orgânica na região metropolitana de Porto Alegre são diversas, e algumas vezes até soam contraditórias pelos desafios que essa construção ainda apresenta.

O OPAC é um meio e não um fim para a realização dos projetos. Esses produtores sabem que não é a certificação propriamente que resolverá todas as questões as quais propõem. Para Juliana, produtora e presidenta do grupo, O OPAC RAMA está se fortalecendo, e depois da conquista do selo o que vai mantê-los unidos e ativos são os intercâmbios entre os membros.

Uma das grandes dificuldades que temos é quanto à produção, produzimos pouco ainda, falta prática. E não adianta ter selo se não tem produto para vender. Se estamos juntos no OPAC, podemos ajudar uns aos outros, aprimorar, é isso que tem acontecido.[...] Antes, também não éramos respeitados, conquistamos espaço e respeito através do OPAC (relato de Juliana, 2013).

Ainda segundo a produtora, o grupo se desenvolve na medida em que os

membros se sentem parte do processo e dos projetos: “tem muita gente que não gosta de reunião, essas pessoas precisam se sentir motivadas, ou elas abandonam o grupo uma hora”. Para ela, são nas trocas de práticas e conhecimentos que o grupo se fortalece, apesar das diferenças. Em última análise, cria-se uma certeza de que eles têm melhores chances de se desenvolverem e se fortalecerem como pequenos produtores de base ecológica quando estão unidos.

Figura 16 - Trabalho em equipe durante reunião do grupo.



Fonte: foto da autora, 2013.

Em meados de 2014, o grupo passou por um momento delicado de retirada de um dos seus produtores membros o qual não estava cumprindo corretamente as exigências e conformidades técnicas da produção orgânica. Tratava-se de um ator importante do processo, bastante participativo e que havia inclusive, no ano anterior, conquistado um espaço na FAE para vender parte dos seus produtos.

Ao serem descobertas as irregularidades, o grupo reuniu-se e determinou possíveis soluções e prazos para regularização, conforme previsto no estatuto. Ao final, porém, decidiram pela desfiliação em função do não cumprimento dos acordos. Esse evento, por um lado, interferiu e atrasou o processo de regularização do OPAC-RAMA junto ao Ministério da Agricultura. Por outro, o grupo avaliou que foi um importante momento, apesar de difícil, deu provas da confiabilidade e propósito no processo. Principalmente, ao considerar que existiam laços de amizade entre o membro excluído

e o restante do grupo.

Atualmente, o OPAC RAMA está na última etapa do seu cadastramento e validação junto ao Ministério. No final de 2014, o grupo recebeu a visita do Ministério da Agricultura para autorizar a certificação orgânica através do sistema participativo nas seguintes categorias: produção primária vegetal, produção primária animal, produção de mel e processamento de produtos de origem vegetal.

A visita foi exitosa e, segundo membros do grupo, alguns pequenos ajustes no estatuto devem ser realizados para que o grupo receba a certificação para 28 membros (entre produtores e processadores). A maior parte trabalha com a produção primária vegetal (hortaliças, cogumelos e Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANCs). Uma pequena parte trabalha com produção animal, especialmente produção de ovos, e outra parte trabalha com processados (geleias, antepastos, pães, massas, *etc.*). Mais recentemente, também, passaram a fazer parte do OPAC RAMA alguns apicultores.

O grupo tomou mais tempo para o cadastro do que a média de registro de OPACs no Brasil. Os membros argumentam que houve algumas dificuldades para a compreensão do estatuto por parte do Ministério da Agricultura. Técnicos do MAPA argumentaram, durante a visita ao grupo, no final de 2014, que o estatuto apresentado era bastante detalhado e complexo. Diferentemente dos demais grupos até então apresentados, os quais teriam seguido os moldes do estatuto da Rede Ecovida, o mesmo que inspirou a regulamentação dos sistemas participativos pelo regime da produção orgânica. Já, o OPAC RAMA resolveu construir um estatuto totalmente autoral, passo a passo discutido entre os membros. Essa construção do estatuto tomou bastante tempo do grupo, alguns reclamaram, mas de modo geral avaliam que foi positiva e parte importante do amadurecimento coletivo.

Reconhece-se, até entre os próprios membros, que o estatuto do OPAC RAMA é bastante rigoroso. É exigida 75% de participação nas reuniões mensais, e todos membros devem ser visitados anualmente⁴⁰. O grupo está dividido em comissões de avaliação e a cada ano todos os produtores devem visitar, em grupos ou comissões, e serem visitados dentro da sua comissão – verde, rosa, azul, amarela e branca (Figura

⁴⁰ A legislação exige a visitação obrigatória anual de número igual a raiz quadrada do número total de membros.

17).

Tudo isso implica que as atividades coletivas são mais recorrentes. Certamente, essa opção também se faz mais realizável na medida em que as distâncias entre as propriedades na região metropolitana são relativamente menores (do que no Litoral Norte). Entretanto, não parece ser um problema para os membros o trabalho coletivo, uma vez que nas feiras e outros trabalhos em parceria já fazem parte das práticas do OPAC.

Figura 17 - Comissões de visitação do OPAC RAMA - todos se visitam



Fonte: foto da autora, 2013.

O OPAC RAMA não quer crescer muito, optaram por fazer um grupo pequeno, e limitar o número de membros. O grupo acredita que só conseguirá cumprir as exigências prometidas se for um grupo pequeno, e está entre um dos fortes princípios do grupo que todos conheçam uns aos outros. O OPAC RAMA elege dentro do conjunto de seus membros uma coordenação geral composta por: um(a) presidente(a); um(a) vice presidente(a), dois secretários (as) e dois tesoureiros (a). Os cargos são votados na assembleia do grupo, a cada dois anos e com direito a reeleição. A coordenação tem uma função de liderança, fica responsável pela gestão de recursos, encaminhamento de propostas e projetos a ajuda na possível solução de conflitos. Contudo, as tomadas de decisão devem ser votadas em assembleia.

3.1.4 O OPAC RAMA, fazendo feira e pensando os mercados

O grupo RAMA tem como seu principal mercado as Feiras Ecológicas de Porto Alegre (FAE), Menino Deus, Três Figueiras e Zona Sul, todas semanais. Além das feiras, os produtores do OPAC-RAMA vendem seus produtos: diretamente na propriedade; para restaurantes; lojas especializadas e mais recentemente para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para alguns produtores a feira é um mercado satisfatório, mas têm surgido também outros mercados. Neste sentido, identifica-se que estas diversificações ocorrem principalmente por dois aspectos, conforme detalhado abaixo.

- a) por uma questão de afinidade⁴¹ dos produtores do grupo: nem todo produtor gosta de ser feirante. Ser feirante exige, além do esforço de madrugar no dia da feira e, no dia que antecede, trabalhar horas em pé, a habilidade e disponibilidade de lidar face a face com consumidores variados. Enganam-se aqueles que pensam que na feira ecológica todos os consumidores são críticos e conscientes, valorizam e tratam bem o produtor. Existem aquelas pessoas, e não são poucas, que vão na feira ecológica por que ouviram no noticiário do dia anterior que comer orgânico faz bem para a saúde. Nem sempre a relação face a face, consumidor e produtor, é o que está em jogo na feira ecológica. Ao mesmo tempo, é essa relação que torna esse trabalho prazeroso e recompensador para o feirante;
- b) por uma questão de oferta: às vezes, alguns produtores têm determinados produtos que ‘não vendem muito bem na feira’, mas são demandados em outros mercados (restaurantes, eventos, lojas especializadas, compra institucional, *etc.*). Ainda, segundo a produtora Juliana, a demanda por produtos orgânicos e agroecológicos aumentou bastante, criando novas demandas para o grupo: “Não temos problemas com mercado, existe uma demanda crescente, às vezes, o que falta, no nosso caso, é produto”.

⁴¹Durante os anos de 2012 e 2013 trabalhei na banca de um dos agricultores do grupo, como feirante voluntária praticamente todos os sábados. Logo, essa análise é tanto pelos relatos dos produtores quanto pela minha própria atuação como observadora pela observação participante.

É bastante reconhecido que, na produção de base ecológica no Brasil, as feiras sempre cumpriram papel muito relevante no que tange à criação de mercados. A noção associada a esta forma preponderante de comercialização tem sido uma maneira de garantir preços mais justos e autonomia para quem produz, e preços justos e qualidade do produto para quem consome. Além de outros atributos associados, ou vantagens comparativas, é caso das relações estabelecidas para além das trocas comerciais, muitos são os trabalhos que mostram que as feiras são também espaços de sociabilidade e, até, de lazer. A diversificação de mercados que emerge a partir da experiência do OPAC RAMA é uma amostra representativa das outras possibilidades para agricultores familiares e pequenos produtores de base ecológica que têm inovado os circuitos alternativos de comercialização.

Figura 18 - Preparo de Plantas Alimentícias Não Convencionais para comercialização (a) e (c); vista de uma das unidades de produção (b); e alface de associados RAMA pronta para comercialização (d).



Fonte: fotos da autora, 2013.

Alguns membros da RAMA têm desenvolvido múltiplas estratégias de mercado, ainda que a feira siga sendo o circuito de comercialização mais importante, outras opções têm despontado de modo complementar e com potencial inclusive de superar

as vendas na feira. Em seguida, são listados alguns exemplos de atividades que começam a surgir e que guardam relação com estratégias de comercialização e de ingresso de renda, especificamente, se referem a um dos 'sítios', este é onde trabalham Juliana, Tereza e Guyo.

- a) dia de campo: a propriedade faz parte do circuito turístico municipal dos Caminhos Rurais⁴². Por um valor negociado com o grupo visitante, oferecem passeio e apresentação da propriedade, almoço ou lanche com produtos orgânicos e agroecológicos produzidos por eles;
- b) eventos: a culinária diferenciada com as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) tornou-se um dos pontos fortes da propriedade, e fonte de renda importante. Também, são oferecidos serviços para restaurantes e eventos – servem lanches (coffee break) e buffet;
- c) o Programa Nacional de Alimentação Escolar: a venda para o mercado institucional é o próximo objetivo. Em parceria com outro produtor do grupo, planejam entrar para a próxima compra pública do programa. O combinado é que o produtor parceiro disponibilizará a área de plantio e parte dos insumos e os três entrarão com mão de obra, insumos e conhecimento. A venda final será repartida em partes iguais;
- d) *World Wide Opportunities on Organic Farms (WWOOF)*: o intercâmbio rural não é uma estratégia de mercado, mas favorece a renda produtiva. Produtores oferecem alojamento e alimentação para o estagiário em troca de mão de obra nas atividades com a agricultura. Além da troca e aprendizado para ambas partes, essa tem sido uma maneira encontrada de diminuir os gastos com mão de obra, aumentando a renda indiretamente.

A experiência acima é bastante ilustrativa do perfil dos produtores do OPAC RAMA: mão de obra qualificada, perfil inovador, multifuncionalidade produtiva, e a atividade na agricultura como uma opção de vida. Em sua maioria esses produtores

⁴² Caminhos Rurais é um projeto que desde 2005 propõe uma rota turística na região metropolitana da cidade para exploração das áreas produtivas e preservação ambiental. A iniciativa conta com a parceria entre a prefeitura de Porto Alegre, Secretaria de Turismo e a EMATER (PORTO ALEGRE, 2015).

possuem outra renda que não é a agricultura, mas não é exclusividade, e muitos têm por objetivo viver integralmente da agricultura e variáveis que ela proporciona.

O aumento da produtividade e a construção de novos mercados se apresentam com resultado de esforço coletivo e de colaboração entre os membros: trabalho em parceria, compras coletivas, *etc.* De modo geral, são ativistas (com preocupações com a natureza, com a alimentação, com o lugar onde vivem) e acreditam na importância da agricultura e do seu papel transformador na sociedade. Aqueles agricultores que não se encaixam nesse perfil acabam sendo ‘convencidos’ pelo grupo e não ficam excluídos, pelo contrário, uns parecem impulsionar os outros.

Figura 19 - Agricultores veteranos do OPAC RAMA na FAE, Porto Alegre



Fonte: fotos da autora, 2013.

A convivência entre ‘agricultores originais’ ou veteranos e os ‘ousados’ novos produtores, é bom para todas as partes. Há aprendizado, troca e parceria. Certamente, há também dificuldades de entendimento entre pessoas que vieram de realidades econômicas e culturais muito diferentes. A linguagem comum entre eles é a agricultura, juntos eles reinventam a agricultura de base ecológica na região metropolitana de Porto Alegre, e procuram ajudar uns aos outros, dentro de suas limitações e desejos.

Para os agricultores veteranos a feira ecológica já é a conquista de mercado e de perspectivas pessoais quanto à agricultura de base ecológica, como relata um dos agricultores: “tem gente que vem aqui pra desabafar, eu gosto disso, sinto que ajudo de alguma forma essas pessoas, gosto demais disso aqui”. O irmão, também agricultor

veterano, reflete sobre as dificuldades do pai agricultor convencional, expressa o quanto, hoje, já é diferente, mencionando o quanto eles conquistaram.

A noção do pai era plantar cana, mandioca e ter gado. Quando a gente viu, já tínhamos 60 cabeças de gado, mas devíamos muito. Fico pensando se, naquela época, ele tivesse as oportunidades de cursos que a gente tem, como seria?

Para esses dois irmãos agricultores chegar até ali, e serem figuras famosas na maior feira ecológica da cidade é, expressamente, motivo de satisfação pessoal e de auto reconhecimento como uma conquista. Ambos estão aposentados, querem continuar produzindo “até quando puderem”, mas sem muitas outras ‘grandes aventuras’: “o mercado da feira já está ótimo”.

Em resumo, os novos produtores, perfil majoritário no OPAC RAMA querem inovar: novos mercados e novas formas de produzir e comercializar, e têm pela frente o desafio de aumentar produção. Os veteranos, não estão muito preocupados com isso, sentem que cumpriram seu papel, de certo modo, com a construção da produção de base ecológica na região, contribuirão até onde puderem, mas sem grandes ousadias.

Figura 20 - Feira dos OPACs na sede da EMATER/RS em Porto Alegre



Fonte: arquivo do grupo, 2013.

Os produtores do OPAC RAMA não têm tanta produção, mas têm aumentado aos poucos a quantidade de produtos, extrapolando o espaço de comercialização das

feiras. O grupo focou na diferenciação dos seus produtos: além dos produtos frescos, trabalham com as conservas, processados, e também produtos diferenciados como os cogumelos. Essa característica deve-se tanto às preferências do consumidor das grandes cidades, quanto ao perfil dos produtores.

O OPAC RAMA parece ser, sobretudo, uma identidade criada a partir de uma oportunidade institucional gerada na medida em que foi se estabelecendo o regime da produção orgânica. São os diálogos abertos por tal oportunidade que favorecem que um conjunto de membros reivindique espaços de comercialização e produção mais autônomos, e que incorporem suas demandas específicas de maneira a fortalecer a produção de base ecológica na região metropolitana.

3.2 A Certificação de terceira parte na Holanda

A pesquisa a campo, como mencionado no Capítulo 1, foi realizada nas províncias de Utrecht e Gelderland, próximas à cidade de Wageningen (Figura 21). Gelderland é a província holandesa com maior número de produtores orgânicos do país, sendo majoritariamente pequenos produtores (FIBL, 2014).

Figura 21 - Área de estudo na Holanda



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

A maioria dos produtores (e *gardeners*) entrevistados possui áreas de até um hectare em produção e a maior parte são áreas alugadas. O valor da terra na Holanda é muito alto e dificilmente um pequeno produtor tem condições financeiras para adquirir uma propriedade. Quem a possui muitas vezes é por herança, como é o caso do Leonardo, produtor e proprietário de alguns hectares de terra herdados da família agricultora.

A mão de obra na Holanda também é cara, mas em compensação, as terras são muito férteis, e os terrenos são extremamente planos e facilitam o trabalho. As práticas de manejo das pequenas propriedades orgânicas e de base ecológica são essencialmente: rotação de culturas e/ou policultivo, capina manual da vegetação espontânea, uso do preparado biodinâmico (no caso das propriedades que seguem a linha biodinâmica) e adubação orgânica quando necessário.

Figura 22 - Típica propriedade de um *gardener* orgânico na Holanda, na província de Utrecht



Fonte: foto da autora, 2014.

Os *gardeners* são majoritariamente novos agricultores: profissionais aposentados ou jovens profissionais urbanos⁴³, com curso superior e que optaram pela atividade na

⁴³É importante destacar que, na Holanda, devido as pequenas dimensões do país, as cidades e o campo convivem muito intimamente. As cidades são muito próximas umas das outras e entre elas estão áreas

agricultura – de certa forma, semelhante ao perfil de alguns produtores do OPAC RAMA, da região metropolitana de Porto Alegre. Uma diferença notável entre os pequenos produtores de base ecológica na Holanda e no Brasil, contudo, é quanto à organização social. Como descrito no segundo capítulo, enquanto no Brasil e outros países do hemisfério sul, agricultores familiares camponeses e pequenos produtores se mobilizam e se unem, desde a década de 1980, para viabilizar e promover a produção de base ecológica, nota-se na Holanda que esse processo é mais individualizado. Por alguma razão, não objeto de estudo desta tese, esses pequenos produtores de base ecológica holandeses, atualmente, não estão organizados socialmente e trabalham isoladamente.

Na Holanda, os pequenos produtores não têm, atualmente, qualquer apoio institucional, política pública ou serviço público de extensão rural que dê suporte à produção orgânica ou de base ecológica. Caso queiram ser produtores orgânicos certificados, devem pagar a certificação de terceira parte e ainda estão sujeitos ao monopólio de uma única empresa autorizada para a certificação orgânica no país: a SKAL Biocontrole. A maioria dos produtores entrevistados cursou uma escola para se tornarem agricultores ecológicos. Há um curso profissionalizante com duração média de três anos. Muitos gardeners, como não vieram de uma tradição agrícola, aprenderam a atividade através deste curso profissionalizantes.

Entretanto, é imprescindível considerar o processo histórico e a trajetória de desenvolvimento de cada país. Como por exemplo, a pré-existência de um Estado de Bem-Estar Social na Holanda, e o legado estrutural resultante desse (capilaridade das estradas, desenvolvimento e acesso tecnológico de alta qualidade disponível, distribuição de renda, acesso amplo aos serviços de moradia, educação e saúde, *etc.*). Isto minimiza a inexistência de acesso aos serviços públicos de apoio à agricultura de base ecológica e/ou orgânica para o pequeno produtor.

Para todos os entrevistados a atividade com a agricultura e com a produção de base ecológica foi uma escolha. Os aspectos que sustentam a opção puderam ser identificados e estão sistematizados abaixo.

de cultivo. A distância média de uma propriedade rural na qual foi realizada pesquisa para outra é, no máximo, dez quilômetros.

- a) prazer e a qualidade de vida: segundo eles a vida no meio rural é mais prazerosa, mais tranquila e trabalhar com a terra e com a agricultura é uma satisfação pessoal, por mais que não seja uma escolha fácil;
- b) preocupação com questões ambientais e de saúde: há por parte dos produtores a preocupação com a alimentação pessoal, familiar e dos consumidores. Há, também, uma preocupação e auto responsabilização pelas questões ambientais. Os entrevistados acreditam que podem contribuir com sua parte sendo agricultores ecológicos;
- c) ativismo político: a maioria dos produtores está ou já esteve em algum momento da vida envolvida com grupos de ativistas ambientais ou de consumo consciente.

Nem todos os gardeners, ou todos os produtores de base ecológica e/ou orgânicos se enquadram nessas características, obviamente. Contudo, ao focar a pesquisa (ver Capítulo 1) nesses pequenos produtores críticos à certificação, essas foram características comuns entre eles. Outra questão comum diz respeito à relação deles com os mercados. De modo geral, a comercialização não é uma dificuldade para esses produtores. Todos possuem diferentes estratégias de mercado, mesmo aqueles que iniciaram há pouco a produção (um ou dois anos).

São populares, entre eles, os mercados que favorecem a venda direta entre produtores e consumidores, eliminando o papel do atravessador. Ou, a venda para lojas especializadas que nem sempre exigem a certificação, e que trabalham de forma diferenciada com os produtores. Em Wageningen, por exemplo, a Lazuur Food Community⁴⁴, uma das lojas para a qual alguns produtores vendem seus produtos, funciona também como uma cooperativa de consumidores. Os interesses dos sócios-fundadores extrapolam as ambições comerciais. E, para eles, é tão válida e interessante a compra de produtores não certificados, como certificados. Desde que, o compromisso dos produtores com a qualidade orgânica e de base ecológica seja o mesmo.

⁴⁴ Para mais informações acessar o website <<http://www.summer-foundation.org/en/Initiatives/Lazuur-Food-Community>>. Acesso em 25/03/2015.

Em termos do sistema produtivo, outra característica central para os agricultores orgânicos em pequena escala na Holanda é a multifuncionalidade. De modo geral, a atividade agrícola se desenvolve juntamente a outras atividades complementares. Segundo Ploeg (2009), a multifuncionalidade dá suporte à atividade agrícola em contextos incertos e contingenciais, tornando-se uma qualidade recorrente especialmente para pequenos produtores mais autônomos, que escapam, ou tentam escapar, de circuitos de comercialização comoditizados. Para o autor, na Holanda, a multifuncionalidade representa, um conjunto de estratégias desenvolvidas por diferentes grupos de agricultores em resposta ao projeto modernizante da agricultura. No caso dos produtores entrevistados, são várias as atividades comuns e que podem ser identificadas como compondo esta multifuncionalidade:

- a) o turismo rural: alguns produtores disponibilizam roteiros e atividades para o turismo rural, e outros associam a atividade agrícola ao turismo. Por exemplo, Pedro cultiva um jardim de flores e de plantas medicinais na entrada da propriedade. Segundo ele, os consumidores gostam e se sentem atraídos e motivados a visitarem a propriedade (Figura 23).

Figura 23 - Vista de um jardim utilizado como atrativo de turistas e consumidores, na província de Utrecht



Fonte: foto da autora, 2014.

- b) eventos e atividades na propriedade: dias de campo, festas, atividades interativas (bazar, oficinas de alimentação, oficinas de produção, mutirões, etc.) são promovidas pelos produtores para fins diversos. As atividades ajudam a atrair novas parcerias de trabalho e apresentar a propriedade e o trabalho à comunidade. Algumas vezes, essas atividades também são realizadas com o intuito de implementar novas ideias ou experiências, com a ajuda de voluntários ou através de oficinas;
- c) parceria com estagiários e/ou sistema *World Wide Opportunity on Organic Farms* (WWOOF): é bastante comum para esses produtores trabalhar com colaboração de estagiários: aprendizes, voluntários, ou pessoas indicadas via WWOOF. Existem pessoas interessadas em aprender a atividade agrícola – nesse caso, trocam aprendizado por mão de obra -, assim como voluntários que procuram os produtores a fim de prestar serviços à comunidade. Essa relação de estagiários é tão comum entre os entrevistados que dificilmente um gardener fica trabalhando sozinho na propriedade, e alguns chegam a ter sete estagiários de uma só vez. Essa parceria tem tanto uma função social, como também cultural, de valorização do trabalho na agricultura;
- d) sistema *care farming*: a proposta do sistema *care farming* é reintegrar à sociedade, pessoas portadoras de distúrbios psíquicos, dependentes químicos e/ou distúrbios de aprendizagem, através da atividade com a agricultura. Paga-se ao produtor pelo serviço de tutela, e normalmente os recursos advêm de instituições de saúde ou fonte privada⁴⁵. É relativamente comum encontrar propriedades agrícolas nas quais até metade dos ganhos seja proveniente dessa atividade. Alguns produtores entrevistados são adeptos ao sistema, outros não (a opinião sobre este tipo de atividade não é unânime, havendo, inclusive, críticas a respeito).

Esse conjunto de atividades e práticas é bastante representativo da forma de

⁴⁵ Para mais informações sobre as *care farms* na Holanda ver Hassink, Zwartbol e Agricola (2007) e *Green care farms, a safe community between illness or addiction and the wider society* (ELINGS; HASSINK, 2008).

produção dos entrevistados e, de modo complementar, eles possuem a certificação orgânica. Conforme desenvolvido no segundo capítulo, a questão da certificação orgânica parece ter se tornado uma questão cultural na Holanda: ter que certificar, é quase uma obrigação. Em outras palavras, ainda que a certificação seja de fato obrigatória para comercialização dos produtos com a denominação de orgânicos, ela não necessariamente parece fazer tanto sentido para a comercialização direta (produtor para consumidor) que, na prática, é o tipo preferido desses agricultores.

Há um caminho que parece ter se tornado quase obrigatório para aqueles que entram na produção de base ecológica (na Holanda, em geral, mencionada como Biologisch):

- a) fazer uma formação para se tornar produtor ecológico;
- b) produzir em parceria, ou trabalhar de contratado com um produtor já experiente;
- c) alugar uma própria área e estabelecer um sistema produtivo próprio;
- d) certificar a produção.

Todos os produtores entrevistados percorreram mais ou menos esse caminho com exceção da Luisa, a mais jovem produtora, ainda em fase de experimentação (produz em parceria, na propriedade de outra produtora ecológica experiente). Luisa, por enquanto, não enxerga a certificação como uma opção, nem desejável, nem viável financeiramente.

Embora a certificação seja recorrente, foi recorrente também a insatisfação dos produtores entrevistados com a certificação. Comumente ouviram-se as perguntas: para que serve a certificação afinal? Será que ela nos faz melhores, mais corretos, mais ecológicos? As maiores insatisfações são quanto aos valores pagos à SKAL e quanto à 'convencionalização' da certificação orgânica. Os valores pagos à certificação não discriminam o tamanho da propriedade, nem o tipo de produção, são iguais para todos.

Para Pedro isso a torna inviável para o pequeno produtor: "As taxas da certificadora são muito altas, não é justo que eu com 700m² de área cultivada tenha que pagar os mesmos valores que um produtor com 100ha". Para André, se fosse só a taxa, já alta de 700 Euros anuais, ainda estaria razoável, mas ele alega que, além dessa

taxa, existem várias outras: “É taxa para tudo: para plantar semente diferente, para receber visita do técnico, taxa para tudo, fica impossível para nós”.

A ‘convencionalização’ da produção orgânica é outra reclamação recorrente entre os produtores, os quais se consideram ‘mais do que orgânicos’. E afirmam que a certificação da SKAL não é fiel à complexidade do sistema produtivo que eles cultivam (diversidade produtiva, tipos de manejo, princípios de produção, *etc.*). Em suma, o que define e caracteriza esses produtores é o tipo de produção (consideram-se mais do que orgânicos, são produtores de base ecológica) e a relação deles com a agricultura (modo de vida) e com a questão ambiental e da alimentação (ativistas).

Como ativistas, *gardeners* holandeses preferem a relação direta com os consumidores e a autonomia dos circuitos de produção e comercialização. Para Sabrina, responsável técnica da certificadora Biodinâmica Stichting Demeter, a certificação como está organizada, hoje, na Holanda pode influenciar mudanças na produção convencional, em larga escala, porém é bastante desfavorável para o pequeno produtor.

Figura 24 - Dia de campo na propriedade de um casal de *gardeners* (a e d); detalhes da produção local (b e c), na província de Gelderland



Fonte: fotos da autora, 2014.

Lina e André gostam de mostrar para seus consumidores e vizinhos como trabalham. Uma vez ao ano organizam o *Open Day Farm* (dia de campo na propriedade), momento em que abrem as portas da propriedade para receber as pessoas e explicar como produzem, e ainda vender alguns produtos. O casal de produtores também gosta de descobrir variedades novas de hortaliças e verduras, são conhecidos pelos ‘vegetais coloridos’ (*i.e.* couve flor roxa e beterraba laranjada). Gostam de inventar e descobrir novos sabores, novas cores e formas diferentes de cultivo. Entretanto, as normas de certificação e o processo de fiscalização executado pela SKAL são restritivos quanto aos cultivos que não sejam provenientes de cultivares/variedades certificadas ou registradas como orgânicas. Deste modo, a introdução de ‘novidades’ precisa de autorização da SKAL, o que onera ainda mais os produtores, já que devem pagar uma taxa extra à certificadora à cada nova variedade que desejarem introduzir no sistema de produção. Para André, isso não contribui para o processo de inovação do pequeno produtor além de onerar bastante a produção.

Pedro afirma que, junto com outros produtores, já reclamou formalmente à certificadora sobre os altos custos da certificação. As respostas recebidas foram negativas. Neste sentido, ele afirma: “Eles dizem que os preços não vão mudar. Queremos saber como funciona em outros países. Aqui, pequenos produtores como eu já não querem mais saber da certificação, alguns até já largaram”.

Outro produtor, Leonardo, afirma que ainda há interesse em manter a certificação, pois, ele vende 20.000 litros/ano de leite orgânico certificado para a Campina, uma das maiores cooperativas de laticínios da Holanda. A Campina tem uma linha de produtos orgânicos e exige de seus fornecedores a certificação da SKAL. Por outro lado, Leonardo ainda é relutante quanto à possibilidade de ser um produtor de leite orgânico exclusivamente. Ele conta que fez uma escolha de modo a não ser um fornecedor exclusivo da Campina. O trecho da entrevista transcrito abaixo é emblemático neste sentido.

Eu poderia ter me tornado um grande produtor de leite, mas, eu escolhi ser feliz. A diversidade para mim é fundamental, acredito que o equilíbrio da produção está na diversidade. O leite que vendo para a Campina é a minha maior fonte de lucro, porém, não quero ficar dependendo deles. Por isso, tenho

outras produções e outras funções na propriedade, e para elas não preciso da certificação (relato de Leonardo, produtor multifuncional, certificado SKAL e Demeter, 2014, tradução nossa).

Na propriedade do Leonardo (Foto 26) funciona uma Comunidade de Suporte à Agricultura (CSA) com 50 consumidores colaboradores. No CSA, produtor e consumidores planejam juntos o que vai ser plantado e qual a quantidade. O Leonardo cultiva, colhe e disponibiliza os produtos para a coleta pelos consumidores na propriedade, uma vez por semana. Dessa forma, os consumidores pagam valores fixos por ano e não por produto, e no caso de alguma falha ou imprevisto, juntos novamente, produtor e consumidores decidem quais medidas tomar.

Ainda, na propriedade do Leonardo: funciona um galpão para eventos e cursos; disponibilizam um circuito turístico e um atelier de artes para visitação; trabalham também com apicultura e produ o de ovos de galinha. A atividade apícola e o ateliê não são atividades praticadas pelo produtor, e sim em parceria com terceiros. No caso das abelhas, ele disponibiliza uma área para o apicultor e se beneficia da poliniza o pelas abelhas. Os ovos e alguns litros de leite são vendidos diretamente na propriedade para vizinhos e turistas no esquema de *self-harvest* (colha/pegue você mesmo – Figura 25). Na entrada da propriedade tem uma plaquinha que apresenta a propriedade e os serviços que ela oferece.

Figura 25 - A multifuncionalidade na produção orgânica em pequena escala*



* Na entrada da propriedade, um quadro com informações para turistas e/ou consumidores (a); produção leiteira orgânica e biodinâmica (b); esquema colha-você-mesmo para leite e ovos (c); e ponto de distribuição dos vegetais do CSA dentro da propriedade (d).

Fonte: fotos da autora, 2014.

A Luísa, que está em fase de experimentação, mesclou as estratégias do CSA com o self-harvest. Ela planeja o cultivo em parceria com consumidores interessados, como no CSA, entretanto, ela pondera o que é sugerido com o que tem condições efetivas de produzir. Com isto, apresenta o planejamento anual para os consumidores, que podem propor algumas ideias e dar sugestões. Tendo, então, um plano de produção acertado entre eles, o grupo de consumidores financia o cultivo anual e, uma vez por semana, podem colher os vegetais e hortaliças disponíveis na propriedade.

No caso da Luísa, os produtos não ficam em cestos ou já separados na propriedade, como é no caso do Pedro, os consumidores é que devem realmente colher o que forem consumir (Figura 26). Obviamente, não são todas as pessoas que estarão dispostas a esse tipo de relação de consumo, neste caso, são outros os compromissos firmados entre quem produz e quem consome. Todavia, são mecanismos extremamente importantes pelo caráter inovador, eles extrapolam o

sentido do consumo como uma simples aquisição de determinado produto, o que está em jogo são novas conexões a outras dimensões como ativismo, colaboração, lazer, modo de vida, *etc.*

Figura 26 - O esquema self-harvest (colha-você-mesmo), em propriedade em Gelderland



Fonte: foto da autora, 2014.

O coletivo de compras Voedselkollektief em Amersfoort também atua nesse sentido mais amplo, o do consumo ativista. Ana, uma das líderes do grupo, afirma que é impossível fazer com que os 200 consumidores associados ao coletivo sejam ativistas e se envolvam de fato em todo processo. Contudo, ela assume isso como algo normal. Para ela, mesmo aqueles que não se envolvem mais diretamente, ao se responsabilizar por algumas atividades e fazer proposições, já estão de certo modo buscando alternativas e sendo críticos aos circuitos de comercialização oligopolizados.

O grupo existe há três anos e emerge com a proposta de eliminar o papel do atravessador, além de proporcionar alimentos de qualidade, orgânicos, a preços justos para produtores e consumidores. Desse modo, o grupo compra os produtos diretamente de 16 produtores orgânicos, certificados ou não certificados e também alguns produtores em fase de transição. São organizadas de duas a três excursões por ano para levar os consumidores para visitar alguma propriedade fornecedora, e esse é o contrato de garantia estabelecido entre produtores e consumidores.

No Voedselkollektief, uma parte do grupo é responsável por buscar os produtos nas propriedades e disponibilizar no centro de coleta uma vez por semana. É cobrado

um valor de 10% sobre os produtos, que é utilizado para pagar o aluguel do galpão onde é feita a distribuição. É também deste ingresso de recurso que retiram o pagamento do combustível para as viagens de coleta da produção junto aos produtores. O grupo responsável pela distribuição e logística recebe os pedidos dos consumidores por correio eletrônico. Ao mesmo tempo, os produtores enviam ao grupo uma lista semanal com produtos disponíveis (o que/ quantidade/ qualidade/ preço), desta forma, cada consumidor define como e o que quer receber. Depois de definida demanda e oferta, é feita a coleta e distribuição. Para Ana, o grupo funciona muito bem e os desafios atuais são quanto às possibilidades de atender o desejo de crescer e expandir o grupo sem perder as suas características fundamentais. A fala abaixo permite perceber o momento vivido pelo grupo.

Pensamos em criar outro ponto de coleta, mas para isso precisaremos que mais associados se envolvam. Só poderemos crescer enquanto grupo se conseguirmos manter nossa total independência, sem a mediação de terceiros, e se conseguirmos manter a dinâmica organizacional de baixo para cima. Esses são nossos principais objetivos. (relato da Ana, coordenadora do Voedselkollektief, 2014, tradução nossa).

Lina e André são produtores fornecedores do coletivo Voedselkollektief. Luísa trabalha uma vez por semana na propriedade de Lina. André, Lina e Luísa cursaram a mesma escola de agricultura ecológica. De uma forma ou de outra, alguns dos produtores entrevistados também conhecem uns aos outros, porque cursaram a escola de agricultura juntos, ou porque são fornecedores de um mesmo coletivo, ou ainda, porque já trabalharam juntos em alguma propriedade.

O olhar mais atento revela uma rede de produtores, consumidores e ativistas envolvidos em sistemas agroalimentares localizados. A ação coletiva parece ser uma marca permanente, que emerge das propostas e, especialmente pela prática. O que é fundamental perceber é que os indícios são da criação de um ‘movimento paralelo’ ao regime da produção orgânica na Holanda. O regime, bem representado pelo estrito sistema de certificação, está bastante estruturado, tendo normas aceitas e compartilhadas entre os muitos atores envolvidos com a produção ‘*biologisch*’. No entanto, a articulação desses atores parece estabelecer algum nível de alinhamento de expectativas entre eles, nos quais outras ‘regras’ passam a valer.

4 OPORTUNIDADES DE TRANSFORMAÇÕES NAS REGRAS DOS *REGIMES* DA PRODUÇÃO ORGÂNICA OU CAMINHOS PARALELOS?

No capítulo anterior, foram apresentadas as experiências estudadas, assim como os atores envolvidos e alguns elementos indicando contribuições desses atores para a construção da sustentabilidade agroalimentar localizada. Essencialmente, esses elementos sugerem que os atores diversos nem sempre aderem ao sistema certificador por uma questão puramente mercadológica (para terem acesso aos mercados) ou regulatória (por imposições externas das leis e regras do regime da produção orgânica, por exemplo). As observações em campo denotam que são múltiplas as dimensões por trás da certificação da produção orgânica pelos agricultores familiares e pequenos produtores ecológicos.

A partir desses resultados, analisa-se que os atores associados aos sistemas certificadoros estão envolvidos e/ou disputam pela organização e construção da sustentabilidade agroalimentar localizada, na medida em que estão envolvidos e interessados nas questões: de saúde, ambientais, justiça social e autonomia produtiva. Algumas vezes, essa organização e construção se dão em disputa e resistência às imposições do regimes da produção orgânica, se afastando desses regimes e construindo estratégias paralelas ao sistema agroalimentar dominante (*food regime*). E, ou outras vezes, esses atores diversos reivindicam o comprometimento desses regimes com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, de pequena escala e de base camponesa.

No segundo capítulo (p. 37) foram discutidas as principais dimensões para garantia da sustentabilidade agroalimentar: visa ao máximo a descentralização dos circuitos de produção, distribuição e consumo, e a conexão entre sistemas agroalimentares localizados (HINRICHS, 2003; GOODMAN; DUPUIS, 2005). Esse conjunto deve proporcionar: as práticas de manejo de base ecológica (FRANCIS et al., 2003; GLIESSMAN, 2011); amplo direito de uso e acesso à terra e à água de qualidade (ESPINOSA-SANCHÉZ, 2015; ROSSET, 2006) a otimização da agrobiodiversidade (CHAPPELL; LA VALLE, 2011; PERFECTO; VERDERMEER, 2010); a diminuição do desperdício e da perda de alimentos e nutrientes dentro e fora dos agroecossistemas; a

construção da soberania alimentar local (HOLT-GIMÉNEZ, 2009; ALTIERI, 2010; ALTIERI; TOLEDO, 2011); mercados justos; a eficiência energética ao longo do circuito de produção e comercialização (NIEDERLE et al.; 2013) e à promoção da saúde como direito e bem-estar coletivo (AZEVEDO; PELICIONI, 2012; TIMMERMANN; FELIX, 2015). O Quadro 6 associa essa discussão às três experiências estudadas, tomando por base cinco dessas dimensões da sustentabilidade agroalimentar: diversidade produtiva; saúde; acesso à terra e água; mercados justos; e soberania alimentar. Sinteticamente, expõe-se como cada experiência tem cumprido seu papel quanto a construção da sustentabilidade agroalimentar localizada.

Quadro 5 - Dimensões da sustentabilidade agroalimentar localizada, considerando duas experiências brasileiras e uma holandesa

Dimensão da sustentabilidade	OPAC RAMA	OPAC do LITORAL NORTE	<i>Gardeners</i> holandeses
DIVERSIDADE PRODUTIVA	Uma das características marcantes do grupo é o trabalho com as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e com outras espécies e variedades 'menos convencionalizadas' ⁴⁶ . A produção não ser muita, mas a diversidade, tanto de variedades produzidas como de produtos (e processados) é alta.	Produzem bastante quantidade e diversidade ⁴⁷ . O produto mais comercializado, via cooperativa, é a banana, e os demais produtos (frutas, batatas, hortaliças, flores) são comercializados em feiras principalmente.	Bastante variedade, principalmente de hortaliças. Especialmente na primavera e no verão. No inverno, quando há cultivo, a diversidade é baixa, poucos vegetais resistem ao clima rigoroso. O trabalho com cultivares 'menos convencionalizadas' também é uma característica entre os <i>gardeners</i> .
SAÚDE	Atua em três dimensões: autoconsumo, consumo privado e consumo distributivo ⁴⁸ . A saúde é trabalhada primeiramente a partir do consumo (autoconsumo e consumo privado) de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos. Além disso, a proposta do trabalho com as PANCs carrega em si a ideia de promoção da saúde, ao promover o	Atua em três dimensões: autoconsumo, consumo privado e consumo distributivo. A saúde é trabalhada especialmente a partir do autoconsumo dos alimentos saudáveis e sem agrotóxicos produzidos. A saúde se estende para além das famílias, em função da venda dos alimentos sem	Atua mais fortemente em duas dimensões: autoconsumo e consumo privado. O ativismo (ambiental e alimentar) é uma característica marcante entre os <i>gardeners</i> e alguns de seus consumidores. Dessa maneira a produção de base ecológica é também um projeto político de promoção da saúde dos produtores e

⁴⁶ Denomina-se aqui como 'menos convencionalizadas' variedades e espécies de hortaliças pouco, ou raramente produzidas na agricultura de base não-ecológica. No caso do OPAC RAMA, podem ser citados como exemplos: o araçá (*Psidium longipetiolatum*), o butiá (*Butia capitata*), o tomate-de-capote (*Physalis angulate*), o hibiscus (*Hibiscus sabdariffa*), vários tipos de cogumelos e pimentas, dentre outras espécies e variedades. No caso dos *gardeners* holandeses, destacam-se principalmente as variedades de 'hortaliças esquecidas': *Pastinaak* (*Pastinaca sativa*); *Schorseneren* (*Scorzonera hispanica*), e *Melde* (*Atriplex hortensis*); e os vegetais de cores diferentes (*i.g.*: couve-flor-roxa).

⁴⁷ Lembrando que o OPAC do Litoral Norte optou pela certificação da produção vegetal primária apenas, diferente do OPAC RAMA que optou também por incluir os processados, o mel e a produção animal primária. As famílias do Litoral Norte também trabalham com processados (conservas, compotas de doce, açúcar mascavo e outros), mas para essas categorias não solicitaram, por enquanto, a certificação.

⁴⁸ Para fins das análises desta tese foram estabelecidas três categorias de consumo: a) autoconsumo: pelas famílias produtoras; b) consumo privado: pelos consumidores individuais que têm acesso através da compra; c) consumo distributivo: distribuição ampla na sociedade, independente das condições de compra e dos propósitos privados de consumo – o alimento saudável e de qualidade como direito de todos (ver Capítulo 2).

Dimensão da sustentabilidade	OPAC RAMA	OPAC do LITORAL NORTE	<i>Gardeners</i> holandeses
	<p>consumo de plantas com alto teor nutritivo, mas que são normalmente desconsideradas nos padrões mais “convencionais” de alimentação⁴⁹. O consumo distributivo ocorre através da venda, por alguns agricultores, para o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), o qual estende à sociedade, a qualidade e a saúde produzida no âmbito das unidades de produção.</p>	<p>agrotóxicos, produzidos tanto para o consumo privado, como para o consumo distributivo através da alimentação escolar, em hospitais e presídios, por meio dos programas de compra institucionais, o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).</p>	<p>consumidores. O ativismo, contudo, age principalmente na esfera individual (familiar) e privada, através do consumo dos alimentos livres de agrotóxicos.</p>
ACESSO E DIREITO À TERRA E ÁGUA	<p>A disputa pelos territórios rurais na região metropolitana de Porto Alegre é um elemento central na consolidação do grupo. O grupo se fortalece e divulga suas práticas com a produção de base ecológica para confrontar e disputar território com os projetos de urbanização para regiões no entorno da capital.</p>	<p>As famílias são proprietárias das terras onde vivem e produzem e essa é uma condição muito importante para viabilizar o processo de transição para a produção de base ecológica.</p>	<p>O acesso à terra é diversas vezes um problema para os <i>gardeners</i> e para muitos pequenos produtores holandeses, devido à pouca disponibilidade e aos altos preços.</p>
MERCADOS JUSTOS	<p>Mercados mais justos, para produtores e consumidores, são construídos pelos membros do OPAC RAMA, principalmente, por meio das feiras ecológicas de Porto Alegre. A construção de mercados justos é ainda considerada um desafio, mas o grupo avalia que nas feiras os valores dos produtos, são mais ou menos definidos através do</p>	<p>As feiras também têm um papel bastante importante para o grupo. No entanto, a cooperativa COOMAFITT se destaca ao proporcionar ao grupo a garantia de preços mais justos e estáveis às famílias pela venda especialmente das bananas, uma vez que diminui ou elimina o papel de atravessadores. Os programas de compra institucional proporcionam</p>	<p>Os circuitos curtos e de comercialização direta entre produtores e consumidores proporcionam mercados mais justos no caso dos <i>gardeners</i>. A presença de atravessadores é pouco desejada nessas experiências. O consumidor tem papel importante, que muitas vezes extrapola o papel de compra (consumo) de produtos. Ele contribui</p>

⁴⁹ Sobre as PANCs ver também Kinupp & Barros (2007) e Kinupp (2009).

Dimensão da sustentabilidade	OPAC RAMA	OPAC do LITORAL NORTE	<i>Gardeners</i> holandeses
SOBERANIA ALIMENTAR	<p>controle social. A possibilidade de venda para o PNAE também favorece a construção de mercados justos para alguns membros do grupo.</p>	<p>alimentos de melhor qualidade aos consumidores beneficiários e melhores garantias de compra às famílias agricultoras.</p>	<p>diversas vezes com mão de obra (sistema colha-você-mesmo) e financiamento solidário (<i>Community Supported Agriculture – CSA</i>)</p>
	<p>O fortalecimento e promoção da soberania alimentar local são práticas do grupo na medida em que seus membros disputam por outro modelo de agricultura e produção, que não esteja completamente submetido às leis de mercado ou aos valores alimentares hegemônicos. Disputam (território, recursos, valores culturais, <i>etc.</i>) para serem produtores, para produzirem ecologicamente, e para escolherem o querem produzir.</p>	<p>O acesso e a garantia dos mercados das feiras, e da cooperativa favorece a decisão das famílias em escolherem como e o quê produzir. A organização em um sistema participativo também traduz o esforço de construir e lutar por esse direito.</p>	<p>Principalmente através do afastamento dos circuitos de mercado comoditizados. Produtores e consumidores buscam mais independência para fazerem escolhas próprias do quê e como produzir e consumir: qualidade, origem, valor.</p>

Fonte: elaborado pela autora

Em cada grupo, para além da certificação orgânica, participativa ou não, a sustentabilidade agroalimentar vai se constituindo a partir de características e condições específicas (políticas, económicas, territoriais, culturais *etc.*). Ela se define a partir da organização e interesse dos atores nas experiências localizadas que buscam circuitos de produção e comercialização mais autônomos e equilibrados não apenas em termos económicos, como também relacionados às questões ambientais, culturais e de saúde.

Talvez, a sustentabilidade agroalimentar não seja um objetivo claro dos grupos ou dos *gardeners* holandeses propriamente, mas apresenta-se como o resultado de um conjunto de ações desejadas e planejadas coletivamente por meio da interação social. A ação coletiva, aqui destacada, pode ser entendida como decorrência das experiências com os sistemas de certificação da produção orgânica.

A seguir, no item 4.1 os arranjos de agência complementam as informações apresentadas no Quadro 6. A ideia central, ao constituir esses arranjos, é compreender como ocorre a interação entre os atores e a construção da sustentabilidade agroalimentar, especialmente, a partir do processo de realocização. Finalmente, no item 4.2, duas trajetórias para a sustentabilidade agroalimentar foram identificadas e desenhadas, tomando como principal referência teórica a Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas. O desenho das trajetórias propõe que a sustentabilidade agroalimentar em construção, extrapola as diretrizes dos regimes da produção orgânica nos dois países e está diretamente conectada com os arranjos de agência localizados. (ver também o Capítulo 2).

4.1 Os arranjos de agência e a contribuição para a sustentabilidade agroalimentar

Os arranjos de agência buscam identificar **o quê** (a) e **como** (b) se organizam os diversos atores, para além da relação deles com os sistemas certificadorios da produção orgânica. De modo geral, alguns elementos levantados na pesquisa de campo permitem analisar que:

- a) o que une os atores diversos e os leva a contribuir para a constituição de da

sustentabilidade agroalimentar é principalmente a necessidade e desejo de viabilizar a produção de base ecológica e de possuir relativa autonomia em relação aos circuitos comoditizados e/ou monopolizados de mercados;

- b) os sistemas certificatórios não eliminam o desejo e/ou necessidade desses atores em se organizarem. Mesmo com a certificação, observa-se uma organização, técnica e social, que ajuda a colocar em prática projetos em comum, especialmente construídos através dos circuitos localizados de produção, processamento, comercialização e consumo, sob situações contingenciais.

Os arranjos de agência se constituem nesse contexto espaço-temporal definido, entre atores diversos interessados e dispostos em construir e viabilizar a produção de base ecológica. Analisa-se essencialmente, que eles objetivam os circuitos de produção, processamento, distribuição e consumo, para além da certificação da produção orgânica, e têm como base estruturante, e estruturadora, a sustentabilidade agroalimentar. Segundo Long (2003) a agência não é uma capacidade/força de ação inerente aos indivíduos, e sim uma capacidade/força construída a partir de uma situação contingente. O trecho abaixo permite essa observação:

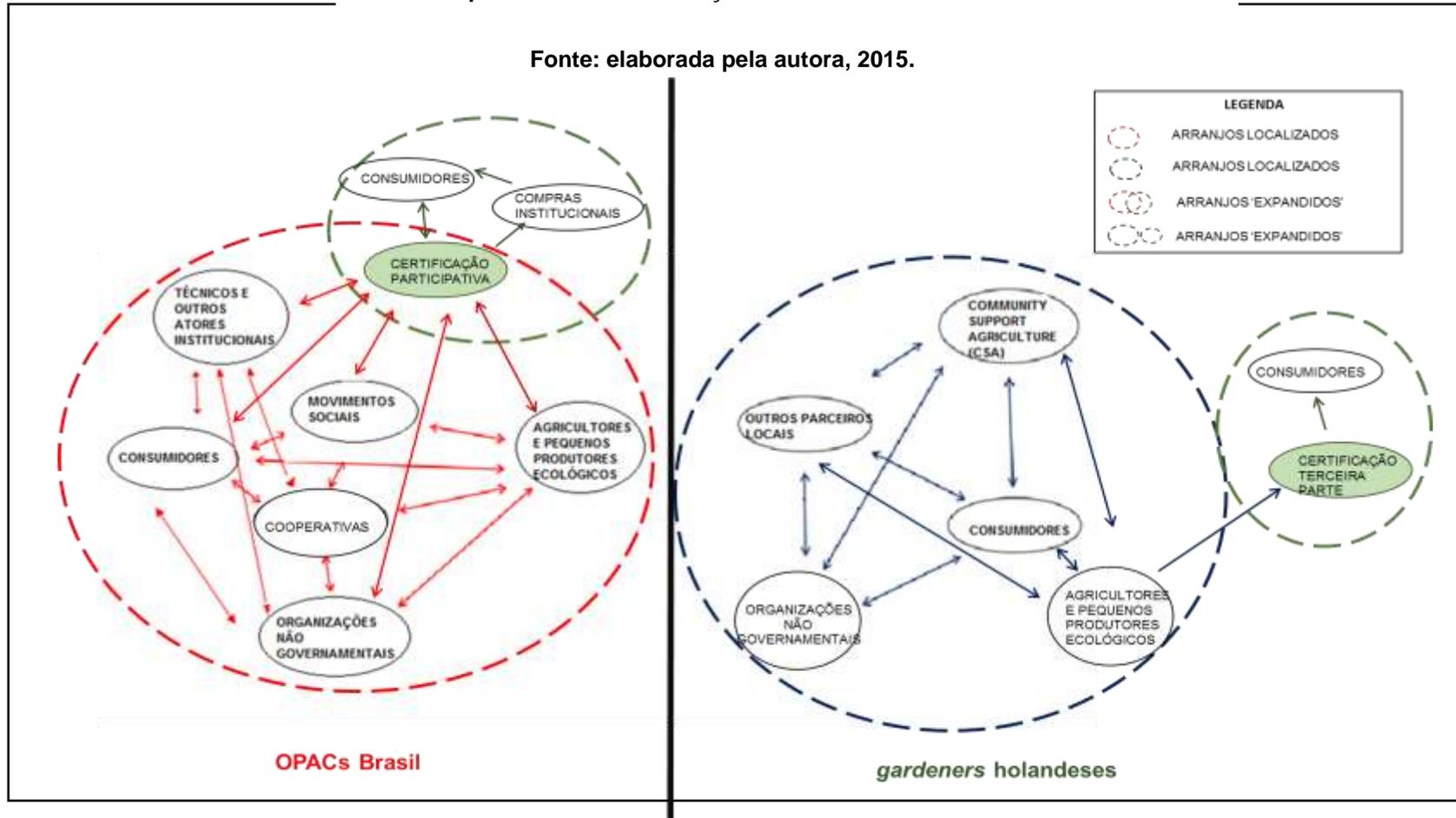
[...] a agência está embebida nas relações sociais, e só pode ser efetiva através dessas. [...] A habilidade de influenciar os outros ou de passar um comando (fazer com que eles aceitem uma determinada mensagem) repousa fundamentalmente 'nas ações de uma corrente de agentes, na qual cada um traduz essa mensagem em acordo com seus próprios projetos' – o poder [de agência] é formado aqui e agora ao envolver diversos atores sob um contexto político e social específico. (LONG, 2003, p.17, tradução nossa).

Ao tomar o exemplo das experiências estudadas, observa-se que alguns produtores do OPAC RAMA se unem a fim de viabilizar a produção de alimentos orgânicos para fornecimento ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), através de compra institucional. Existe um conjunto de elementos técnicos (*i.e.*: suporte à produção de base ecológica), sociais (*i.e.*: organização social via sistema participativo) e políticos (*i.e.*: existência dos programas de compra institucional voltado para o perfil desses produtores) que favorecem a concretização desse projeto em determinado

contexto espaço-temporal, na medida em que este é do interesse dos atores envolvidos (Figura 27).

Figura 27 - Arranjos de agência que articulam os diferentes atores envolvidos nas experiências de certificação estudadas no Brasil e na Holanda.

Fonte: elaborada pela autora, 2015.



Tanto nas experiências brasileiras, quanto nas experiências holandesas, é possível identificar arranjos localizados e 'expandidos'. Nos arranjos localizados, as negociações entre atores diversos são principalmente diretas e os circuitos de produção, processamento e comercialização são curtos. Nos arranjos expandidos, essa organização é estendida para outras localidades (cidades, regiões ou países), nesses casos, viabilizada pelos sistemas certificadorios da produção orgânica.

Nas experiências brasileiras, a certificação tanto faz parte dos arranjos localizados, quanto pode ser externa a eles. Age internamente, porque os sistemas participativos se constituem localmente. Age externamente, na medida em que o selo de certificação orgânica transporta para fora das organizações e experiências localizadas as propriedades e as características da produção de base ecológica. Nas experiências holandesas com os *gardeners*, a certificação de terceira parte é totalmente externa aos arranjos localizados. Todavia, cumpre o mesmo papel, de levar para fora das experiências localizadas as propriedades e as características da produção de base ecológica.

Constituem os arranjos localizados nas experiências brasileiras: as famílias agricultoras e os pequenos produtores ecológicos, técnicos e outros atores institucionais, ONGs, os movimentos sociais, consumidores e a cooperativa. Nas experiências holandesas esses atores são, especialmente: os pequenos produtores ecológicos, consumidores, os grupos de *Community Support Agriculture (CSA)*, ONGs e outros parceiros locais (*i.e: care farming, artistas, apicultores, etc.*). No Brasil, os arranjos 'expandidos' envolvem as experiências com as compras institucionais e consumidores diversos. Na Holanda, os arranjos expandidos envolvem apenas os consumidores, mediados pela certificação dos produtos.

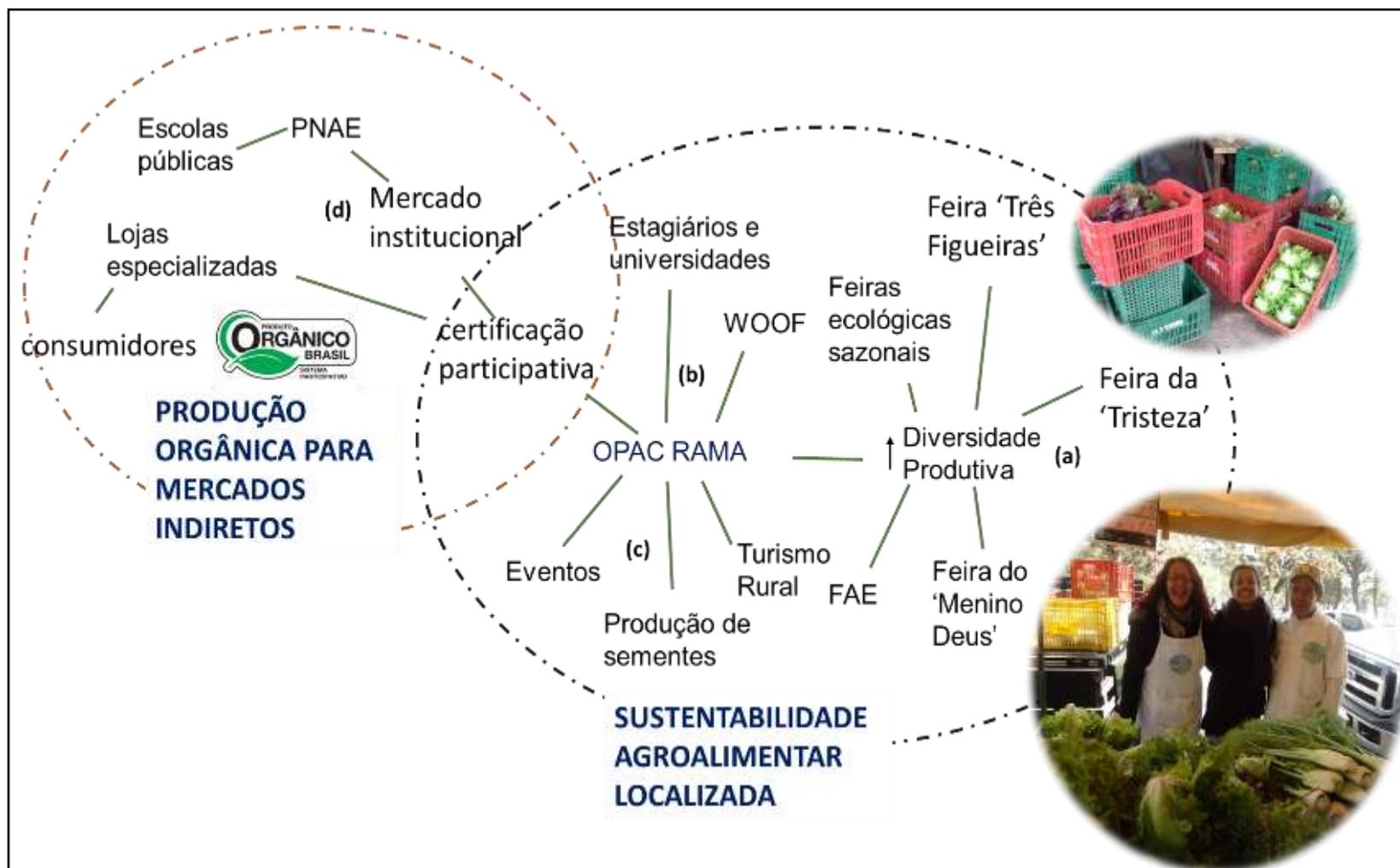
Em seguida, são apresentados quatro esquemas referentes a algumas dinâmicas de produção, comercialização e práticas dos grupos OPAC RAMA (Figura 28), e OPAC do Litoral Norte (Figura 29), e dos *gardeners* holandeses (Figuras 30 e 31). Esses esquemas têm por objetivo ilustrar a associação entre os arranjos de agência e a construção da sustentabilidade agroalimentar localizada.

Nas experiências brasileiras, os sistemas participativos interagem com os regimes de produção orgânica por meio das políticas e programas institucionais do

Estado (em nível federal, estadual e municipal), que apoiam a produção de base ecológica em pequena escala; das regras e regulamentação para a certificação e também pelas articulações estabelecidas com atores institucionais (*i.e.*: Ministério da Agricultura, EMATER/RS, Secretaria de Desenvolvimento Rural, dentre outros). A observação e análise das duas experiências brasileiras permitem evidenciar que o apoio e suporte para a produção de base ecológica em pequena escala e de base familiar camponesa se estabelece também pelo desenvolvimento do Sistema Participativo de Garantia, que não deixa de ser parte do 'regime'. Em outras palavras, há indícios de que a maneira com que os procedimentos de certificação vêm sendo adotados pode criar algumas oportunidades para a agricultura de base ecológica.

No caso dos *gardeners* holandeses, a pesquisa de campo revelou que a conexão entre as experiências localizadas e o regime da produção orgânica parece ser cada vez menor. Na medida em que os projetos e desejos dos atores locais parecem não ter muito apoio do regime da produção orgânica, especialmente voltado para a consolidação de nichos de mercado da produção orgânica, e com pouco ou nenhum apoio para a produção em pequena escala. Dessa maneira, nas experiências holandesas, os arranjos de agência localizados parecem emergir com mais força e capilaridade, menos conectados com os mercados indiretos e/ou com o regime da produção orgânica.

Figura 28 - Os arranjos de agência e a sustentabilidade agroalimentar localizada no OPAC RAMA



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

Os arranjos de agência no âmbito do OPAC RAMA revelam como o grupo se organiza para promover suas práticas produtivas, de aprendizagem e de comercialização. O grupo investe na diversidade produtiva e mobiliza atores diversos para promover a produção de base ecológica (b, c) e para construir estratégias de venda direta dos produtos especialmente através das feiras ecológicas na capital (a). No âmbito dos mercados indiretos (d), arranjos de agência ‘expandidos’ se constituem através do sistema participativo de certificação da produção orgânica.

Os arranjos ‘expandidos’ combinam os atores e demandas localizadas com atores e demandas externas. Neste caso, os programas de governo que pretendem expandir o abastecimento de alimentos de base ecológica na alimentação pública escolar e incentivar a produção de base ecológica entre pequenos produtores e produtores familiares, incentivam indiretamente e fortalecem a experiência do grupo. Como no OPAC RAMA a relação com os mercados indiretos é ainda pequena, esses arranjos de agência ‘expandidos’ não têm tanta influência, pelo menos por enquanto, sob a comercialização dos produtos.

Quanto às vendas diretas, para além dos espaços regularizados das feiras, os acordos estabelecidos entre consumidores e produtores (e.g. negociação para eventos, venda direta na propriedade) prescindem de quaisquer regulamentações ou normas de produção orgânica. No entanto, o grupo fez a opção pela certificação através da constituição de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Os arranjos de agência revelam, então, que a organização entre atores diversos permanece e é importante para a produção de base ecológica no contexto ‘rururbano’ no qual eles se encontram, independente da certificação dos produtos.

Figura 29 - Os arranjos de agência e a sustentabilidade agroalimentar localizada no OPAC do Litoral Norte



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

No OPAC do Litoral Norte as famílias agricultoras estão mais voltados para a atividade com a agricultura exclusivamente. Analisa-se que sustentabilidade agroalimentar nesse caso concentra-se na capacidade dessas famílias em realizar uma produção de base ecológica de forma a garantir seu sustento e a comercialização mais autônoma da produção; e estabelecer um sistema produtivo compatível com o ecossistema local (Mata Atlântica) e com o entorno de onde vivem (áreas de preservação ambiental).

Localmente, atores diversos (famílias agricultoras, a COOMAFITT, os agentes dos serviços de extensão rural da EMATER/RS, da Secretaria de Meio Ambiente, das organizações não governamentais locais e outros se organizam para dar suporte ao processo de transição para a produção de base ecológica (b), e para construir mercados locais (a), especialmente a partir da diversidade produtiva das famílias agricultoras.

No OPAC do Litoral Norte, os arranjos de agência 'expandidos' têm influência principalmente no processo de comercialização. No qual, a COOMAFITT e o sistema de certificação da produção orgânica expandem os arranjos de agência locais e conectam as experiências localizadas aos mercados indiretos (c). Dessa maneira, a sustentabilidade construída pelos arranjos de agência é estendida para além dos circuitos localizados sob a perspectiva do consumo distributivo.

Ao retomar a discussão sobre a governabilidade dos sistemas agroalimentares, tal como proposta no Capítulo 2, o consumo distributivo se torna importante para a constituição e extensão da sustentabilidade agroalimentar. Ele favorece a realocação dos sistemas agroalimentares (DUPUIS; GOODMAN, 2005), na medida em que os benefícios construídos localmente se expandem, tornando-os menos dependentes das questões de mercadológicas e mais relacionados aos arranjos de agência, e/ou à capacidade de atores diversos em se organizarem e disputarem a organização dos sistemas agroalimentares a partir do lugar onde vivem.

Figura 30 - Os arranjos de agência e a sustentabilidade agroalimentar localizada no caso dos *gardeners* holandeses



Fonte: elaborada pela autora, 2015.

Nas experiências holandesas, os arranjos de agência estão principalmente centrados na multifuncionalidade produtiva (a; b; c), e na diversidade de esquemas de venda direta disponíveis (b). De modo geral, as experiências dos *gardeners* holandeses sinalizam arranjos bastante localizados, e os arranjos ‘expandidos’ (d) se constituem em proporções bem menores, quando comparados às experiências brasileiras.

A intensidade dos arranjos localizados indica a menor conexão das experiências com o regime da produção orgânica, e os circuitos de produção, comercialização e consumo, e as atividades relativas às práticas de base ecológica ficam, muitas vezes, circunscritas localmente. Isso significa que apesar de muitos *gardeners* possuírem a certificação da produção orgânica, as práticas e negociações entre os atores locais pouco necessitam dessa referência.

Atores institucionais, bastante presentes nos arranjos de agência nas duas experiências brasileiras, são praticamente ausentes nas experiências dos *gardeners*, especialmente nos circuitos localizados de produção, processamento, comercialização e consumo. Desse modo, os diversos esquemas de venda direta, os trabalhos em parceria e as atividades turísticas parecem estar centrados principalmente na relação produtor-consumidor (ativista/parceiro).

Os arranjos ‘expandidos’ são constituídos principalmente pela relação com um atravessador. O qual não necessariamente é um atravessador comum, ou ‘descomprometido’ com a sustentabilidade construída localmente. Algumas vezes, esse atravessador pode ser uma loja especializada que também funciona, por exemplo, como uma cooperativa de consumidores, como é o caso da *Lazuur Food Community*. De todo modo, os arranjos ‘expandidos’ estendem a sustentabilidade construída para além da localidade, a partir do consumo privado. Todavia, nesse caso, as condições e benefícios da expansão são delimitados pelo poder de compra de consumidores e/ou pelos nichos de mercado para produtos orgânicos.

Figura 31 - Arranjos de agência e sustentabilidade em torno de uma propriedade multifuncional de produção de base ecológica de um *gardener* holandês



A multifuncionalidade é característica central na propriedade do Leonardo, e ilustra como os diversos arranjos de agência podem se constituir até mesmo a partir de uma única unidade de produção (a; b; c). Por outro lado, outra característica em destaque nesse caso é a relação mais estreita com os mercados indiretos. A maior parte dos ganhos, nesse caso, advém da venda do leite certificado como orgânico e biodinâmico (d).

Mas o que realmente promove a sustentabilidade agroalimentar localizada no caso da propriedade do Leonardo? O leite certificado enviado para as grandes redes de supermercados pela venda para a Campina (lembrando que esta é uma das maiores indústrias de alimentos da Holanda), não diferencia o sistema produtivo do Leonardo dos demais sistemas orgânicos de leite na Holanda. O produtor poderia ser, por exemplo, de um grande produtor orgânico ‘convencional’, o que pode contribuir apenas parcialmente para a sustentabilidade agroalimentar. Essa é, inclusive, uma das razões pela qual ele optou por também ter a certificação da Stichting Demeter – para se diferenciar dos orgânicos ‘convencionais’.

Dessa maneira, analisa-se que a sustentabilidade agroalimentar é promovida, mesmo nesse caso, através dos arranjos de agência localizados, e não através da certificação em si mesma. A certificação, como percebido na pesquisa, traz o benefício econômico, que é fundamental para o produtor obviamente. No entanto, o que se deve considerar, aqui, é que este tipo de relação pode, no máximo, estender, como nos demais casos dos *gardeners*, a sustentabilidade localizada até o consumo privado.

4.2 Trajetórias para a sustentabilidade agroalimentar: entre os regimes da produção orgânica e as experiências localizadas

A fim de elaborar um segundo nível de análise, sobre o papel dos atores diversos na construção da sustentabilidade agroalimentar, duas trajetórias para a sustentabilidade foram identificadas e desenhadas ao considerar as estratégias utilizadas nas experiências brasileira e holandesa. A primeira trajetória se define pela disputa da institucionalização da produção orgânica e de base ecológica, pautadas em

valores de justiça e inclusão social. A segunda trajetória se define pela construção de estratégias paralelas às normas do regime da produção orgânica.

Centralmente, a proposição de trajetórias visou o esforço de situar a discussão sobre a construção da sustentabilidade agroalimentar na interconexão entre as perspectivas macro (regime da produção orgânica) e micro (experiências localizadas). Teoricamente, traduz o esforço de conectar a *Food Regime Theory* e a Perspectiva das Redes Agroalimentares Alternativas.

Nessa perspectiva, os sistemas certificatórios constituem um mecanismo do regime da produção orgânica que ora contribui e ora dificulta a ação dos atores locais. Os regimes sociotécnicos da produção orgânica, ao se estruturarem sob a tridimensionalidade – sociedade civil, mercados e Estado - tornam-se referência para a multiplicação de novas experiências com a produção orgânica e/ou de base ecológica, por meio de padronizações. Contudo, os resultados da pesquisa mostram que as experiências localizadas com a produção de base ecológica denotam um certo grau de autonomia em relação às regras estabelecidas pelos regimes da produção orgânica.

Reforça-se, desse modo, o que já foi mencionado anteriormente com referência em Long (2003) a respeito do poder de agência de atores locais e a capacidade de reestruturação desse poder (arranjos de agência) em situações mais ou menos favoráveis. As ações que promovem os circuitos de produção, processamento, distribuição e consumo podem ser localizadas, mas a governabilidade dos processos em direção à sustentabilidade agroalimentar de amplo escopo na sociedade ocorre em múltiplas escalas, nem só à mercê do regime, nem só confinada na localidade. O processo não faria parte de um “localismo irreflexivo” (DUPUIS e GOODMAN, 2005), ao contrário, parece criar oportunidades para ampliação de interfaces entre distintos atores e, assim, diversidades de relações e aprendizagens múltiplas.

O regime de produção orgânica holandês relaciona-se às experiências dos *gardeners* através do sistema certificatório de terceira parte, e demonstra ter regras inapropriadas às práticas desses atores. Ainda, não há sinalizações de quaisquer outros avanços que promovam o maior comprometimento desse regime (nível macro) com as experiências localizadas (nível micro). No caso brasileiro, esse comprometimento parece ser maior, devido à atuação dos movimentos sociais e

agroecológicos, e as experiências com os sistemas participativos indicam que ações tomadas em nível dos regimes (Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas) podem ajudar a promover a construção sustentabilidade agroalimentar localizada e também criar vias para sua expansão (Quadro 7).

Quadro 6 - Diferenças essenciais quanto à estruturação dos regimes sociotécnicos da produção orgânica entre o Brasil e a Holanda

BRASIL	HOLANDA
O projeto de consolidação da produção de base ecológica é essencialmente uma luta pela soberania alimentar e melhoria e apoio à produção familiar camponesa.	O projeto de consolidação da produção de base ecológica em nível de regime é resultado das ameaças e desastres ambientais profundos à sociedade holandesa em meados da década de 1970.
Existe disputas, dentro do regime da produção orgânica, por projetos e políticas públicas que atendam as demandas e necessidades da agricultura familiar camponesa e da produção em pequena escala através da promoção da produção de base ecológica;	O regime da produção orgânica tem um grau de estruturação bastante elevado e estável, tem alta credibilidade nacional e internacional, mas há pouca interação com as experiências e atores nos nichos. Atualmente, sua organização está delegada aos setores privados e a sociedade civil majoritariamente, com pouca participação do Estado e de governos;
Nichos de mercados orgânicos são resultados da organização e estruturação do regime da produção orgânica.	Nichos de mercados orgânicos são resultados da organização e estruturação do regime da produção orgânica.
Os sistemas participativos para a certificação orgânica são resultado da disputa pela estruturação do regime por atores diversos (inclusive por produtores descapitalizados).	Existe uma insatisfação por parte de alguns atores sociais de que a certificação orgânica pela empresa SKAL <i>Biocontrole</i> é insuficiente.

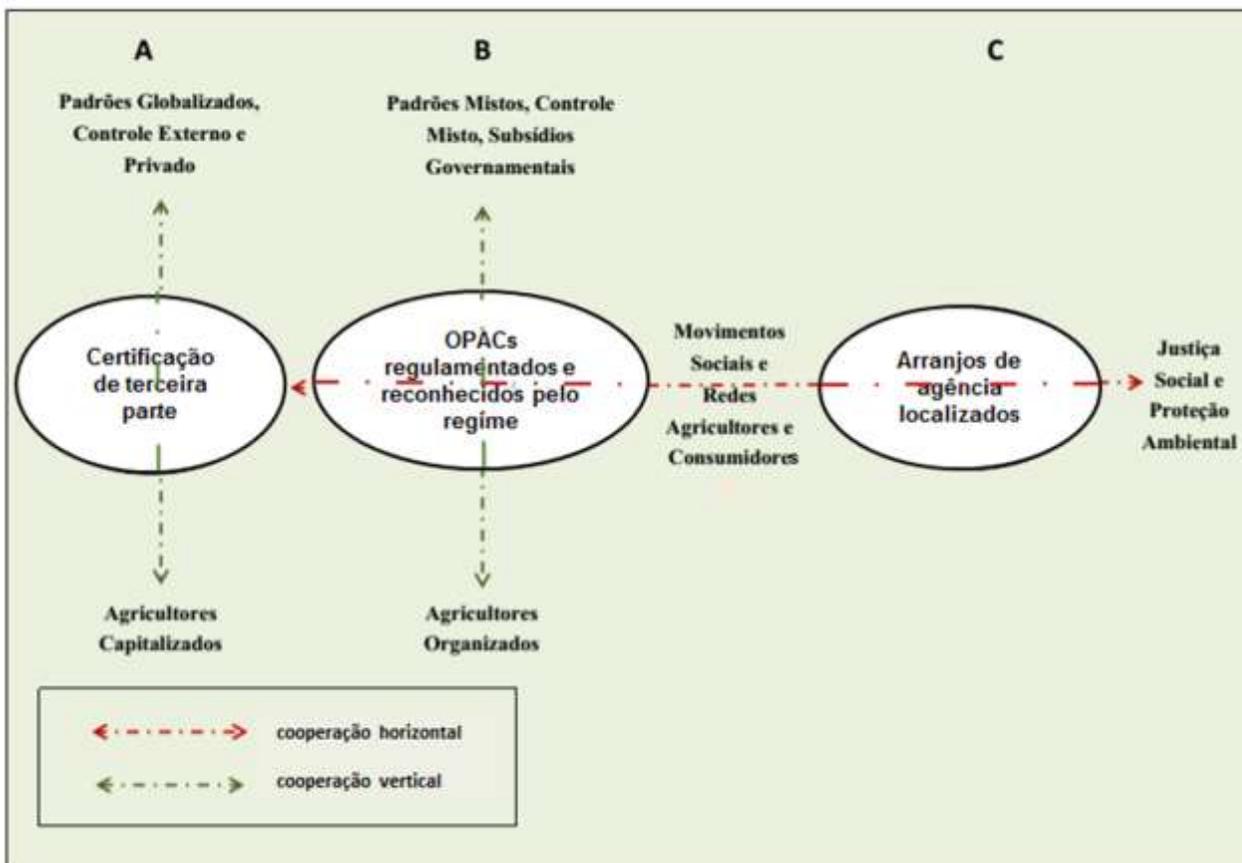
Fonte: elaborado pela autora, 2015.

O quadro acima resume algumas das diferenças essenciais entre as experiências no Brasil e na Holanda, ao que tange as dinâmicas estabelecidas na interface entre os regimes de produção orgânica e as experiências localizadas com a certificação. A partir dessas observações e ao tomar em conta as dinâmicas localizadas e os arranjos de agência em cada experiência (item 4.1), defende-se que quando se trata de promover a sustentabilidade agroalimentar, a replicação de experiências que obedecem estritamente as regras do regime da produção orgânica podem ser insuficientes. As experiências brasileiras e holandesas com os sistemas certificadoros apontam que há no mínimo dois outros caminhos:

- a) as experiências localizadas permanecem ao nível dos nichos, com normas e padrões que se distinguem das normas e padrões estabelecidos ao nível dos regimes. Nesse caso há um processo de rejeição de parte ou totalidade das normas impostas pelo regime. Avalia-se, portanto, que pode ser mais interessante se abster dessas e criar normas próprias, paralelas ao regime;
- b) as experiências localizadas mantêm algum grau de interação com o regime, por esse atender em parte ou completamente as demandas e anseios dos atores envolvidos. Nesse caso, essa interação é permeada por processos de negociações e disputas entre atores diversos. Há momentos em que essas disputas se tornam mais evidentes e há momentos em que as negociações e acordos são ressaltados.

As experiências dos *gardeners* holandeses sinalizam uma trajetória mais paralela, de certa rejeição às normas do regime da produção orgânica. Já, as experiências com os OPACs no sul do Brasil evidenciam uma trajetória mista (Figura 32), e contém um grau, de certo modo elevado, de interação com o regime da produção orgânica. Os *gardeners* parecem tentar se afastar do regime, enquanto os agricultores familiares e pequenos produtores no Brasil procuram se aproximar do regime para criar novas possibilidades. Essa aproximação última, contudo, não é neutra, é interessada e política, permeada de disputas e negociações.

Figura 32 - Representação da cooperação vertical (A), horizontal (C) e mista (B) entre atores envolvidos com os processos de certificação de produtos orgânicos no Brasil*



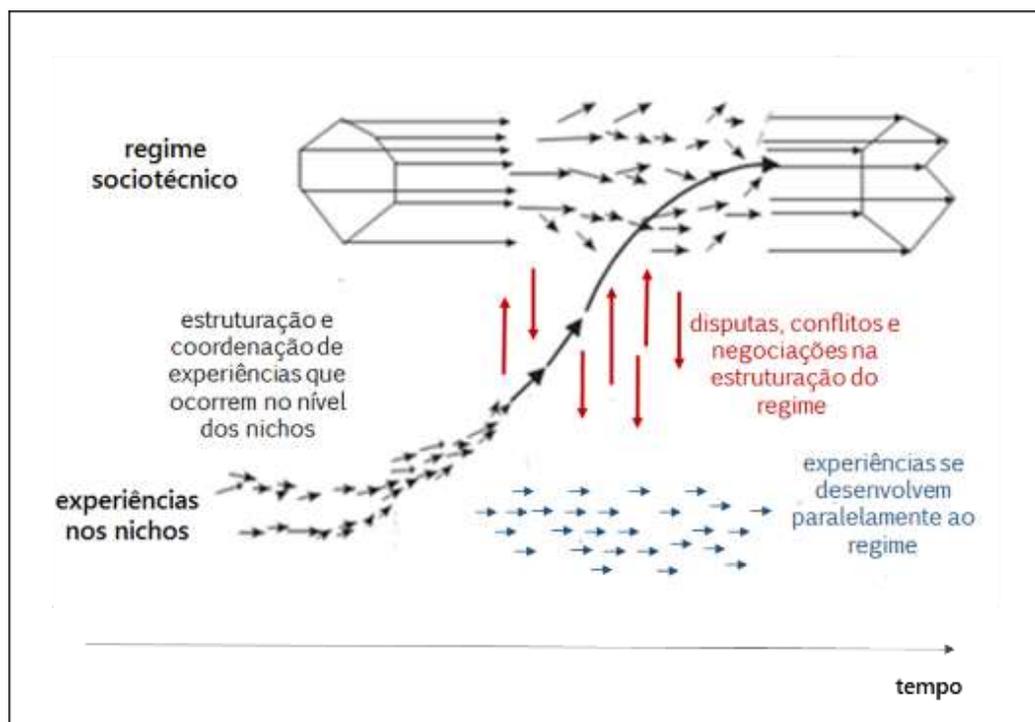
Fonte: Adaptado de Mendonça e Marques (2014).

As experiências do OPAC RAMA e do OPAC do Litoral Norte indicam que a regulamentação e o reconhecimento dos sistemas participativos para a certificação orgânica são fruto da associação entre uma cooperação vertical e uma cooperação horizontal entre atores diversos. Para Mutersbaugh (2005), a cooperação vertical é definida por agentes externos à organização produtiva, e pressionam, essencialmente, para a liberalização do comércio dos produtos. Esse seria o caso da certificação de terceira parte, onde não há nenhum espaço de negociação entre agricultor, consumidores e as certificadoras. Já, a cooperação horizontal é definida pelas relações multilaterais entre organizações da sociedade civil, as quais pressionam por justiça social e por proteção ambiental. Seria o caso das ONGs, dos movimentos sociais e agroecológicos que atuam diversas vezes de forma mais independente e desconexa em relação às normas do regime da produção orgânica.

Nesse sentido, a certificação de terceira parte, no caso dos *gardeners* holandeses, tende a favorecer uma cooperação verticalizada, incompatível com a realidade dos mesmos, pois os *gardeners* parecem buscar um afastamento do regime da produção orgânica, focando na construção de circuitos agroalimentares localizados. No caso dos SPGs brasileiros, a colaboração com o regime da produção orgânica, através de padrões mistos de cooperação, tem sido fundamental no apoio das experiências localizadas com a produção orgânica e para a realocização da sustentabilidade agroalimentar.

Com base na Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas (MLP), portanto, é possível analisar as diferentes trajetórias desses atores diversos envolvidos com os sistemas certificadoros quanto à relação entre as experiências localizadas e quanto aos regimes de produção orgânica (Figura 33).

Figura 33 - Dinâmicas e trajetórias de transformações sociotécnicas: entre regime e nichos



Fonte: Adaptado de Geels (2005).

Tomando a contribuição de Geels (2005), é possível interpretar que as experiências desenvolvidas nos nichos podem vir a se institucionalizar a ponto de configurar um novo regime sociotécnico (trajetória em preto – Figura 33). No caso da

produção orgânica, as experiências localizadas com a agricultura de base ecológica, tanto no Brasil quanto na Holanda, acabaram por se institucionalizar, em partes, e constituíram regimes da produção orgânica.

A regulamentação e reconhecimento dos sistemas participativos no Brasil podem ser entendidos como imersos numa dinâmica de disputas e negociações (setas em cor vermelha) entre as experiências localizadas com a agroecologia e a agricultura de base ecológica, e a formação de um regime da produção orgânica. Enquanto a organização do regime da produção orgânica holandês parece seguir a trajetória majoritária com características de regime sociotécnico, as experiências localizadas com a produção de base ecológica parecem construir outra, desconectada ou mais isolada ao nível de nicho (trajetória azul – figura 33).

No Brasil, disputas e negociações extrapolam as questões da certificação orgânica e têm, principalmente, referência e força no movimento agroecológico brasileiro. O movimento agroecológico imprime uma constante força transformadora no regime da produção orgânica e age tanto à parte do regime, quanto através dele. Essas disputas implicam tanto em dizer que a organização do regime não está conduzida apenas pelas forças de mercado, como também expõem o interesse das experiências localizadas em manifestar demandas localizadas junto ao regime, e em certa medida impelir mudanças nas regras do mesmo.

O regime da produção orgânica na Holanda, inicialmente também passou por processos de disputas, para a constituição do regime da produção orgânica, especialmente advinda do movimento ambientalista. A pesquisa com os *gardeners* orgânicos, contudo, indica que atualmente não parece mais haver tal espaço de disputas e negociações entre as experiências localizadas e o regime da produção orgânica. E essa trajetória desconectada, parece ser uma estratégia criada pelos *gardeners* a fim de realizarem seus projetos quanto à produção de base ecológica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a vida cotidiana encontra-se na interseção entre os processos que articulam significados a partir das práticas, de um lado, e os macro processos de dominação, de outro. (ESCOBAR, 1992, p. 71, tradução nossa).

Ao traçar a parte final desta tese, é conveniente salientar que um forte orientador do trabalho, desde a sua concepção, passando pelas escolhas teóricas, foi o olhar para a vida cotidiana dos atores envolvidos com os sistemas certificatórios, observando e participando de seus envolvimento, em seus 'lugares', nos contextos localizados. Essa escolha veio no sentido de tentar compreender o que está por trás da associação deles a esses sistemas, e como viabilizam a produção de base ecológica em um contexto repleto de adversidades, representado pelo sistema agroalimentar hegemônico. Logo, o esforço maior foi no sentido de conseguir visualizar e analisar as práticas localizadas, sem perder de vista o cenário mais amplo que as circundam.

No primeiro capítulo comentei sobre os desafios de se combinar duas perspectivas teóricas que já foram contrapostas em diversas ocasiões: a *Food Regime Theory*, e a *Alternative Food Networks* (AFN). Embora o desafio permaneça, todavia, avalio que esse exercício de combinação teórica, aliado aos *insights* vindos da Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas proporcionou condições para construir um esquema analítico sobre sustentabilidade agroalimentar a partir das práticas localizadas, sem que se perdesse de vista o contexto macro dos sistemas agroalimentares.

Dessa maneira, uma primeira contribuição a partir desta tese se refere ao enfoque dado à capacidade de agência e à interação e organização (política, social e técnica) de atores diversos nas experiências localizadas, como o ponto de partida para a discussão sobre a construção da sustentabilidade agroalimentar. Resgatando um pouco o caminho que leva a esta constatação, deve-se considerar que foi analisado um conjunto de práticas (produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos ecológicos), e de processos em construção (certificação da produção orgânica). Com isto, essas práticas e processos foram relacionadas à organização de regimes da

produção orgânica, e à discussão sobre a construção da sustentabilidade agroalimentar.

Essencialmente, os processos de certificação da produção orgânica carregam o *slogan* da promoção da sustentabilidade agroalimentar. A problematização dessa questão, a partir de observações em campo, como também a partir de referências teóricas e do estudo documental e bibliográfico aprofundado, permitiu estabelecer dois eixos de indagações. O primeiro se está relacionado ao fato de que atores diversos nas experiências localizadas têm múltiplas razões para se envolverem com os sistemas certificatórios, colocado de forma muito direta, isto significa que não se trata apenas de uma questão de mercados. O segundo eixo conduz a análise a abordar que a certificação da produção orgânica não está necessariamente conectada a um projeto de construção e expansão da sustentabilidade agroalimentar, uma vez que pode estar atrelada a uma estratégia do chamado ambientalismo corporativo, já plenamente presente nos contextos relacionados ao sistema agroalimentar hegemônico. Ainda, desta abordagem crítica empreendida, relacionando sustentabilidade e sistema agroalimentar, pode-se destacar que os regimes da produção orgânica não abrangem a totalidade e a diversidade de dinâmicas e processos da produção de base ecológica, nas quais este trabalho identifica dinâmicas e processos de construção da sustentabilidade agroalimentar.

Isso leva a uma segunda contribuição desta tese, considerando que o trabalho revela uma diversidade de situações entre dois polos, o da institucionalização da produção de base ecológica pelos regimes da produção orgânica, e aquele da construção de experiências mais autônomas e localizadas. Nos dois países, Brasil e Holanda, a produção orgânica certificada e orientada pelas normas padronizadas em nível do regime convive com a produção de base ecológica diversa, que não se propõe necessariamente às regras do regime, mas estabelece ricas dinâmicas de diversificação e diferenciação. Os sistemas de certificação da produção orgânica constituem-se como regras que acabam por conformar um regime. Contudo, no caso das experiências estudadas, fazer parte de um sistema de certificação parece menos relacionado ao cumprimento de uma regra em si, e mais uma construção de sentido por parte de agricultores, pequenos produtores de base ecológica e outros atores. Ou seja,

‘cumprir’ as regras só é um ação compartilhada entre os membros dos OPACs ou os *gardeners* quando eles encontram coerência delas com seus próprios projetos e práticas.

Considerando a situação no Brasil, este trabalho indica que a regulamentação e funcionamento dos sistemas participativos parece, aos poucos, ir constituindo um regime da produção orgânica, que ocorre a partir da participação ativa do movimento agroecológico e do constante processo de negociação e disputa, entre as demandas das experiências localizadas com as demandas surgidas por dentro do próprio regime. Neste caso, é importante esclarecer que estes ‘espaços’ de disputas vem resultando, também, do interesse da agricultura familiar e da produção em pequena escala em se influenciar o regime da produção orgânica, quiçá ampliar a participação na governança sobre o mesmo. No caso holandês, no momento em que a certificação orgânica parece oferecer poucos benefícios às práticas dos *gardeners*, esses produtores sinalizam que, no futuro, talvez, a certificação pode ser abandonada, dando lugar a estratégias e circuitos de produção, processamento, distribuição e consumo mais autônomos.

Os resultados da pesquisa também mostram que o Brasil parece estar um passo à frente da Holanda no que tange à construção de um processo de certificação mais democrático, em constante negociação com os movimentos sociais e as representações da sociedade civil. A pesquisa com os sistemas participativos revela que a institucionalização da certificação participativa pelo regime da produção orgânica tem favorecido, em alguma medida, as práticas localizadas comprometidas com a construção da sustentabilidade agroalimentar.

Em um primeiro nível de análise, através do reconhecimento e valorização da identidade de agricultores familiares e pequenos produtores de base ecológica, nas zonas rurais, urbanas e peri-urbanas. Em um segundo nível de análise, os resultados mostram que a institucionalização dos sistemas participativos, quando associadas a um conjunto de programas e políticas institucionais, o qual dá suporte à produção orgânica e de base ecológica em pequena escala, tem contribuído para fortalecer as práticas localizadas e conduzir seus benefícios através do consumo distributivo.

Há de se considerar, contudo, que este reconhecimento encontra-se ainda bastante limitado em um contexto macro, no qual a orientação para a produção dentro

do sistema mercantil-industrial segue sendo o carro chefe dos investimentos para o setor agroalimentar. Os recursos orientados para a produção orgânica e de base ecológica (especialmente de pequena escala) são ainda bastante limitados, gerando poucas oportunidades para que as experiências se ampliem nos territórios, algo bastante aproximado do *scaling up*. Uma das contribuições deste trabalho é apontar a necessidade de outras pesquisas para análises mais profundas sobre as experiências localizadas geram dinâmicas que permitam sua ampliação, não necessariamente pela via da consolidação de um regime de produção orgânica convencional, estático e padronizador.

Na Holanda, os resultados da pesquisa mostram que, apesar do país ter um regime da produção orgânica bastante estruturado o qual transmite confiabilidade e segurança quanto à sua capacidade de garantir a qualidade da produção orgânica em diversos níveis (produtivos, processuais e comerciais), esse regime não tem proporcionado a expansão da 'ecologização' dos sistemas produtivos agrícolas, estando particularmente voltado ao estabelecimento de um nicho de mercado de produtos orgânicos. A experiência dos *gardeners* sugere que esse regime se mostra inadequado às práticas e projetos da produção em pequena escala, e denota um vácuo entre o regime da produção orgânica e as experiências localizadas. Não há, atualmente, espaço de negociação entre essas experiências e os regimes, especialmente devido:

- a) aos pequenos produtores de base ecológica não dependerem, muitas vezes, da certificação para comercializarem seus produtos diretamente aos consumidores, neste sentido, eles têm se mostrado hábeis em construir mercados mais autônomos e estratégias de parceria com os consumidores;
- b) aos pequenos produtores orgânicos estarem insatisfeitos com a certificação de terceira parte da certificadora holandesa SKAL Biocontrole, especialmente no que diz respeito aos valores pagos à certificação, além de sentirem-se impotentes para mudar essa realidade;
- c) a não haver uma orientação diferenciada, dentro do regime da produção orgânica holandês, para a produção em pequena escala ou para a produção de base ecológica mais complexificada. Assim, os produtores de pequena

escala contestam a capacidade da certificação em reconhecê-los como produtores orgânicos diferenciados dos produtores 'orgânicos convencionais'.

Ao fazer uma analogia do sistema agroalimentar hegemônico com um *patchwork* de regimes sociotécnicos, procurei ressaltar os desafios colocados à expansão da produção de base ecológica diante um contexto macro (econômico, cultural, político e sociotécnico) bastante adverso. No Brasil e na Holanda, a centralização dos processos produtivos e distribuição seguem sendo a regra. E os investimentos e interesses para que prosperem e se multipliquem experiências bem sucedidas com a produção de base ecológica ficam em grande medida limitadas pelas forças e pelo poder do sistema agroalimentar hegemônico.

Contudo, esta tese também oferece uma contribuição aos estudos sobre a sustentabilidade agroalimentar, ao sugerir que na interface entre o *mainstream* da produção de alimentos e os projetos para ecologização da agricultura, emergem práticas localizadas com grande potencial de mudança, especialmente, por terem sua gênese marcada pelo envolvimento de múltiplos atores. A constituição dos arranjos de agência permitiu desvelar como atores diversos comprometem-se com a construção da sustentabilidade agroalimentar localizada.

Finalmente, cabe também refletir sobre o lugar dessa tese na produção do conhecimento sobre os temas da sustentabilidade agroalimentar e da produção de base ecológica. Ainda que muitos avanços ainda precisem ser feitos, é importante reconhecer alguns ganhos teóricos que trabalhos desta natureza vêm trazendo para o debate (acadêmico ou não) posicionado em favor do protagonismo da agricultura familiar e de base camponesa na transição para a sustentabilidade agroalimentar, sendo este o lugar de onde falo, e por onde uma trajetória de pesquisa foi se iniciando e deverá ter continuidade. É assim que, ao finalizar o presente trabalho, me encontro segura e consciente de que essa opção foi fundamental para o desenvolvimento desta tese, mas também como inspiração para a construção de conhecimento e a ampliação de reflexões que primem por uma transversalidade político-acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALLEN, P. et al. Expanding the definition of sustainable agriculture. *Am. J. Sustain. Agric.*, v. 6, p. 34-39, 1991.

ALTIERI, M.; ROSSET, P. Ten reasons why biotechnology will not help the developing world. *Ag. BioForum*, v. 2, n. 3, p. 226-236, 1999.

ALTIERI, M.; ROSSET, P.; THRUPP, L. *The potential of agroecology to combat hunger in the developing world*. Washington: International Food Policy Research Institute, 1998.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Scaling up agroecological approaches for food sovereignty in Latin America. *Development*, v. 51, n. 4, p. 472-480, 2008.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista Nera*, n. 16, p. 22-32, 2012.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, Jul. 2011.

AMSTEL, M. V.; DRIESSEN, P.; GLASBERGEN, P. Eco-labeling and information asymmetry: a comparison of five eco-labels in the Netherlands. *Journal of Cleaner Production*, v. 16, n. 3, p. 263–276. 2008.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. *Programa Ecoforte apoiará redes de agroecologia*. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/noticias-para-o-boletim/623-programa-ecoforte-apoiara-redes-da-agroecologia>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

AZEVEDO, E de.; PELICIONI, M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. *Rev. panam salud publica*, v. 31, n. 4, p. 291, 2012.

BARRETT, C. B.; BELLEMARE, M. F.; HOU, J. Y. Reconsidering conventional explanations of the inverse productivity-size relationship. *World Development*, v. 38, n. 1, p. 88-97. 2010.

BECK, U. *Risk society: towards a new modernity*. London: SAGE, 1992. 260 p.

BITTMAN, M. Don't ask how to feed the 9 billion. *The New York Times*, New York, 11 nov. 2014.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, jul/dez. 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Aumenta o número de produtores orgânicos no Brasil*. Brasília: MAPA, 3 fev. 2014a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/02/aumenta-numero-de-produtores-de-organicos-no-brasil>> Acesso em: 30 mar. 2015c.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano nacional de agroecologia e produção orgânica (Planapo)*. Brasília: MAPA, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar*. Brasília: ME, 2014b. <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5646-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Editais fomentam agroecologia com foco na agricultura familiar*. Brasília: MDA, 7 out. 2014c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/editais-fomentam-agroecologia-com-foco-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Mais de 40 mil vagas estão disponíveis para cursos do Pronatec Campo*. Brasília: MDA, 24 out. 2014d. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais-de-40-mil-vagas-est%C3%A3o-dispon%C3%ADveis-para-cursos-do-pronatec-campo>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa de aquisição de alimentos - PAA*. Brasília: MDA, 2010.

BRYANT, R. Beyond the impasse: the power of political ecology in Third World environmental research. *Area*, v. 29, n. 1, 5-19. 1997.

BUTTEL, F. H.; GOODMAN, D.; WATTS, M. Some observations on agro-food change and the future of agricultural sustainability movements. In: GOODMAN, D.; WATTS, M. *Globalising food: agrarian questions and global restructuring*. London: Routledge, 1997. Cap. 14, p. 344–365.

BYÉ, P.; SCHMIDT, V.; SCHMIDT, W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 81-93, jul./dez. 2002.

BYÉ, P.; SCHMIDT, W. Agricultura familiar no Sul do Brasil—de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 17, 2001.

CARDOSO, I. M. Qual agricultura. *Revista Esquerda Petista*, n. 3, p. 76-79, fev. 2015.

CENTRO ECOLÓGICO. *Histórico*. Centro Ecológico - Assessoria e formação em agricultura ecológica. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

CHAPPELL, M. J.; LAVALLE, L. A. Food security and biodiversity: can we have both? An agroecological analysis. *Agriculture and Human Values*, v. 28, n. 1, p. 3-26, 2011.

CHAPPELL, M. GLOBAL Movements for food Justice. In: HERRING, R.J. (Ed.). *Oxford handbook on food, politics and society*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CHAPPELL, M.; LAVALLE, L. Food security and biodiversity: can we have both? An agroecological analysis. *Agriculture and human values*, n. 28, p. 3-26, 2011.

COLETIVO CATARSE. *Cinturão Verde de Porto Alegre: território em disputa*. YouTube, 4 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xXPW24DWqDM>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

CONTERATO, M. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Ed.). *Os atores do desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS Ed. 2011. p. 67–89.

DREIER, C. *A paisagem construída na produção alternativa praticada por integrantes da feira dos agricultores ecologistas em Porto Alegre - RS*. 2010. Monografia (Conclusão de curso em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2010.

DUPUIS, E. M.; GOODMAN, D. Should we go “home” to eat?: toward a reflexive politics of localism. *Journal of Rural Studies*, v. 21, n. 3, p. 359–371, 2005.

ELINGS, M.; HASSINK, J. Green care farms, a safe community between illness or addiction and the wider society. *Journal of therapeutic communities*, n. 29, v. 3, p. 310-322, 2008.

ESPINOSA, M. A. Hambre, desarrollo social y agroecología. Una crítica al sistema capitalista de producción y consumo de alimentos en México.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. *The state of food and agriculture: innovation in family farming*. Rome: Food and Agriculture Organization of United Nations, 2014.

FEAGAN, R. The place of food: mapping out the “local” in local food systems. *Progress in human geography*, n. 31, v. 1, p. 23-42, Feb. 2007.

FIBL. *Country report: Netherlands*. Disponível em: <<http://www.organic-europe.net/country-info/netherlands/country-report.html?L=0>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2015.

FORNAZIER, A.; PEDROZO, E. A. A confiança entre os agricultores na garantia do atributo ecológico de sua produção. *Revista brasileira de agroecologia*, Porto Alegre. v. 5, n.1, p. 114-126, 2010.

FRANCIS, Charles et al. Agroecology: the ecology of food systems. *Journal of sustainable agriculture*, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003.

FRIEDMANN, H. Feeding the empire: the pathologies of globalized agriculture. *Socialist register*, v. 41, n. 41, 2005a.

FRIEDMANN, H. From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227-264, 2005b.

FRIEDMANN, H.; MCNAIR, A. Whose rules rule? contested projects to certify “local production for distant consumers”. *Journal of agrarian change*, v. 8, n. 2-3, p. 408-434, 2008.

FROUWS, J.; TATENHOVE, J. VAN. Agriculture, environment and the State: the development of agro-environmental policy-making in the Netherlands. *Sociologia ruralis*, v. 33, n. 2, p. 220-239, aug. 1993.

GEELS, F. W. Processes and patterns in transitions and system innovations: refining the co-evolutionary multi-level perspective. *Technological forecasting and social change*, v. 72, n. 6, p. 681-696, jul. 2005.

GEELS, F. W. The multi-level perspective on sustainability transitions: responses to seven criticisms. *Environmental innovation and societal transitions*, v. 1, n. 1, p. 24-40, jun. 2011.

GIDDENS, A. *The consequences of modernity*. John Wiley & Sons, 2013. 200 p.

GIULIANI, M. G. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 14, p. 59-67, 1990.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. (Estudos rurais)

FRANCIS, C. et al. Agroecology: the ecology of food systems. *Journal of sustainable agriculture*, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003.

GLIESSMAN, S. Agroecology and food system change. *Journal of sustainable agriculture*, v. 35, n. 4, p. 347–349, 2011.

GLIESSMAN, S. Agroecology and going beyond organic. *Agroecology and sustainable food systems*, v. 37, n. 2, p. 147–148, 2012.

GOMES, E. J. Estratégias das Grandes Indústrias no Sul do Brasil. *Centro*, v. 1, n. 7, p. 3-7, 2010.

GOODMAN, D. Rural Europe redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. *Sociologia ruralis*, v. 44, n. 1, p. 3–16, 2004.

GRIN, J.; ROTMANS, J.; SCHOT, J. *Transitions to sustainable development: new directions in the study of long term transformative change*. New York: Routledge, 2010.

GUSTAVSSON, J.; CEDERBERG, C. Global food losses and food waste: extent, causes and prevention. *Biological conservation*, v. 151, n. 1, p. 53-59, 2012.

GUTHMAN, J. *Agrarian dreams: the paradox of organic farming in California*. Berkeley: Univ. of California Press, 2004a.

GUTHMAN, J. Raising organic: An agro-ecological assessment of grower practices in California. *Agriculture and human values*, n. 17, p. 257-266, 2000.

GUTHMAN, J. The trouble with “organic lite” in California: a rejoinder to the “conventionalisation” debate. *Sociologia ruralis*, n. 44, p. 301-316, 2004b.

HARVEY, D. The nature of environment: dialectics of social and environmental change. In: MILIBAND, R; PANITCH, L. (Ed.). *Socialist register*. London: Merlin, 1993. p. 1-51.

HASSINK, J.; ZWARTBOL, C.; AGRICOLA, H. Current status and potential of care farms in the Netherlands. *NJAS Wageningen journal of life sciences*, n. 55, p. 21-36, 2007.

HIGGINS, V.; DIBDEN, J.; COCKLIN, C. Building alternative agri-food networks: Certification, embeddedness and agri-environmental governance. *Journal of rural studies*, v. 24, n. 1, p. 15–27, 2008.

HOLT-GIMÉNEZ, E. From food crisis to food sovereignty. *Monthly review*, n. 61, v. 3, p. 142-156, 2009.

HOLT-GIMÉNEZ, E. et al. We already grow enough food for 10 billion people ... and still can't end hunger. *Journal of sustainable agriculture*, v. 36, n. 6, p. 595–598, 2012.

IFOAM. *How governments can support participatory guarantee systems*. 2011.

IFOAM. *Organic Regulations*. Disponível em <<http://www.ifoam-eu.org/en/what-we-do/organic-regulations>>. Acesso em: 20 de fev. 2015.

KEMP, R.; SCHOT, J.; HOOGMA, R. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of strategic niche management. *Technology analysis & strategic management*, v. 10, n. 2, p. 175–198, 1998.

- KIERS, E.; LEAKEY, R. Agriculture at a crossroads. *Science*, n. 320, p. 320-321, 2008.
- KINUPP, V. F. Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): uma riqueza negligenciada. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 61, 2009, Manaus, AM. *Anais...* Manaus, jul. 2009.
- KINUPP, V. F; BARROS, I.B de. Riqueza de plantas alimentícias não-convencionais na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Biociências*, v. 5, n. S1, p. pg. 63-65, 2007.
- LAMINE, C.; RENTING, H.; ROSSI, A. Agri-food systems and territorial development: innovations, new dynamics and changing governance mechanisms. In: DARNHOFER, I.; GIBBON, D.; DEDIEU, B. (Ed.). *Farming systems research into the 21st century: the new dynamic*. New York, London: Springer, 2012. Chap. 11, p. 229-256.
- LANG, Tim; BARLING, David. Food security and food sustainability: reformulating the debate. *The Geographical Journal*, v. 178, n. 4, p. 313-326, 2012.
- LAWHON, M.; MURPHY, J. Socio-technical regimes and sustainability transitions Insights from political ecology. *Progress in human geography*, n. 36, p. 354-378, 2012.
- LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. New York: Routledge, 2003.
- LONG, N.; LONG, A. *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. New York: Routledge, 1992.
- LONG, N.; PLOEG, J. Van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. *Rethinking social development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, 1991, p. 62-89.
- LYNGGAARD, K. *The common agricultural policy and organic farming: an institutional perspective on continuity and change*. Wallingford: CABI, 2006.
- MAGDOFF, F.; FOSTER, J.; BUTTEL, F. *Hungry for profit: the agribusiness threat to farmers, food, and the environment*. New York: NYU Press, 2000.
- MARSDEN, Terry. Towards a real sustainable agrifood security and food policy: beyond the ecological fallacies? *The political quarterly*, v. 83, n. 1, p. 139-145, jan./mar. 2012.
- MARTINEZ-ALIER, J.; KALLIS, G.; VEUTHEY, S. Social metabolism, ecological distribution conflicts, and valuation languages. *Ecological economics*, v. 70, n. 2, p. 137-452, dec. 2010.
- McMICHAEL, P. A food regime analysis of the "world food crisis." *Agriculture and human values*, v. 26, n. 4, p. 281-295, Dec. 2009a.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, p. 139–169, 2009b.

McMICHAEL, P. Global development and the corporate food regime. In: BUTTEL, F.H., McMICHAEL, P. *New directions in the sociology of global development*. Oxford: Elsevier Press. 2005.

McMICHAEL, P. Peasants make their own history, but not just as they please. *Journal of agrarian change*, v. 8, n. 2-3, p. 205–228, 2008.

MELITA, F. Organic farming in the Netherlands. In: GRAF, S.; WILLER, H. *Organic agriculture in Europe*. Stiftung Ökologie & Landbau (SÖL). Bad Dürkheim, 2000.

MELO, Mariana. *Um novo horizonte para a produção orgânica*. Carta Capital, 11 jun. 2014.

MENDONÇA, M. A. F. C. et al. Redes de cooperación para sistemas agroalimentarios locales y sostenibles. *Leisa revista de agroecología*, v. 30, n. 2, p. 5–7, jun. 2014.

MENDONÇA, M. A. F. C; MARQUES, Flávia Charão. A regulamentação brasileira dos sistemas participativos de garantia: impulsionando o processo de expansão da agroecologia? In: CONGRESSO INTERNACIONAL AGROECOLOXÍA E AGRICULTURA ECOLÓXICA, 5, 2014, Vigo. *Propostas agroecolóxicas ao industrialismo: recursos compartidos e respostas colectivas*. Vigo: Grupo de Investigación em Economía Ecolóxica e Agroecoloxía. p. 251-265.

MINISTRY OF AGRICULTURE, N. and F. Q. *An organic market to conquer*. The Hague: [s.n.], 2001.

MUTERSBAUGH, T. Fighting standars with standars: harmonization, rents and social accountability in certified agrofood networks. *Environmental and planning A*, v. 37, n. 11, p. 2033-2051, 2005.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PERFECTO, Ivette; VANDERMEER, John. The agroecological matrix as alternative to the land-sparing/agriculture intensification model. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, n. 13, p. 5786-5791, 2010.

PETTENON, Lauren; MARQUES, Flávia. Agricultura de base ecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul: aspectos sobre sua emergência e práticas sociais relacionadas. *Cadernos de Agroecologia*. v. 8, n. 2, nov. 2013.

PLOEG, J. D. VAN DER. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. *Agrária*, n. 9, p. 85-95, 2008.

PLOEG, J. D. VAN DER et al. Farm diversity, classification schemes and multifunctionality. *Journal of environmental management*, v. 90 Suppl 2, p. 124–131, 2009.

PLOEG, J. D. VAN DER. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009a. 168 p.

PLOEG, J. D. VAN DER. The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. *Journal of agrarian change*, v. 10, n. 1, p. 98-106, jan. 2010a.

PLOEG, J. D. VAN DER. *The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. New York: Routledge, 2009b, 358 p.

PLOEG, J. D. VAN DER. The peasantries of the twenty-first century: the commoditisation debate revisited. *Journal of peasant studies*, v. 37, n. 1, p. 1-30, jan. 2010b.

PLOEG, J. D. VAN DER; RENTING, H. Behind the “redux”: a rejoinder to David Goodman. *Sociologia ruralis*, v. 44, n. 2, p. 234–242, 2004.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Turismo. *Caminhos rurais de Porto Alegre*. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=270>. Acesso em: 25 mar. 2015.

RADOMSKY, G. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. *Ideas*, v.2, n. 2, 2008, p. 1-32.

RAMOS, L. et al. Processo de formação e consolidação do organismo participativo de avaliação da conformidade orgânica (OPAC) da Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8., 2013, Porto Alegre/RS. *Cadernos de agroecologia*, v. 8, n. 2, nov. 2013.

RIBAS, R.; SEVERO, C.; MIGUEL, L. A sustentabilidade de agricultores extrativistas na Mata Atlântica: o caso dos “samambaieiros” do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. V Encontro Bienal da Sociedade ..., 2003.

RIBAS, R. P.; SEVERO, C. M.; MIGUEL, L. A. Agricultura familiar, extrativismo e sustentabilidade: o caso dos "samambaieiros" do litoral norte do Rio Grande do Sul. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 45, n. 1, p. 205-226, mar. 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 38.972, de 23 out. 1998. Cria a Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa e dá outras providências. *Diário Oficial*, Porto Alegre, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. Plano de manejo da área de proteção ambiental da Rota do Sol. Porto Alegre, 2008.

RODRIGUES, C. M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 4, n. 3, set/dez 1987.

ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado, reforma agrária e soberania alimentar. PEREIRA, JMM; SAUER, S. Capturando a terra. São Paulo: Expressão Popular, p. 315-42, 2006.

ROSSET, P. M. Food sovereignty and the contemporary food crisis. *Development*, n. 51, v. 4, p. 460–463, 2008.

ROSSET, P. M. Transgenic crops to address third world hunger? A critical analysis. *Bulletin of science, technology & society*, v. 25, n. 4, p. 306-313, aug. 2005.

ROSSET, Peter. Food sovereignty in Latin America: confronting the new crisis. *NACLA Report on the Americas*, v. 42, n. 3, p. 16-21, 2009.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge la vía campesina como movimiento social transnacional. *Journal of peasant studies routledge*, UK, v. 37, n.1, p. 149-175, 2010.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. *Ecology and society*, v. 3, n. 17, p. 1-12, 2012.

SABOURIN, E. A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5178>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

SANSAVINI, S.; WOLLESEN, J. The organic farming movement in Europe. *HortTechnology*, v. 2, n. 2, p. 276-281, 1992.apr./jun. 1992.

SANTOS, L. C. R. *A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia: limites e desafios*. 2002. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2002.

SCHUTTER, O de. How not to think of land-grabbing: three critiques of large-scale investments in farmland. *Journal of peasant studies*, v. 38, n. 2, p. 249–279, 2011.

SCHUTTER, O de. *Report of the special rapporteur on the right to food*, Olivier De Schutter. 2014. Disponível em: <http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20140310_finalreport_en.pdf>, 2014.

SCHUTTER, O de. Reshaping global governance: the case of the right to food. *Global policy*, v. 3, n. 4, p. 480–483, 2012.

SCHULTZ, G. *Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica*. 2006. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Pesquisas em agronegócios, Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Porto Alegre, 2006.

SMITH, A.; STIRLING, A.; BERKHOUT, F. The governance of sustainable socio-technical transitions. *Research policy*, v. 34, n. 10, p. 1491–1510, 2005.

SMITH, A.; VOS, J.; GRIN, J. Innovation studies and sustainability transitions: The allure of the multi-level perspective and its challenges. *Research policy*, v. 39, n. 4, p. 435–448, 2010.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of economic geography*, v. 6, n. 2, p. 181–199, 2006.

STOLZE, M.; LAMPKIN, N. Policy for organic farming: Rationale and concepts. *Food policy*, v. 34, n. 3, p. 237–244, 2009.

TIMMERMANN, C.; FÉLIX, G. Agroecology as a vehicle for contributive justice. *Agriculture and human values*, 10 jan. 2015.

TITTONEL, P. Making hunger disappear is not about higher productivity. *Upsides*, 7 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.upsides.com/2014/11/07/pablo-tittonell-making-hunger-disappear-higher-productivity/>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

TORREMOCHA, E. Los sistemas participativos de garantía. Herramientas de definición de estrategias agroecológicas. *Agroecologia*, n. 6, p. 89-96, 2011.

TOSI, J. Rio Grande do Sul apresenta diagnóstico das Feiras Agroecológicas do Estado. *Ecoagência notícias ambientais*, Porto Alegre, 17 out. 2014.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 12, n. 75, p. 20, 2015.

TSCHARNTKE, T. et al. Global food security, biodiversity conservation and the future of agricultural intensification. *Biological conservation*, v. 151, n. 1, p. 53–59, 2012.

VIVAN, J. Bananicultura em sistemas agroflorestais no Litoral Norte do RS. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v. 3, n. 2, abr./jun. 2002.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agronomy for sustainable development*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. *International journal of agricultural*, v. 7, n. 1, p. 3–18, 2009.

YCELP. *Environmental performance index 2014: country ranking*. New Haven: Yale University, 2014. Disponível em: <<http://epi.yale.edu/epi/country-rankings>>, 2014. Acesso em: 20 de fev. de 2015.

APÊNDICE A - ENTREVISTADOS NO BRASIL⁵⁰

LOCALIZAÇÃO	ENTREVISTADO	OCUPAÇÃO	ORGANIZAÇÃO	TIPO DE CERTIFICAÇÃO	MERCADOS
Litoral Norte - RS - Brasil	Antônio	Presidente COOMAFITT/agricultor	OPAC Litoral Norte	sistema participativo com selo	mercado institucional/feiras
Litoral Norte - RS - Brasil	Beatriz e João	agricultores	OPAC Litoral Norte	sistema participativo com selo	mercado institucional/feiras
Litoral Norte - RS - Brasil	Alexandre	agricultor	OPAC Litoral Norte	sistema participativo com selo	mercado institucional/feiras
Litoral Norte - RS - Brasil	Carlos	agricultor	OPAC Litoral Norte	sistema participativo com selo	mercado institucional/feiras
Litoral Norte - RS - Brasil	Amália	técnica	EMATER - Três Forquilhas	sistema participativo com selo	—
Litoral Norte - RS - Brasil	Lauro	técnico	Centro Ecológico Litoral Norte	sistema participativo com selo	—
Litoral Norte - RS - Brasil	Lucas	técnico	EMATER - Itati	sistema participativo com selo	—
Litoral Norte - RS - Brasil	Teodoro e Diana	técnicos	EMATER - terra de areia	sistema participativo com selo	—
Região Metropolitana POA	Paula	técnica	CPORG/ UFRGS	sistema participativo com selo	—
Região Metropolitana POA	Mariano	consumidor	OPAC RAMA	sistema participativo com selo	—
Região Metropolitana POA	Raphael	consumidor	OPAC RAMA	sistema participativo com selo	—
Região Metropolitana POA	Leticia	dona restaurante	OPAC RAMA	sistema participativo com selo	restaurante

⁵⁰ Os nomes dos entrevistados são fictícios. Como pesquisadora, apesar de ter o consentimento de todos para publicação desta pesquisa, julguei mais respeitoso preservar suas identidades a fim de evitar qualquer desconforto possível quanto à alguns relatos.

LOCALIZAÇÃO	ENTREVISTADO	OCUPAÇÃO	ORGANIZAÇÃO	TIPO DE CERTIFICAÇÃO	MERCADOS
Região Metropolitana POA	Juliana e Tereza e Guyo	agricultura/processadora	OPAC RAMA	sistema participativo com selo	ógicas/ restaurantes/eventos/ na p
Região Metropolitana POA	Mateus	técnico	EMATER POA	sistema participativo com selo	-
Região Metropolitana POA	Rodrigo	processador	OPAC RAMA	sistema participativo com selo	feiras ecológicas
Região Metropolitana POA	Wagner	agricultor	OPAC RAMA	sistema participativo com selo	feiras ecológicas
Região Metropolitana POA	Reinaldo	agricultor	OPAC RAMA	sistema participativo com selo	feiras ecológicas/ compras instit.
Região Metropolitana POA	Bernardo	técnico	SMIC	sistema participativo com selo	-
Região Metropolitana POA	Jorge e Alice	agricultor e processadora	OPAC RAMA	sistema participativo com selo	feiras ecológicas
Região Metropolitana POA	Gabriela	técnica	SDR	sistema participativo com selo	-
Região Metropolitana POA	Bárbara	técnica	SDR	sistema participativo com selo	-
Região Metropolitana POA	Daniel	técnico	MAPA/RS	sistema participativo com selo	-
Região Metropolitana POA	Maira	técnica aposentada	MAPA/RS	sistema participativo com selo	-

APÊNDICE B – ENTREVISTADOS NA HOLANDA⁵¹

LOCALIZAÇÃO	ENTREVISTADO	OCUPAÇÃO	ORGANIZAÇÃO	TIPO DE CERTIFICAÇÃO	MERCADOS
Holanda	André e Lina	agricultores	none	terceira parte - SKAL	lojas especializadas e esquema de caixas
Holanda	Reinaldo	agricultor	none	terceira parte - SKAL	colheita na prop./ esquema de caixas/lojas esp
Holanda	Leonardo	agricultor	none	terceira parte - SKAL/DEMETER	SA/cooperativa/colheita na propriedade/ feir
Holanda	Marcos	agricultor	none	terceira parte - SKAL	colheita na propriedade/ esquema de caixas
Holanda	Luisa	agricultora	none	nenhuma	CSA/colheita na propriedade
Holanda	Sabrina	técnica	DEMETER	terceira parte - DEMETER	-
Holanda	Danielle	técnica	SKAL	terceira parte - SKAL	-
Holanda	Ana	consumidora	Voedselkollekief Amersfoort	nenhuma ou terceira parte	coletivo de compra

⁵¹ idem

APÊNDICE C – DETALHAMENTO DA PESQUISA DE CAMPO COM OS SISTEMAS PARTICIPATIVOS NO

ATIVIDADES	BRASIL Maio/2012 a Agosto/2013															
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
ACOMPANHAMENTO DE REUNIÕES E ASSEMBLEIAS	●		●		●			●			●	●▲	▲	●▲	●▲	
ACOMPANHAMENTO DE FEIRAS EXTRAORDINÁRIAS								●						●▲		
ESPAÇOS DE FORMAÇÃO	●				●											
ENTREVISTAS		●	●	●	●			●					●	●	●▲	

● OPAC RAMA

▲ OPAC do Litoral